

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

FERNANDA FELTES

Pela pátria livre, sob a bandeira de Sandino: questão nacional e sujeito revolucionário no projeto político de Carlos Fonseca Amador (1968-1976)

PORTO ALEGRE

2018

Fernanda Feltes

Pela pátria livre, sob a bandeira de Sandino: questão nacional e sujeito revolucionário no projeto político de Carlos Fonseca Amador (1968-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Claudia Wasserman

Linha de pesquisa: Relações de Poder Político-institucionais.

Porto Alegre

2018

Fernanda Feltes

Pela pátria livre, sob a bandeira de Sandino: questão nacional e sujeito revolucionário no projeto político de Carlos Fonseca Amador (1968-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Relações de Poder Político-institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Cláudia Wasserman (orientadora)

Prof. Dr. Edson Antoni (Colégio de Aplicação - UFRGS)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga (UFFS)

CIP - Catalogação na Publicação

Feltes, Fernanda
Pela pátria livre, sob a bandeira de Sandino:
questão nacional e sujeito revolucionário no projeto
político de Carlos Fonseca Amador (1968-1976) /
Fernanda Feltes. -- 2018.
167 f.
Orientadora: Claudia Wasserman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Revolução Nicaraguense. 2. sandinismo. 3. Frente
Sandinista de Libertação Nacional. 4. projetos
políticos. 5. questão nacional. I. Wasserman, Claudia,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Escrevemos em tempos difíceis e, no mínimo, desafiadores a quem pretende construir conhecimento no campo das Ciências Humanas. A Ciência e a Educação, em termos gerais, são atacadas de forma estratégica por um governo que atende aos interesses que querem tornar pouco acessíveis o conhecimento e a criticidade. O golpe de 2016 buscou e busca ferir, fundamentalmente, os direitos dos trabalhadores e objetiva contribuir à ampliação da concentração de capital, poderes e informação nas mãos da burguesia dependente.

Anúncios como os severos cortes de recursos nos orçamentos das agências financiadoras da pesquisa científica no Brasil e ataques ideológicos às ciências humanas apenas agravaram as condições de trabalho na já complexa tarefa de analisar, histórica e politicamente, o objeto que escolhi e assim também os que escolheram todos os pesquisadores da área. Sabe-se do impacto que o corte de recursos tem sobre a universidade pública, que é, afinal, a responsável pela quase totalidade do volume de pesquisa científica produzida no Brasil, conforme relatório divulgado pela Capes no início de 2018. Estas pesquisas influem sobre a educação, sobre a saúde, sobre as políticas de segurança. Influenciam desde o cotidiano da educação básica e o desenvolvimento de medicamentos e tratamentos médicos até os recursos que legitimam projetos políticos em curso e em disputa. Mas esse foi apenas um dos vários ataques que com sistemática frequência atingiram o Brasil ao longo dos últimos dois anos.

Justamente nesses dois anos eu escolhi, e pude, graças ao financiamento da pesquisa pelo CNPq, produzir esta dissertação. O caminho foi tortuoso no plano político e nacional, mas também o foi no plano pessoal, no qual me vi cercada por desafios, decisões, dificuldades e pelo interesse em refletir profundamente sobre as tarefas históricas que me cabem, dentre as quais acredito que se destaque o meu fazer profissional. Essa dissertação, portanto, não teria sido viável se não tivesse havido quem, com disposição, me pudesse ouvir sobre esses temas, contrapor, compartilhar e acolher. E aos afetos eu a dedico.

Pelo tempo partilhado, por me mostrarem, com carinho, franqueza e gentileza, meus próprios limites e minhas contradições e pela disposição em insistir em qualidades que com frequência eu pensei que não tivesse, agradeço ao Gustavo Malossi, ao Gustavo Rolim, à Priscilla, ao Guilherme, à Tainara, ao Marcelo e ao Thierry. Às mulheres historiadoras com quem tenho a sorte de conviver, em especial a Augusta, a Grazielle e a Patrícia, por sua sensibilidade, por me encantarem com sua inteligência e generosidade e pela capacidade de

me compreender, divertir e aconselhar nas mais variadas circunstâncias. Ao Walmaro e à Vera, meus avós emprestados, pelo carinho e pela acolhida com que continuam me recebendo. Ao Tito e ao Romeo, pequeninos que me animam a defender um mundo mais justo, de oportunidades para todos e de respeito às diferenças. Ao Mathias, companheiro de apoio incondicional, pela habilidade de fazer as perguntas certas, por ter a fé cega e a faca amolada. Aos meus pais, Celso e Rosane, por tudo aquilo que me nutre enquanto pessoa, especialmente por me legarem sua bondade, empatia, inteligência (e teimosia). Ao meu irmão, Luís Felipe, por me incentivar a buscar e criar perspectivas novas sobre as coisas, pelo silêncio e pela sensibilidade.

Agradeço imensamente aos professores Edson Antoni, Enrique Serra Padrós e Gerson Wasen Fraga, que compuseram esta banca, pelas indispensáveis contribuições e pela acolhida ao convite para que integrassem a esfera de produção desse trabalho. Agradeço também à professora Caroline Silveira Bauer, que participou da banca de qualificação dessa dissertação, por sua contribuição e pela interessada leitura no meu trabalho. Agradeço à minha orientadora, professora Cláudia Wasserman, pelas sensatas recomendações e por me oferecer as condições para desenvolver a pesquisa com autonomia e objetividade. Por óbvio, valorizo muito a docência, e costumo dizer que aprendi com todos e cada um dos professores que tive, inclusive para compreender meu próprio perfil e objetivos na condição de docente em formação, mas gostaria de destacar, dentre estes, os professores Gilberto Grassi Calil, Lincoln Secco e Mathias Seibel Luce, que também contribuíram a essa pesquisa na esfera do debate e das recomendações bibliográficas.

Finalmente, agradeço aos colegas do GT de História e Marxismo da Anpuh-RS, por terem participado enormemente não somente no caminho de produção dessa dissertação, com sua leitura e aportes, mas também ao meu processo de amadurecimento intelectual.

Que possamos, nós todos, continuar lutando para que o conhecimento chegue a cada vez mais pessoas e que não deixemos de reconhecer a relevância da Educação, da Ciência e da Tecnologia enquanto instrumentos imprescindíveis de transformação social.

*No hay cosa más bonita que mirar a un pueblo reunido
que lucha cuando quiere mejorar porque está decidido.
No hay cosa más bonita que escuchar en el canto de todos
un solo grito inmenso de fraternidad.*

Luis Enrique Mejía Godoy, *Canto de Despedida*

RESUMO

Este trabalho analisa o projeto político de Carlos Fonseca Amador, líder formador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, entre os anos de 1968 e 1976, período que compreendeu a formalização do programa da Frente Sandinista e a afirmação de Fonseca como secretário-geral do movimento. A análise está fundamentada em dois eixos: o tratamento da questão nacional no âmbito desse projeto e a discussão empreendida por Fonseca a respeito do sujeito nacional revolucionário que deveria compor a base do movimento. A primeira parte do estudo aborda a questão nacional. Dentre os elementos analisados, destaca-se a centralidade da educação política como fator de construção da nação revolucionária, a caracterização do valor patriótico necessário ao êxito do processo e a articulação entre a perspectiva nacional e a perspectiva internacionalista marxista. Na segunda parte desse estudo, analisa-se com que setores da população o sandinista pretendia travar diálogo e quais as atribuições de cada um destes no processo revolucionário. Também se analisa o uso político que Fonseca faz da biografia e da trajetória de luta de Augusto Sandino e quais as motivações para essa lembrança, especialmente em função da importância que assume no diálogo da Frente com a população nicaraguense.

Palavras-chave: Nicarágua; sandinismo; Frente Sandinista de Libertação Nacional; Carlos Fonseca Amador; questão nacional.

ASBTRACT

This work analyzes Sandinista Front of National Liberation's leader Carlos Fonseca Amador's political project between 1968 and 1976, period that comprised the formalization of the Sandinista Front's program and Fonseca's affirmation as movement's general secretary. The analysis is well founded in two axles: the national question's treatment within this project and the discussion undertaken by Fonseca about the national revolutionary people which should compose the movement's base. The study's first part is about the national question. Among the analyzed elements, stands out the political education's centrality as a revolutionary nation construction's factor, the patriotic value's description which is necessary to the process' success and the link between the national perspective and the marxist internationalist's perspective. In the second part of this study, the population's sectors with which the Sandinista intended to dialogue and their attributions in the revolutionary process are analyzed. The political use of Augusto Sandino's biography and struggle path made by Fonseca, as well as the motivations for this remembrance, especially considering the importance in the Front's dialogue with the Nicaraguense population, are analyzed too.

Keywords: Nicaragua; sandinism; Sandinista National Liberation Front; Carlos Fonseca Amador; national question.

LISTA DE SIGLAS

CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CONDECA	Conselho de Defesa Centro-americano
COSEP	Conselho Superior da Empresa Privada
CTC	Comitês de Trabalhadores do Campo
CUUN	Centro Universitário da Universidade
EDSN	Exército Defensor da Soberania Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
GN	Guarda Nacional
GPP	Guerra Popular Prolongada
INN	Instituto Nacional do Norte
JPN	Juventude Patriótica Nicaraguense
JRN	Juventude Revolucionária Nicaraguense
MNN	Movimento Nova Nicarágua
OEA	Organização dos Estados Americanos
PSN	Partido Socialista Nicaraguense
TP	Tendência Proletária
UDEL	União Democrática de Libertação
UNAN	Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua
UNAP	União Nacional de Ação Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. SANDINO E FONSECA NO TERRENO DAS LUTAS NICARAGUENSES	24
1.1 Em defesa da soberania nacional : ataques intervencionistas e a atuação do EDSN	26
1.2 Ditadura somozista e as condições para a ampliação da oposição na Nicarágua.....	33
1.3 Sandinismo e somozismo: consolidação da disputa pela Nicarágua.....	43
2. EM DEFESA DA PÁTRIA NICARAGUENSE: A QUESTÃO NACIONAL NO PROJETO POLÍTICO DE FONSECA AMADOR	58
2.1. Abordagem teórica dos conceitos de política e projeto político.....	61
2.2 Abordagem teórica da questão nacional	64
2.3 Do projeto político de Carlos Fonseca Amador: nação e revolução	68
2.3.1 Educação política para a revolução	84
3. DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NACIONAL REVOLUCIONÁRIO NO PROJETO DE CARLOS FONSECA AMADOR	93
3.1 Operários	95
3.2 Camponeses	100
3.3 Estudantes.....	109
3.4 Indígenas.....	113
3.5 Cristãos	117
3.6 Uso político de Sandino no projeto político do líder sandinista Fonseca Amador	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
FONTES	163
ANEXOS	166

INTRODUÇÃO

Em 19 de julho de 1979, as forças revolucionárias nicaraguenses, lideradas pela Frente Sandinista de Libertação Nacional - FSLN, irromperam nas ruas de Manágua para enfim tomar o poder da ditadura somozista, após um período de cerca de dois anos que se convencionou chamar de a crise final do somozismo. A tomada do poder encerrou uma fase do processo revolucionário, alçou a FSLN a poder instituído e governo revolucionário e reavivou as esperanças da esquerda latino-americana com as possibilidades de sucesso revolucionário. Considerando o alastramento da repressão por toda a porção central e sul do continente americano no período que antecede e permeia a Revolução na Nicarágua, é possível tomar esse caso nicaraguense como um processo ocorrido “na contramão” dos eventos que se sucediam na América Latina em função da repressão e da aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. Entretanto, o êxito da revolução impõe o questionamento: que elementos econômicos, políticos e sociais nutriram não somente a constituição da FSLN, mas a preparação e a eclosão da revolução? É por consequência disso que este estudo se interessa, precisamente, por compreender a constituição do projeto político sandinista preliminar ao desfecho revolucionário, tal como foi desenvolvido pelo líder formador e secretário-geral da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Carlos Fonseca Amador (1936-1976), entre 1968 e 1976.

No capítulo 1, o estudo se acerca das trajetórias de Sandino e Fonseca Amador, demonstrando os nexos entre elas, e a isso articula a apresentação da conjuntura que condicionou a estruturação dos projetos políticos de Sandino e Fonseca Amador. Essa análise propicia o entrelaçamento com a crítica da fonte, centrando-se em sua historicidade, suas condições de produção e autoria. O primeiro capítulo permite, em resumo, que se apresente os sujeitos, o espaço e o tempo que envolvem este estudo. Para isso, optou-se por pormenorizar processos que, acredita-se, tenham guardado relação objetiva com a formação da FSLN e a revolução na Nicarágua.

A análise dos processos internos, especialmente relacionados com a consolidação da integração da Nicarágua ao capital monopolista e com o esgotamento da ditadura somozista, foi incrementada pela enumeração de eventos também ocorridos no plano internacional. A partir desses eixos, pretendeu-se concatenar eventos internacionais e nacionais com a movimentação dos sujeitos que, em um primeiro momento, foram os responsáveis pela criação da Frente e, a seguir, reforçaram a mobilização social em torno da FSLN. Esse

esquema justifica-se pela necessidade de compreender os desdobramentos que permitiram à Frente transformar-se, de um movimento que em sua existência inicial possuía fundamental dificuldade para ampliar sua base social, em um movimento com capacidade para protagonizar o sucesso revolucionário e apresentar um projeto político para a revolução. Noutro sentido, a descrição realizada no capítulo 1 tem por objetivo fornecer subsídios para que se analise as mudanças operadas no bojo do projeto político sandinista, ainda que estas reflexões sejam de fato aprofundadas no capítulo 2, especialmente.

O capítulo 2 tenciona direcionar a análise para seu objeto principal: o projeto político delineado por Carlos Fonseca Amador para a Frente Sandinista e para a Nicarágua. A abordagem enfatiza o entrelaçamento das proposições de Fonseca com a questão nacional. Abordar este projeto sob a chave da questão nacional é, para além do interesse e objetivo específicos da pesquisa, um produto da leitura da fonte. Ao assinalar os objetivos centrais do discurso (cfe. WASSERMAN, 2002) produzido por Fonseca, concluiu-se pela abordagem específica da questão nacional na composição de seu projeto político. Percebeu-se que investir sobre o projeto político de Fonseca sem ceder centralidade à questão nacional prejudicaria o entendimento do conjunto desse projeto. Isso porque a conceituação da nação, assim como as particularidades que permeiam um projeto nacional calcado em uma leitura marxista, estiveram a todo momento aplicados ao projeto de Fonseca. Por consequência disso, investiga-se a concepção de nação aí contida, qual a leitura de Fonseca a respeito da questão nacional nicaraguense e assim também que elementos estruturaram essa concepção, que sujeitos a integraram, que mudanças ela implicou.

Esta é, portanto, a chave interpretativa que conduzirá a análise do projeto do sandinista, tanto no que diz respeito ao trabalho de educação política da população – um de seus eixos políticos e organizativos -, como em suas tarefas de atendimento às demandas populares. O capítulo 2 aporta elementos para que se compreenda a constituição desse projeto, analisando seu conteúdo e finalidades. Dentre os elementos, enfatiza-se a afirmação nacional por sua relação com a conquista da soberania nacional; as implicações de uma orientação marxista sobre a perspectiva da nação e a forma que essa orientação recebeu diante do antagonismo ocasionado pelo rechaço às diretrizes assumidas pelo Partido Socialista Nicaraguense – PSN; as possibilidades e limites da defesa de uma solidariedade regional; e o conteúdo da “revolução genuinamente nicaraguense” propugnada pelo autor. Uma vez que estes elementos referem a questão nacional, retoma-se a leitura de autores que contribuíram a

este debate no âmbito da teoria marxista e, por isso, possam ter fornecido aportes para o conteúdo do projeto político ora analisado. Este capítulo oferece uma visão panorâmica do projeto político de Fonseca e também uma reflexão que enfoca o olhar do sandinista sobre os desafios impostos à Nicarágua pela defesa de um modelo específico de nação e de revolução.

No terceiro capítulo, por fim, optou-se pela caracterização do sujeito nacional e revolucionário. Esta tarefa também é produto direto da análise da fonte. Se, por um lado, há recorrentes menções aos sujeitos específicos a quem cabe a tarefa revolucionária, a reconstituição do sujeito nacional e revolucionário oferece via privilegiada ao entendimento do espaço que ocupou Sandino no desenvolvimento do projeto político de Fonseca e, por certo, da Frente Sandinista em seus diferentes matizes. Dado tal objetivo, o capítulo 3 oferece a descrição e análise dos diversos sujeitos abordados por Fonseca e traça a relação entre as características destes grupos com a apresentação da trajetória de luta de Augusto Sandino. Noutras palavras, há uma associação permanente entre os preceitos políticos que Fonseca resgatou de Sandino e a feição dos sujeitos que receberam a atribuição revolucionária. Esta associação permite à análise que pontue as generalizações – ou lacunas – perceptíveis neste projeto político.

Na parte final do capítulo, cede-se centralidade à questão particular do uso político que Fonseca construiu, em seu projeto, de Sandino. Para tanto, parte-se da leitura feita por Fonseca do pensamento político e de episódios da vida de Sandino, nos quais prevaleceu a vinculação do líder morto em 1934 ao percurso de luta anti-imperialista e latino-americana. A inserção da figura e do ideário de Sandino como postulados do projeto político sandinista foram produzidos no âmbito do debate de formação da FSLN. Uma vez adotados, fundamentaram em grande medida as estratégias assumidas pela FSLN no plano da guerrilha e nas reivindicações políticas.

A expressão da influência de Sandino e a seleção operada por Fonseca em relação à biografia do líder operário-camponês permitem a apresentação de algumas hipóteses, dentre as quais a defesa de que Sandino serviu como eixo articulador do projeto político revolucionário e como figura fundamental à coesão em torno de um projeto de nação para a Nicarágua. O objetivo desta e de outras hipóteses elencadas no capítulo 3 é refletir sobre as motivações políticas e estratégicas que transformaram Sandino no referencial máximo de luta da Frente revolucionária. Além disso, o estudo amplia a reflexão de análise inicial (FELTES, 2014), na qual se verificou que, apesar dessa lembrança, os projetos propostos pelo líder

camponês e pelo intelectual sandinista carregaram também rupturas entre si, sendo a opção entre internacionalismo ou nacionalismo uma das mais sensíveis inflexões entre eles. Por meio disso, pretende-se também contribuir à análise das continuidades e rupturas que marcaram o intervalo entre o combate travado pelo Exército Defensor da Soberania Nacional, nas décadas de 1920 e 1930, e a consolidação dos diferentes projetos da FSLN que vigoraram entre as décadas de 1960 e 1980.

Assumir a pluralidade dos projetos políticos que disputaram a hegemonia no interior da FSLN implica justificar a opção por abordar especificamente um destes projetos. Para tanto, considera-se, em primeiro lugar, que o presente trabalho postula a necessidade de se conhecer não o modelo de revolução involucrado pelos sandinistas na Nicarágua após o êxito de 1979, mas os antecedentes que determinaram e direcionaram o processo revolucionário. Voltar-se, portanto, para a fase de organização da FSLN enquanto vanguarda revolucionária torna inescapável analisar as ideias de seu principal articulador na fase pré-revolucionária, Carlos Fonseca Amador. Primeiro líder político reconhecido da FSLN, Fonseca foi o responsável pela inclusão do componente “sandinista” na sigla e pela estruturação teórica e programática do movimento, atribuição que manteve até sua morte em combate, em 1976. Autor dos primeiros formulários políticos gestados pela Frente em sua fase de aproximação com a população nicaraguense, em fins da década de 1960, Fonseca reivindicava a importância de reformular e definir uma estratégia política para a FSLN e tornou-se, em 1968, primeiro secretário-geral do movimento.

Santos (2016) qualifica projetos políticos como relevantes por sua capacidade de incidir sobre as mudanças em curso. Segundo ele, essa característica revela habilidade na interpretação do momento histórico e costuma ser identificada pela aproximação entre a visão dos líderes políticos e a posição coletiva. Aqui, assume-se que ao projeto de Fonseca Amador também é cabível essa qualificação. Com base nisso, o sandinista torna-se sujeito e objeto central a qualquer intento de compreensão da Revolução Sandinista.

Por consequência dessa escolha, o estudo debruça-se sobre a produção escrita de Fonseca Amador, reunindo 23 textos produzidos pelo sandinista entre 1968 e 1976 e publicados em 1981. Os textos caracterizam-se como análises curtas de conjuntura, manifestos políticos voltados a setores e episódios específicos ou à população em geral. São comunicados de assinatura pessoal ou em representação da Frente Sandinista. Há também uma carta, que se optou por incluir entre os comunicados em função de sua estrutura e

motivação. A esse conjunto de textos, adicionou-se outro, de título “Viva Sandino”, cuja data de produção não se pode precisar, ainda que se saiba que é referente à década de 1970, de acordo com Zimmermann (2012). A forma desse texto também difere dos demais, na medida em que, nesse caso específico, Fonseca Amador propôs um estudo pormenorizado a respeito da trajetória de Sandino. Por último, deve-se assinalar a utilização complementar do Programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional, lançado em 1969. A impossibilidade de se assumir que Fonseca Amador é o autor deste texto impede que ele seja integrado ao conjunto das fontes, mas a consulta a esse documento é importante a que se aprofundem alguns aspectos abordados pelo sandinista.

Para definir o recorte temporal aplicado à fonte, considerou-se a nomeação de Fonseca Amador como secretário-geral da FSLN e o momento de institucionalização programática da Frente, ambos situados em 1968. Considerando que o projeto político de Carlos Fonseca Amador é objeto indissociável da experiência do autor, pode-se dizer que ele começou a ser gestado ainda na década de 1950, quando teve início a atuação política de Fonseca.

Nesta análise, optou-se por examinar o projeto desse autor em sua fase de consolidação, quando passou a orientar em larga escala a prática da FSLN. Ainda assim, entre os anos de 1968 e 1976, que compreendem o recorte, algumas mudanças tornaram-se perceptíveis. Dentre os elementos identificados como centrais ou preponderantes na estrutura do projeto, percebe-se a opção pela simultaneidade entre a luta armada e o trabalho de educação política. Fonseca Amador considerava que, até o final da década de 1960, os dois enfoques haviam sido mobilizados em separado, produzindo desarticulação e frustrando a aproximação com a população e a mobilização que sustentaria a continuidade da prática guerrilheira. As mudanças em torno de questões da conceituação, composição e estratégia, em geral manifestaram-se como produtos dos desafios impostos pela prática da FSLN.

A data final do recorte aplicado à fonte, 1976, refere o ano em que Fonseca Amador foi morto em combate. Portanto, qualifica-se as fontes como textos que refletiam a expressão do projeto político de Fonseca Amador já articulado à FSLN. Não como referente único da FSLN, mas como importante representante e articulador da Frente. A opção pela produção de Fonseca Amador corresponde, assim, à recepção de seu projeto pela Frente Sandinista: líder e formador do movimento, Fonseca Amador foi desde o início importante organizador de sua atuação e assim era reconhecido pelos demais integrantes da Frente.

O sandinista vivenciou, em sua experiência, um cenário de frágil industrialização, em

que a formação de uma burguesia nacional ainda era um fenômeno latente, assim como a proletarização e a formação de uma classe operária (VILAS, 1987; STÉDILE & BALODANO, 2008), em que o modelo adotado foi o da “eficiência econômica sem eficácia social” (PÉREZ-BRIGNOLI, 1990, p. 72) e onde a ingerência estadunidense estava demonstrada política e economicamente, inclusive pela articulação entre os EUA e uma ditadura de base militar voltada a apoiar o modelo agroexportador (HALPERÍN DONGHI, 2005). Desde o início da década de 1960, em virtude da Revolução Cubana, a América Latina sofria com a intensificação de práticas e regimes repressivos, respaldados pela Doutrina de Segurança Nacional. Emanada desde os Estados Unidos, a Doutrina incrementou a repressão na América Latina (PADRÓS, 2007; FEIERSTEIN, 2009). Na região centro-americana, a intervenção militar objetiva, que se estendia desde as primeiras décadas do século XX, ganhou o reforço da instalação da Escola das Américas no Panamá, construída na década de 1940 e voltada ao treinamento das forças armadas e guardas nacionais latino-americanas (NIETO, 2005; ROUQUIÉ, 1984; SUÁREZ SALAZAR, 2006).

A ampliação da mobilização popular ocorrida no mesmo período desprende-se em uma intensificação da oposição aos regimes ditatoriais – patrimonialistas ou não – que dominavam a América Central. Na Nicarágua, também contribuíram para isso a recessão provocada pela retração na produção algodoeira, que consolidou a ampliação da produção exportadora no país, assim como as expulsões da população camponesa que decorreram da concentração fundiária. A concentração de terra e a não-absorção do contingente de trabalhadores despossuídos pela frágil indústria concorreram para a proletarização da população, também contribuindo ao engrossamento das mobilizações e à rearticulação das consignas antissomozista e anti-imperialista na década de 1960. Até então, e desde a morte de Augusto César Sandino, em 1934, sobressaía a dispersão da resistência contra a intervenção militar dos EUA e contra a tomada do poder pelo liberal José Maria Moncada – deposto por Anastasio Somoza García por meio de golpe.

O período compreendido pelo assassinato de Sandino, em 1934, e o assassinato de Somoza García, em 1956, foi lido pelos sandinistas como descenso revolucionário (ORTEGA, 1980; FONSECA, 1981), possivelmente em função da desarticulação entre as lutas. Lozano (1985), por outro lado, cita importantes mobilizações populares ocorridas em 1944 e destaca a deflagração de uma greve geral e das manifestações estudantis vinculadas ao que se convencionou chamar a “Geração de 44” (LOZANO, op. Cit., p. 43), ambas

articuladas para repudiar o interesse de Somoza na reeleição. As percepções, entretanto, convergem ao indicar que a morte de Somoza García por Rigoberto López Pérez, em 1956, e o impulso da Revolução Cubana deram novo ímpeto às mobilizações. Dois acontecimentos, aliás, marcaram o ano de 1956, para a perspectiva das lutas populares, em especial da que concerne ao sandinismo: além do assassinato do ditador Somoza García pelo poeta Rigoberto López Pérez, formou-se na universidade a primeira célula identificada com o sandinismo. Esse foi o cenário de gestação de inúmeros movimentos de resistência, dentre os quais situava-se a Frente Sandinista de Libertação Nacional.

A fase de organização dos movimentos que culminaram na formação da Frente, não por coincidência, foi contemporânea de um momento de ascensão do movimento estudantil na Nicarágua (LOZANO, op. Cit.). Ao passo que a organização sindical e a consolidação de uma classe operária no país foram historicamente dificultadas pela desarticulação econômica (VILAS, 1986) e pela negação da condição de classe ao trabalhador (RODRIGUES, 1991), o movimento estudantil, impulsionado pela defesa do processo revolucionário cubano, no plano internacional, e pela autonomia universitária em relação ao governo, no plano nacional, assumiu protagonismo nas mobilizações antissomozistas e anti-imperialistas características do período. Nesse momento se intensificavam os intentos guerrilheiros na Nicarágua, sob a influência do sucesso cubano: a partir do fim da década de 1950, os esforços esporádicos de luta armada se propagaram e organizaram, quer fosse sob a liderança de veteranos do Exército Defensor da Soberania Nacional, como Ramón Raudales¹, quer fosse com a participação de conservadores ou liberais não atrelados ao regime ditatorial. A Frente configurou-se como um movimento eminentemente universitário em sua primeira década de existência que, ao propor o combate por meio da guerrilha, lidava com o duplo desafio de organizar a prática guerrilheira e de preparar seus quadros, fundamentalmente urbanos, para a luta travada nas montanhas.

Foi nesse contexto que Fonseca Amador destacou-se como líder político e intelectual de característica nacionalista, marxista e radical. A legitimação de Fonseca, formalizada em 1968 com sua nomeação como secretário-geral da FSLN, demonstrava não somente a anuência da base sandinista com as propostas apresentadas por ele como também sua íntima

¹ Ramón Raudales integrara o Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua junto a Augusto Sandino nas décadas de 1920 e 1930. Após a morte de Somoza García, Raudales articula uma coluna guerrilheira autodenominada “Exército Revolucionário da Nicarágua”. O grupo reivindicava a composição de um governo de conciliação nacional, mas também uma reforma agrária, a nacionalização de minas e a expropriação de bens dos Somoza e aliados. Raudales morreu em combate em 1958.

associação com o perfil de militante que caracterizou a Frente em sua fase inicial. Fonseca era um estudante universitário comprometido com a prática guerrilheira. Sua reiterada disposição para a guerrilha e para a ampliação da base sandinista por meio da educação política da população sintetizavam, afinal, o projeto político que orientou a organização do movimento.

Fonseca advogava pela adoção de um projeto político socialista em que se reconhecesse o legítimo homem nicaraguense – para o que enfatizava as reflexões de Sandino – e que se propusesse a combater os problemas específicos da Nicarágua, sem adotar modelos políticos preexistentes ou prever uma proposta unionista como ideal revolucionário. Tal projeto era contemporâneo de projetos marxistas impulsionados pela Revolução Cubana e pela profusão de correntes radicais que legitimavam a prática da luta armada, integrando o que Löwy (2012) descreve como a terceira onda do marxismo latino-americano. Por tudo isso, Fonseca Amador retém neste estudo papel de sujeito fundamental e fio condutor no esforço de entendimento do período que antecedeu e fundamentou a Revolução.

O estudo parte da análise da produção escrita de Fonseca Amador. Para tanto, considera-se a análise de discurso como a compreensão dos sentidos produzidos por um objeto simbólico e da significância nele investida para e por sujeitos (ORLANDI, 2015). O sentido, nesse caso, é tomado como produto de uma relação – que implica, portanto, sujeitos em diálogo e o entrelaçamento entre esses sujeitos, uma situação e o discurso produzido. No âmbito dessa relação, interessa especificamente os sujeitos que se desidentificam da forma-sujeito (PÊCHEUX *apud* INDURSKY, 2000). Indursky descreve a forma-sujeito como a existência de um “sujeito histórico”, que organiza o que pode e o que não pode ser dito, ou seja, como a determinação histórica atuando sobre o sujeito individual. O sujeito que se desidentifica, por sua vez, é o sujeito que desvia de uma determinada forma-sujeito e assim atua para sua transformação (ou deslocamento). Neste caso, segundo a autora, o sujeito desidentifica-se com uma forma-sujeito para identificar-se com outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito.

Conforme Orlandi, “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 19). A autora diz ainda que os sentidos existem “na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (*idem, ibidem*, p. 28). A partir dessas premissas, a análise de discurso interessa-se por explicitar os gestos interpretativos que

denotam a relação do sujeito com sua memória e do sujeito com as circunstâncias históricas – e linguísticas – que determinam como se diz, quem diz e em que circunstâncias.

Em relação aos objetivos específicos, o estudo parte da concepção de projeto político de Dagnino (2004, 2006). Sobre a acepção, tal como exposta por Dagnino, é benéfica a análise das determinações estruturais que balizam a ação política dos sujeitos, assim como a defesa da indissolubilidade entre cultura e política na formação da proposta. Entretanto, a fim de refazer o percurso teórico da autora, a análise destaca o conceito de política formulado por Gramsci (1978, 1980), assim como as reflexões em que o autor busca conceituar o partido político.

Além do conceito de projeto político, cabível à análise da produção escrita de Fonseca Amador, e de modo complementar, também da de Sandino, assim como das conjunturas nas quais repousaram estes projetos, utiliza-se o conceito de questão nacional, tal como formulado por Vilas (1987). Acredita-se que o uso das noções clássicas de nacionalismo é lacunar sem a adição de um conceito específico para o cenário latino-americano, e assim se optou pela discussão empreendida por Vilas (op. Cit.) em torno da ideia de “questão nacional” como fator desencadeador dos processos revolucionários na América Latina. O autor inicia sua análise expondo particularidades do conceito de nação aplicado à realidade latino-americana e dos demais países sob domínio imperialista. Aderindo a um entendimento popular da nação, sublinha que a questão nacional, nesses estados subordinados, extrapolava a independência política e se filiava a um projeto de conquista da soberania nacional. Tal particularidade também é explorada por Santos (op. cit.) ao tratar dos projetos políticos de José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón sob a hipótese de que estes se situaram no momento originário da política radical na América Latina.

Refere-se, da mesma forma, a discussão clássica em torno do conceito de nacionalismo enfatizada por Hobsbawm (1990). Também objetiva-se cotejar a dimensão nacional, tal como exposta e proposta por Fonseca Amador, com as influências marxistas que objetiva ou indiretamente mediaram a produção de seu projeto político. Por fim, o trabalho se orienta pela análise e periodização traçadas por Wasserman (2013) em torno das discussões sobre nação e nacionalismo na América Latina, buscando alinhar-se às reflexões da autora sobre os momentos em que se desenvolveu o projeto de Fonseca Amador e assim também compreendendo o período relativo ao projeto de Sandino. Nesse aspecto particular, também é importante o conceito de ondas de pensamento (DEVÉS-VALDÉS, 1997).

No terceiro capítulo, a opção por abordar o uso político de Sandino articulado pelo projeto político de Fonseca Amador implica verificar no que consistiu a aplicação da figura e das ideias de Sandino ao projeto político de Fonseca Amador. A abordagem é mediada pela conceituação de usos políticos do passado e investiga a constituição de Sandino enquanto um ícone de memória e sujeito coesivo da militância na e em torno da FSLN. Nesse sentido, analisa-se as motivações da rememoração da luta sandinista e seu significado para o desenvolvimento do projeto que culminou na eclosão da Revolução Sandinista.

Para a análise empreendida no capítulo 3, são fundamentais as reflexões de Traverso (2011) e Cattaruzza (2003) sobre os usos políticos do passado, assim como a abordagem de Hobsbawm (2013) para os sentidos e usos sociais do passado. Em relação a Traverso, são particularmente importantes as considerações críticas em torno da característica do uso político do passado operado sobre alguns fenômenos, que permite que se analise alinhamentos e distanciamentos presentes no objeto aqui abordado, e os comentários do autor no que se refere ao binômio entre experiência transmitida e experiência vivida. Cattaruzza aporta elementos significativos à análise ao explorar o fenômeno de uso político do passado relacionado à figura e à simbologia do *gaucho* argentino, tal como foram assumidas entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX. Apesar de tratar de um caso em que tal apropriação se ampliou pela esfera estatal, no que se difere do esforço de memória empreendido por Fonseca Amador no período pré-revolucionário nicaraguense, as considerações permitem que se ponha o objeto de análise em perspectiva.

Em relação a Hobsbawm, são centrais a discussão acerca do uso do passado como ferramenta de legitimação de determinadas identidades (e da caracterização da política de identidade aí situada) e a reflexão em torno de elementos componentes da fabricação do passado. A reflexão do autor sobre a fabricação do passado, aliás, articula-se à aplicação dessa fabricação ao projeto nacional e nacionalista, tal como abordada pelo autor em *A invenção da tradição* (Hobsbawm e Ranger, 1990).

No que diz respeito à compreensão da história nicaraguense, em sua perspectiva estrutural e conjuntural, e centrada no período que compreende o desenvolvimento do projeto político de Fonseca Amador sob a FSLN, os trabalhos de Zimmermann (op. cit.), Stédile e Baltodano (op. cit.), Selser (1979), Vilas (1986, 1987), Lozano² (op. cit.) e Rodrigues (op. cit.) são fundamentais. Além de apresentar estudo consagrado sobre o desenrolar da

² Consultar a publicação da autora para uma cronologia da Nicarágua no século XX e dos principais eventos na história da FSLN.

Revolução Nicaraguense, Zimmermann desenvolveu ampla investigação sobre a trajetória de Carlos Fonseca Amador. A autora disponibiliza dados sobre a atividade política do sandinista desde sua formação básica escolar até sua morte, em 1976. A centralidade da autora para se compreender a biografia de Fonseca é inegável. Entretanto, o enfoque do trabalho prioriza o estabelecimento de uma cronologia da atuação de Fonseca Amador. Stédile e Baltodano realizam esforço semelhante ao apresentar uma visão panorâmica da trajetória de Sandino, somada a uma breve análise de seu ideário e à reunião de diversos trechos de discursos e textos escritos pelo líder guerrilheiro. Da mesma forma, Selser enfoca a trajetória de Sandino, oferecendo elementos imprescindíveis a que se identifique o uso político deles feito por Fonseca Amador e pelos sandinistas em geral. O aprofundado estudo de Vilas dispõe sobre questões estruturais que contribuem a um entendimento global sobre a história da Nicarágua. As particularidades do caso nicaraguense somam-se a estudos de história latino-americana, tais como os de Halperín-Donghi (op. Cit.), Pérez-Brignoli (op. Cit.) e Torres-Rivas (1981, 2007, 2011), de modo a permitir o tratamento panorâmico de questões latino-americanas que são pertinentes à análise da Nicarágua pré-revolucionária. Orientada por uma extensa cronologia, Lozano contribui à verificação de diversos episódios mencionados por Fonseca Amador em sua produção escrita e amplia as possibilidades de análise em torno das opções feitas pelo sandinista, principalmente no que se refere à menção e qualificação desses diversos episódios. Rodrigues, ao discutir a questão nacional na Nicarágua no transcorrer da ditadura somozista e discorrer sobre as articulações entre a nação e a revolução sandinistas, oferece contribuição indiscutível à presente análise, tanto em função da proximidade entre os problemas de pesquisa como em virtude das escolhas da autora para a abordagem política e econômica das condições de desenvolvimento da questão nacional nicaraguense.

Por fim, faz-se necessário mencionar a diversidade de relatos sandinistas sobre aspectos gerais da atuação da Frente Sandinista, da Revolução Nicaraguense e do projeto político de Sandino. Há desde testemunhos de militantes sandinistas publicados, como os de Cebério, Invernizzi e Pisani (1985), resultante de entrevistas realizadas pelos jornalistas com líderes sandinistas, até o extenso trabalho de recomposição da trajetória da FSLN empreendido por Baltodano (2010) por meio de entrevistas com integrantes da Frente, transmitidas via rádio e publicadas em quatro volumes. Dentre os livros escritos pelos próprios sandinistas, em forma de relato ou de análise do pensamento sandinista, destaca-se Borge (1989), Ortega (1980) e Wheelock (1980).

Por meio da reunião dessas referências e de sua aplicação ao objeto da análise, esta dissertação tenciona aportar hipóteses que favoreçam o entendimento do conteúdo do projeto político de Carlos Fonseca Amador em suas escolhas e motivações. Assim também pretende oferecer subsídios às reflexões sobre o percurso revolucionário traçado pelos sandinistas. Fundamentalmente, a intenção é retroceder à fase de organização da Frente Sandinista de modo não somente a analisar as origens do movimento como também a incrementar a compreensão do exercício de governo da Frente, seus avanços e derrotas. Esse esforço não seria possível sem que se partisse de Fonseca Amador e, por meio dele, se chegasse a Sandino. Tendo em vista o caráter processual que acompanha todo e cada episódio dessa história, acredita-se que a seleção operada contribua a outras reflexões sobre a experiência da FSLN e, no plano geral, aos esforços de entendimento dos projetos políticos revolucionários da esquerda latino-americana impulsionados pela Revolução Cubana.

1. SANDINO E FONSECA NO TERRENO DAS LUTAS NICARAGUENSES

Ao se estabelecer uma relação de sentido e influência entre Augusto Sandino e Carlos Fonseca Amador, questiona-se: em que medida essa associação está presente? É possível tomar Fonseca Amador como um sucessor de Sandino por seu projeto político? O projeto de Fonseca guarda relação íntima com a atividade e os elementos políticos que fundamentaram as reivindicações de Sandino e embasaram a ação do Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua?

Além das questões que permitem a aproximação entre estes dois sujeitos, é razoável investigar: de que modo a atividade da FSLN pode se desenvolver? Qual a conjuntura que engendrou a formulação de um movimento político que extrapolava a ortodoxia marxista – e cuja filiação ao marxismo, inclusive, foi posta em questão por outros movimentos de esquerda latino-americanos? De que outros movimentos e práticas a Frente foi tributária? É possível relacionar as particularidades da FSLN a elementos conjunturais característicos da fase em que se desenvolve? Em que pontos a FSLN pré-1979, e especificamente seu primeiro e mais significativo líder formador, Fonseca Amador, se distanciaram do projeto de Sandino?

Por meio dessas questões, o presente capítulo apresenta Carlos Fonseca Amador e apresenta também Augusto Sandino. A partir do entrelaçamento de ambos, a análise tenciona verificar os pontos de aproximação e distanciamento entre os dois líderes políticos. Assim também o estudo objetiva compreender as características do período que engendrou a formulação da Frente Sandinista de Libertação Nacional e volta-se à informação conjuntural que condicionou o desenvolvimento do movimento.

Carlos Fonseca Amador nasceu em Matagalpa, cidade da região Norte da Nicarágua e, portanto, próxima da fronteira com Honduras. Desde o século XIX, a região montanhosa que compreendia Matagalpa configurava-se como zona cafeeicultora. De acordo com Zimmermann (2012), o ciclo do café era o principal marcador da vida comercial de Matagalpa. A colheita ocorria entre dezembro e fevereiro. Em decorrência disso, ampliavam-se os postos de trabalho e também a circulação de mercadorias no período imediatamente posterior à colheita. A sazonalidade da principal atividade econômica, num primeiro momento, permitia que os trabalhadores se dedicassem à pequena propriedade familiar nos demais períodos do ano para o cultivo de milho e feijão, principalmente.

Com a ampliação da produção do café, entre o final do século XIX e o início do século XX, a economia agroexportadora assumiu sua faceta proeminente na Nicarágua até que o

cultivo de algodão substituiu o café, na década de 1950. Por meio da propriedade cafeeira, iniciou-se um processo de proletarização marcado pela tomada das terras camponesas e consequente expulsão dessa população para as fronteiras agrícolas. A modernização econômica necessária à expansão da economia cafeeira, entretanto, indicou muito mais o caminho da proletarização do que o da dinamização da propriedade e do regime de exploração (RODRIGUES, 1991): ainda que destituídos de suas propriedades, os camponeses não se tornaram assalariados. Em Matagalpa, cidade integrante da zona cafeeira, o processo que nacionalmente se acirraria com a consolidação da economia algodoeira já era, portanto, perceptível na primeira metade do século. Entretanto, Zimmermann alerta que

embora o auge comercial do café favorecesse os grandes produtores, um significativo número de sítios médios permaneceu até depois da Segunda Guerra Mundial, colhendo café em pequenas quantidades junto a produtos alimentícios para venda e consumo local (ZIMMERMANN, op. cit., p. 38)³

A forma como se deu a ocupação da terra com as lavouras de café contribuiu a que Matagalpa possuísse uma característica populacional diferenciada. Conforme Zimmermann, a oferta estatal de terras para o plantio de café, levada a cabo no fim do século XIX, atraiu à Nicarágua imigrantes alemães, estadunidenses, ingleses, italianos e franceses. A transferência das terras estava condicionada à exigência do plantio de 25 mil pés de café e manutenção privada das lavouras. Os imigrantes atraídos pela proposta possuíam, portanto, condições financeiras para tal investimento. O processo determinou o cosmopolitismo atribuído à Matagalpa por Zimmermann, além de favorecer o desenvolvimento econômico da região e reforçar o repertório cultural europeu e estadunidense da elite regional.

O contraste entre o cosmopolitismo e a condição precária da maioria da população era perceptível na própria história de Carlos Fonseca. O sobrenome Amador, ora expressado nos textos de sua autoria, ora suprimido em favor da utilização exclusiva do sobrenome materno, remetia a uma das famílias mais ricas e politicamente poderosas da região, vinculada à produção de café e ao Partido Conservador da Nicarágua. O pai de Carlos Fonseca, Fausto Amador, acompanhou o fortalecimento do poder do Partido Liberal Nacionalista filiando-se a ele. Como produto de sua associação ao partido somozista, Fausto Amador ampliou seu poder

³Ainda de acordo com a autora, as relações de trabalho na zona cafeeira guardavam sensível relação com o passado colonial, uma vez que incluíam o trabalho forçado de comunidades indígenas e o endividamento por peonagem. Zimmermann explica as condições precárias como um efeito perverso da baixa produtividade e dos custos de transporte elevados perceptíveis na Nicarágua em relação a outros produtores centro-americanos de café.

político e econômico por meio da administração de empresas de Somoza, além da propriedade de terras voltadas à exportação. Por outro lado, a mãe de Fonseca, Augustina Fonseca, viveu toda sua vida em condições extremamente precárias.

1.1 Em defesa da soberania nacional : ataques intervencionistas e a atuação do EDSN

O ano de 1936, do nascimento de Fonseca, é muito próximo do ano da morte de Sandino, ocorrida em 1934. Nascido em 1895, Sandino, em pouco tempo e condições adversas reunira sob sua liderança o Exército Defensor da Soberania Nacional – EDSN -, na Nicarágua. O EDSN visava fundamentalmente à expulsão dos fuzileiros navais estadunidenses que expressavam a objetividade e a concretude da intervenção estrangeira sobre a Nicarágua. Entretanto, a organização do exército guerrilheiro e o interesse em propor a adesão da população ao chamado anti-intervencionista criaram condições para que Sandino expressasse mais do que a simples vontade de romper com a dominação direta dos EUA. Entre 1926 e 1934, o líder operário-camponês nicaraguense filiou-se ao internacionalismo centro-americano por meio da reivindicação anti-imperialista e conclamou amplos setores da sociedade a se unirem na defesa da soberania nacional.

Ao retornar à Nicarágua, em 1926, Sandino vinha do México, onde havia trabalhado nos anos anteriores como operário mecânico da petrolífera Huasteca Petroleum Company. A Nicarágua enfrentava, nesse momento, mais uma guerra civil motivada por disputas entre liberais e conservadores. A primeira fase da existência do EDSN se desenvolveu em meio a esse contexto e o respeito aos princípios constitucionais reivindicado pelos liberais determinou que o Exército Defensor se postasse ao lado do exército liderado por José María Moncada. Sandino assumia, portanto, o lado dos liberais constitucionalistas:

Em 11 de março [de 1927] saí com meu exército rumo ao acampamento do general Moncada; a sorte estava do meu lado e, no lugar chamado “El Bejuco”, meu exército pôde romper as cadeias que afogavam a revolução. A surpresa deles foi grande ao ver flamejar a bandeira da liberdade no coração dos meus acampamentos; desde esse momento, as forças constitucionalistas encheram-se de entusiasmo, e cada dia era celebrado um combate a nosso favor. O momento decisivo estava próximo; tinha chegado a última hora para o conservadorismo, posto que o exército liberal contava com 7000 homens bem equipados e transbordantes de entusiasmo. (*A declaração da guerrilha, 1927. In: SELSER, 1979, p. 54*)

Os conservadores aos quais se opunha o exército liberal haviam se instalado na presidência em 1910, após as renúncias de José Santos Zelaya, em 1909, e de seu sucessor,

José Madriz, em 1910. Sua chegada ao poder ocorrera por meio de uma guerra civil e contara com o apoio militar direto das forças navais dos Estados Unidos. O apoio se deveu ao interesse em conter a consecução do projeto político dos liberais, que incluía o rechaço à construção de um canal interoceânico na Nicarágua com capitais exclusivamente estadunidenses. A aproximação de Zelaya com investidores ingleses e japoneses e sua reticência para contratar empréstimos de bancos estadunidenses foram motivos importantes para que o governo dos EUA passasse a ver o governo liberal como uma ameaça a seus interesses imperialistas na Nicarágua, que incluíam o controle marítimo da região – e os lucros monopolistas daí decorrentes.

Para além das medidas que motivaram a intervenção estadunidense, o governo liberal de Zelaya garantiu as condições para a consolidação da economia agroexportadora baseada no café, inclusive acelerando o processo de expropriação das comunidades indígenas iniciado anos antes pelas oligarquias conservadoras. Ao longo de sua administração, entre 1893 e 1909, Zelaya também foi responsável pela reincorporação militar do território da Mosquitia, que se encontrava sob domínio inglês (cfe. HARNECKER, 1987). Rodrigues (op. Cit.) destaca que o governo de Zelaya promoveu a formalização do Estado oligárquico, uma vez que buscou a centralização das elites em torno de um projeto de integração nacional. Em função dessas medidas, a presidência do liberal significou uma ameaça à dominação direta dos EUA sobre a Nicarágua, fundamentais às pretensões imperialistas.

A renúncia de Zelaya e Madriz significou o cerceamento das reformas liberalizantes e culminou na liderança associada de conservadores e do governo estadunidense. Ao se expressar sobre o processo, Carlos Fonseca atribuía à intervenção dos EUA a “frustração histórica” no processo de desenvolvimento da Nicarágua. Sua opinião também demonstrava que Fonseca acreditava na defesa de um projeto nacional autônomo pelos grupos liberais despojados da liderança política:

Sem a intromissão imperialista, o processo social democrático burguês teria continuado sua evolução natural. (...) A recuperação do poder pela derrocada oligarquia conservadora, graças aos encouraçados dos Estados Unidos, foi um fenômeno que cerceou a identidade do processo histórico nicaraguense. Nicarágua começou a deixar de ser ela mesma, deixava de ser a pequena nação que com suas próprias paixões buscava a si mesma, para se converter na pequena presa do crescente monstro norte-americano. (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, 1982, Tomo II, p. 39*)

Fonseca Amador sugeria, em seu texto, que o interesse defendido pelos liberais era burguês e, em contraposição ao interesse dos oligarcas representados pelo partido conservador, possuía sentido progressista.

Dissolvido o governo liberal, cessaram também as tentativas reformistas e tomou forma a administração conservadora. Entretanto, é preciso enfatizar que, mais do que uma disputa política de âmbito local entre conservadores e liberais, repousava sob a dissolução do governo liberal o interesse geopolítico estadunidense na Nicarágua. A questão da construção do canal interoceânico, obstruída pelo governo de Zelaya, seguia em pauta não somente pela possibilidade real da obra, mas também pela contenção de possíveis inversionistas que pudessem competir com os EUA pelo controle marítimo. Além disso, a presença e controle militares estadunidenses na região centro-americana – com finalidade diplomática e política - demonstraram prevalecer sobre a intervenção econômica, de acordo com Torres Rivas (2007, p. 24). Desse modo, a Nicarágua pode operar como base regional dos EUA para operações militares e negócios ilícitos (Rodrigues, op.cit.).

De fato, em 1910, a imposição dos pactos Dawson⁴ converteu a Nicarágua em virtual protetorado estadunidense. Entre os dispositivos acionados pelos pactos, constava a eleição de uma assembleia constituinte, a nomeação de um candidato conservador para a presidência somada à deposição dos liberais investidos de cargos na administração pública e o aceite de um empréstimo para sanar as dívidas do Estado (Lozano, 1985). Assim, em 1911, Juan José Estrada e Adolfo Díaz assumiram os cargos de presidente e vice-presidente para um mandato de dois anos. No decorrer desse período, numerosos empréstimos foram firmados, estabelecendo como garantias o controle sobre o recém-criado Banco Nacional e sobre a empresa ferroviária nacional. A ocupação militar também facilitou a penetração dos capitais estadunidenses: conforme Secco (2001), a United Fruit e a Standard Fruit detinham 80% das exportações da Nicarágua, além de serem beneficiárias de isenções fiscais.

Ainda no início da década de 1910, a oposição aos conservadores passou às mãos do liberal Benjamín Zeledón. Sob sua liderança, a oposição assumiu a defesa da igualdade e da soberania nacional. Lozano (op. cit.) menciona o conteúdo de uma nota de Zeledón ao exército liberal:

⁴ Os Pactos Dawson foram firmados em outubro de 1910 por intermédio do emissário especial dos EUA na Nicarágua, Thomas Dawson – que havia sido o responsável por estabelecer o protetorado estadunidense na República Dominicana. O acordo já listava os nomes de Juan José Estrada e Adolfo Díaz como candidatos para a presidência e vice-presidência e abolia os monopólios constituídos por Zelaya, garantindo os “direitos legítimos dos estrangeiros”, entre outras disposições.

Queremos que o povo não morra de fome, que desapareçam os exploradores, os homens que envilecem. (...) Queremos por último e sobre todas as coisas, que a soberania nacional simbolizada por esta bandeira azul e branca seja efetiva e que não a abatam ventos de intervenção. (LOZANO, op. cit., p. 27)

A morte de Zeledón em combate, em 1912, foi contemporânea da ampliação da intervenção militar estadunidense, tornada direta pelo desembarque dos fuzileiros navais na Nicarágua. A chegada dos *marines* ao território nicaraguense estava amparada pela política intervencionista do Big Stick⁵. Ainda em 1912, foi assinado o Tratado Chamorro-Wetzel, que dispunha sobre a cessão aos EUA do direito de construção, serviço e manutenção de um canal interoceânico na Nicarágua e previa o estabelecimento de uma base naval estadunidense no Golfo de Fonseca e o arrendamento das Ilhas do Milho pelos Estados Unidos. O Tratado Chamorro-Wetzel foi ratificado em 1914 pelo Tratado Chamorro-Bryan.

Nos dez anos seguintes, houve sucessivos presidentes conservadores. A continuidade foi parcialmente interrompida em 1923, quando disputas facciosas entre os conservadores implicaram a formação de uma coalizão política com os liberais. A coalizão, investida no poder pela presidência do conservador Carlos Solórzano e pela vice-presidência do liberal Juan Bautista Sacasa, foi interrompida pelo levante armado encabeçado por Emiliano Chamorro. Conservador rival de Solórzano, Chamorro foi afinal nomeado para a presidência em 1926. Lozano (op. cit.) sublinha que neste momento a “guerra civil constitucionalista” tornou-se generalizada na Nicarágua: às forças liberais, lideradas por José María Moncada, somaram-se grupos armados populares. Assim teve início a trajetória do Exército Defensor da Soberania Nacional e da luta popular chefiada por Augusto Sandino. Quando, em 4 de maio de 1927, o general Moncada aceitou os termos do acordo de paz proposto por Henry Stimson, delegado dos EUA na Nicarágua, o EDSN decidiu manter-se em combate. O acordo, conhecido como Pacto do Espino Negro, foi qualificado pelo exército sandinista e pelos demais opositores como “a traição de Tipitapa”, nome dado em decorrência do local onde o acordo foi firmado.

Em julho de 1927, Sandino proclamou a manutenção da atividade do Exército Defensor e a radicalização de seus objetivos:

⁵ O Big Stick, modelo de política externa adotado pelos EUA durante o governo de Theodore Roosevelt, relacionava-se à Doutrina Monroe e embasou uma série de intervenções militares em países latino-americanos, sob a premissa de conter intervenções de outras potências no continente – a “América para os americanos”. O modelo diplomático, que visava proteger os interesses econômicos estadunidenses na América Latina, produziu a expansão da marinha dos EUA e fomentou a construção dos canais interoceânicos na Nicarágua e no Panamá.

A revolução liberal está em pé. Existem alguns que não traíram, que não claudicaram nem venderam seus rifles para satisfazer a ambição de Moncada. (...) juro perante a pátria e perante a história que minha espada defenderá a honra nacional e que será redenção para os oprimidos. Aceito o convite à luta e eu mesmo a provooco, e ao desafio do invasor covarde e dos traidores da pátria, respondo com meu grito de combate. (*Primeiro manifesto político, 1927. In: SELSER, op. cit. pp. 57-58*)

A experiência da guerrilha de Augusto Sandino tornou-se significativa do enfrentamento popular ao imperialismo estadunidense e da associação deste embate com as consignas da defesa da soberania e da libertação nacional. Visto como antecedente guerrilheiro mais próximo pelos revolucionários cubanos (GUEVARA, *Guerra de guerrilhas, um método. In: LÖWY, 2012*), Sandino contribuiu ao repertório da luta revolucionária latino-americana. Seu pensamento, de fato, perpassava um amplo rol de influências. A começar pelo incremento político e estratégico oferecido pela experiência no México. Selser (op. cit. página) sugere que a opção pela guerrilha reproduzia o método empregado pelos camponeses liderados por Pancho Villa e Emiliano Zapata no México revolucionário. Fonseca, por sua vez, ressaltou a importância do contato entre Sandino e os operários mexicanos para reforçar o caráter proletário da luta desenvolvida na Nicarágua: “Sandino é a cúspide dessa ira [a ira dos rebeldes após a Traição de Tipitapa], mas como peregrino em outras terras pode acolher em Cerro Azul [localidade mexicana] o ideal proletário vindo desde longe” (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. cit., Tomo II, p. 48*). Para Fonseca, a experiência aportou também o acesso ao desencadeamento da Revolução Russa e o contato com o “espírito proletário que pela primeira vez espalhou-se pelo planeta” (*idem, ibidem, p. 43*).

Discute-se o teor propriamente marxista das proposições de Sandino. Seu marxismo foi defendido por Stédile & Baltodano (2008) como produto não de uma vinculação teórica, mas da experiência prática de luta anti-imperialista. A correção dessa hipótese é validada se considerada a reflexão de Vilas (1987), para quem o embate entre dominantes e dominados consistiu, na Nicarágua, em uma expressão da contradição classista, inclusive com potencial para desencadear um processo revolucionário. Some-se a isso o alinhamento entre a defesa da soberania nacional nicaraguense e do anti-imperialismo pelo líder do EDSN que disso decorria. A retomada das premissas da luta encabeçada por Sandino pela Frente Sandinista de Libertação Nacional se deu especialmente sob esse eixo.

A reivindicação da libertação nacional, entretanto, mantinha algumas premissas liberais. Favorável à construção do canal interoceânico, Sandino se manifestava em defesa da multinacionalidade dos capitais estrangeiros investidos. (*Primeiro manifesto político, 1927. In: SELSER, op. cit., p. 60*). A vinculação a princípios defendidos pelos liberais pode ser compreendida sob a mesma chave explorada por Fonseca, que referia o sentido progressista do “processo democrático-burguês” intentado pela administração de Zelaya. No campo da disputa política, em síntese, os liberais representariam o elemento nacional. Tal possibilidade é reforçada quando se observa que Sandino afirmava a condição antinacional dos conservadores por sua associação com os interesses dos EUA. Mais tarde, a atitude de Moncada diante de Stimson foi considerada por Sandino como uma traição e uma falta aos “deveres de militar e de patriota” (*idem, ibidem, p. 59*).

Sandino nunca assumiu a diretriz soviética, e esse distanciamento se agravou quando o guerrilheiro pediu apoio ao governo mexicano que vinha sendo sistematicamente rechaçado pelo Partido Comunista Mexicano (ANGELL, 1997). Entretanto, ainda que a heterodoxia tenha sido um traço preponderante nas posições assumidas por Sandino, sua expressão demonstrou a permanência de elementos de influência soviética. Entre as décadas de 1920 e 1930, o *Comintern* defendia a estratégia das Frentes Únicas, voltadas a promover amplas alianças para contenção da ameaça fascista que se acercava e para a consecução da fase democrático-burguesa dos processos revolucionários, cabível a países que, como os latino-americanos, ainda fossem acometidos por relações semifeudais. Conforme Wasserman,

A formação de frentes populares que reuniam classes médias, setores operários e as burguesias nacionais aos partidos comunistas foi característica do período de hegemonia stalinista, embora algumas diferenças entre os países pudessem ser explicadas com base na existência de uma margem de autonomia destes partidos comunistas em relação ao Comintern. (WASSERMAN, 2010, p. 28)⁶

A estratégia das Frentes Populares convergia com a proposta de Sandino de formação de uma aliança de ampla base social. O interesse nessa unidade pluriclassista associava-se ao potencial aglutinador de sua reivindicação central: a libertação nacional em relação ao intervencionismo estadunidense. A esse potencial somavam-se o acúmulo de lutas do líder guerrilheiro, sua vivência junto aos operários mexicanos, sua condição de camponês despossuído e seu contato com a permanente ingerência estadunidense. Como produto desses

⁶ A autora diz ainda que a formação das frentes populares não respondia apenas à orientação *cominternista*, mas “era fruto da experiência populista de incorporar demandas populares” (WASSERMAN, op.cit., p. 28).

fatores, a reivindicação imediata pode ser ampliada sob a forma de um projeto político que incluía um modelo específico de libertação. Sugere-se, portanto, que a condição de classe de Sandino, bem como a condição classista de seu projeto, estivessem presentes precisamente no conteúdo que permitiu a seu anti-intervencionismo transformar-se em anti-imperialismo⁷.

A crítica ao que Angell (op. cit., p. 86) chama de o “ecletismo ideológico” de Sandino foi desmentida por Fonseca, para quem a unidade entre diferentes forças consistia numa necessidade própria a um combate desigual (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. cit., Tomo II, p. 71*). A amizade entre Sandino e o comunista salvadorenho Farabundo Martí – que chegou a integrar as colunas do EDSN – foi utilizada por Fonseca em defesa do anti-sectarismo de Sandino (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 111*). O rompimento entre ambos, aliás, ocorreu precisamente em decorrência do isolamento produzido no contexto de afirmação do “ecletismo ideológico” de Sandino, de um lado, e de críticas ao EDSN por diversos partidos comunistas latino-americanos, entre os quais o salvadorenho.

De um modo ou de outro, a condição anti-imperialista da luta travada pelo EDSN foi um dos fatores que impediu a rendição das colunas guerrilheiras quando os demais contingentes do exército liberal abandonaram a guerra em benefício da conciliação e da realização de uma eleição supervisionada pelos EUA (LOZANO, op. cit.). A ameaça contida pela radicalidade do Exército Defensor também foi fator motivador da emboscada que matou Sandino em 1934. O plano foi organizado por Anastasio Somoza García, nomeado chefe da Guarda Nacional por seus preparadores, os fuzileiros navais estadunidenses. O assassinato ocorreu em meio à retirada das tropas estadunidenses e desrespeitou os termos do acordo de paz firmado entre guerrilheiros, liberais e conservadores, que estabelecia a promulgação de ampla anistia aos combatentes sandinistas.

Em 1933, a presidência da Nicarágua estava nas mãos do liberal Juan Bautista Sacasa. Sacasa havia sucedido o também liberal José María Moncada, investido no cargo em 1929 após a vitória em eleições supervisionadas pelos Estados Unidos. Lozano (op. cit.) afirma que o período da administração de Moncada, que se estendeu entre 1929 e 1932, foi o momento de maior projeção do EDSN. De acordo com a autora, o Exército atingiu a marca de seis mil

⁷ Isso não impediu que, de acordo com Fonseca, as desavenças entre Sandino e o Partido Comunista Mexicano a partir de 1930 produzissem censuras ao líder do EDSN entre a comunidade internacional, “porque suas reivindicações tinham excessivas limitações, ao reduzirem-se a exigir a desocupação dos intervencionistas e o respeito à soberania nacional. Pedia-se a Sandino que fizesse demandas de mais acentuado conteúdo classista” (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. cit., Tomo II, p. 73*).

homens entre 1931 e 1932 e passou a controlar cerca de três quartos do território nicaraguense por meio de oito colunas guerrilheiras formadas por camponeses da região segoviana, operários, artesãos e combatentes internacionais (LOZANO, op. cit., pp. 37-38).

1.2 Ditadura somozista e as condições para a ampliação da oposição na Nicarágua

À morte de Sandino e à retirada das tropas estadunidenses seguiu-se o golpe que, em 1936, depôs Sacasa e elevou seu impetrante, Anastasio Somoza García, ao cargo de presidente da república, dando início à longa ditadura patrimonialista da família Somoza. Rodrigues (op. Cit.), ao caracterizar o regime imposto como o “projeto político do capital”, enumera os elementos que formataram a ditadura somozista. A dominação de classe se corporificava por meio da modernização orientada pelas necessidades do capital monopolista.

Autores divergem ao analisar o papel das classes dominantes nicaraguenses sob o somozismo: para alguns, como Rodrigues (op. cit.) e Lozano (op. Cit.), o espaço da política foi delegado pela burguesia e pela oligarquia aos ditadores que se sucederam. Essa dinâmica teria se desequilibrado apenas na década de 1970, fundando a crise da hegemonia somozista no bloco de classes dominantes em função da incapacidade do regime para representar os “interesses do capital” (LOZANO, op. cit., p. 89). Entretanto, justamente a crise da hegemonia demonstra não uma mera abdicação do espaço da política, mas uma associação entre essas classes e o somozismo, que acabou sendo distorcida pela ditadura em benefício de interesses particulares dos Somoza. O caráter patrimonialista da ditadura somozista, dado pelo elevado grau de fidelidade das forças armadas em relação aos Somoza, atingiu seu ápice na fase final do regime, quando “o governo dá a impressão de ser um prolongamento do Exército” (ROUQUIÉ, 1984, p. 192). Não coincidentemente, esse foi também o momento em que a equação entre o atendimento dos interesses do capital e os interesses pessoais dos Somoza desequilibrou-se em favor desses últimos.

A discussão em torno da forma como a classe dominante se integrou à instância política e ao Estado é importante para os fins dessa análise em função da sustentação da hipótese relativa ao caráter antinacional do somozismo – convergindo com a abordagem de Rodrigues – e do papel operado especificamente pela burguesia nessa dinâmica. Noutros termos, tenciona-se validar a hipótese de a burguesia nicaraguense não ter cumprido as atribuições de uma burguesia nacional, mas as de uma burguesia precocemente financeirizada e integrada já em seu momento de emergência aos interesses do capital estrangeiro. Como

consequência disso, avalia-se o impacto significativo dessa associação sobre o conteúdo – ou ausência – de um projeto de nação formulado pelas classes dominantes e de como esse elemento implicou a centralidade da questão nacional no projeto político de Fonseca Amador.

A característica articula-se também ao modo como se deu a ingerência estadunidense na Nicarágua: de acordo com Rodrigues, os EUA se responsabilizaram pela instituição dos “alicerces políticos da nação nicaraguense” (RODRIGUES, op. cit., p. 13). A manutenção da Nicarágua como “polo contrarrevolucionário latino-americano” (*idem, ibidem*, p. 15) teria sido, nesse cenário, produto da forma direta assumida pela intervenção estadunidense e da importância que essa ingerência teve sobre a conformação do projeto nacional no país. A relação íntima da ditadura somozista com os EUA era demonstrada em eventos como a retirada das tropas de fuzileiros navais em 1933 em função da substituição da intervenção dos *marines* pela Guarda Nacional, criada durante o período de ocupação direta estadunidense e treinada pelo próprio contingente militar invasor. Nesse sentido, salienta-se que o que findou em 1933 foi a intervenção direta dos EUA, mas não sua presença política e militar indireta por meio do somozismo e de seu braço armado, a Guarda Nacional.

A ditadura somozista contribuiu também à sedimentação da unidade política na Nicarágua, garantindo a estabilidade por meio da aproximação entre os Partidos Conservador e Liberal. A oposição entre ambos tornou-se meramente formal, e houve, no decorrer do regime ditatorial, diversos momentos em que essa associação foi reforçada, como em 1948, quando o pacto Somoza-Cuadra Pasos garantiu ao partido Conservador uma participação no governo e a promessa não-efetivada da realização de eleições livres em 1951 (LOZANO, op. cit., p. 45). Segundo Lozano, o acordo inaugurou a política das “paralelas históricas”, substituindo os enfrentamentos entre os partidos por um bipartidarismo formal, cuja relação era nutrida pela assinatura de acordos e pactos eleitorais, que visavam à contenção da mobilização popular de oposição. O bipartidarismo, aliás, contribuiu à neutralização da representação política de amplos setores da sociedade junto ao Estado (RODRIGUES, op. cit.). A esse fator somaram-se outros instrumentos, como a criação de sindicatos atrelados ao governo e a promulgação do Código do Trabalho em 1945. A promulgação do Código serviu à cooptação de sindicatos, já debilitados ou absorvidos pelo Estado somozista, e à desarticulação de mobilizações políticas (FAJARDO, 1980). A seguir, o desmantelamento progressivo do Código produziu-se em função de negociações com a oposição oligárquica. A

consolidação da unidade política foi, por fim, fundamental à dinamização e aceleração do processo de acumulação capitalista na Nicarágua na década de 1950.

Os movimentos realizados pelo regime somozista nesse período, entre meados da década de 1940 e meados da década de 1950, expressavam reações a uma conjuntura de ampliação da reivindicação pela democracia, oportunizada pelos embates travados no contexto da Segunda Guerra Mundial. Conforme Torres-Rivas,

a ofensiva antioligárquica [nos países centro-americanos] moveu-se em função da reivindicação da democracia (em abstrato) como o oposto à ditadura, quase como sinônimo de sufrágio livre. Estimulado pelo clima internacional de vitórias antifascistas, em meados dos anos 40, o descontentamento popular ganhou forma e pôs o primeiro desafio à ordem vigente: a democratização do sistema (TORRES-RIVAS *apud* RODRIGUES, op. cit., p. 23)

Em função dessas influências, a reivindicação, no âmbito do movimento operário na Nicarágua, foi direcionada para o esforço conjunto pelo aperfeiçoamento da democracia e, conseqüentemente, pela expressão de apoio a Somoza. Essa é, inclusive, uma característica importante para se compreender o momento de formação do PSN. Num sentido, a organização popular se fortaleceu e os sindicatos se multiplicaram, mas seu exercício era balizado pela defesa da convergência de todos os setores em benefício da democracia⁸. Noutro sentido, nem as limitações da mobilização popular impediram a ampliação da repressão verificada no período: de acordo com López (2008), o fim da década de 1940 foi marcado pela limitação à liberdade de organização e expressão do movimento operário, em função do virulento anticomunismo delineado pela política macartista que teria vigência nos EUA ao longo da década seguinte⁹.

Houve, contudo, outro elemento importante para a efervescência oposicionista que se verificou na Nicarágua na década de 1940, especificamente. Em 1944, as manobras de Somoza García para permitir sua reeleição resultaram em mobilizações estudantis e da oposição partidária. Lozano (op. cit.) ressalta que as manifestações desembocaram numa greve geral deflagrada em 4 de julho de 1944, convocada por conservadores e liberais

⁸ López (2008) utiliza o exemplo do manifesto das “Sociedades Unidas de Obreros de Nicaragua”, publicado no semanário HOY, em agosto de 1940, no qual se expressava o apoio a Somoza García frente a “guerra ensanguentada do totalitarismo” e em benefício do desenvolvimento da democracia (LÓPEZ, op. cit., p. 68). O autor traz também um relato cronológico da experiência dos movimentos sociais na Nicarágua ao longo do século XX.

⁹ De acordo com Purdy (2007), a campanha contra a subversão conhecida como macartismo, devido ao nome do senador anticomunista Joseph McCarthy, resultou na publicação de investigações contra a suposta subversão de intelectuais, artistas e funcionários do governo federal. Em decorrência disso, ocasionou demissões, prisões e, inclusive, execuções.

antissomozistas. Socialmente, a greve foi limitada, uma vez que o pequeno proletariado urbano convergia para o recém-criado PSN e executava a política de apoio à Somoza em troca de relativa liberdade organizacional e da aprovação do código de leis trabalhistas (SECCO, op. cit.), além da estratégia de “aperfeiçoamento da democracia”. A oposição representada por conservadores e liberais desorganizou-se a seguir em função do pacto que tornou vigentes as já mencionadas “paralelas históricas”.

A unidade política bipartidária somada à repressão, que atingiria seu ápice após o assassinato de Somoza García, em 1956, favoreceu a desarticulação da oposição popular, por meio do encarceramento massivo dos opositores. Ao mesmo tempo, o episódio operou como fator motivador às iniciativas guerrilheiras que se sucederam desde a segunda metade da década de 1950. O crescimento econômico produzido pela cultura algodoeira na década de 1950 arrefeceu os ânimos das classes dominantes ao contribuir para a consolidação de sua aliança com o Estado somozista. A economia aquecida também favoreceu, de acordo com Rodrigues (op. cit.), o enfraquecimento da oposição, uma vez que permitiu a Somoza negociar com o setor médio e as organizações de trabalhadores. Lozano (op. cit., p. 47) indica que o crescimento médio do produto interno bruto nicaraguense entre 1950 e 1965 atingia os 5,6%. A autora acrescenta que nesse momento surgiram os grupos financeiros mais importantes da burguesia nicaraguense, relacionados à acumulação proveniente da economia algodoeira e ao estabelecimento das grandes empresas somozistas, que ampliaram a órbita de poder econômico do regime, consubstanciando a fração somozista da burguesia nicaraguense.

Sob a conjuntura de expansão econômica, “ascenso revolucionário”¹⁰ e repressão, Carlos Fonseca iniciou sua militância política no ambiente da educação secundária. A experiência de Fonseca contrastava a pobreza vivida junto a sua mãe e irmãos e os efeitos da riqueza da família de seu pai, que permitiram ao estudante ingressar no Instituto Nacional do Norte por meio de uma bolsa estudantil integral. Isso porque a concessão de bolsas pelo INN – uma instituição pública - priorizava filhos de funcionários públicos ou de filiados ao Partido Liberal Nacionalista, do qual procedia Somoza. O Instituto secundário possuía tradição de

¹⁰ A periodização proposta por Ortega (1980) situa o ano de 1956 – ano do assassinato de Somoza García – como um marcador do início da onda ascendente de manifestações de oposição. A leitura condiz com o crescimento das organizações sindicais apontado por López (op. cit.) e com o fortalecimento das mobilizações estudantis (LOZANO, op. cit.), mas desconsidera a conjuntura prévia de oposição que culminou nas mobilizações de 1944. Acredita-se que a forma assistemática e os “objetivos liberalóides” (*Mensaje del FSLN, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 66*) tenham sido centrais para exclusão destes episódios na curva de ascendência das manifestações.

atividade estudantil oposicionista: foi justamente no transcorrer de sua experiência junto ao INN que Fonseca iniciou sua militância estudantil.

Nessa época, o estudante aproximou-se de um segmento da juventude conservadora nicaraguense e vinculou-se à União Nacional de Ação Popular, mobilizada por intelectuais antissomozistas. Fonseca distanciou-se da UNAP em meados da década de 1950 para assumir posição mais radicalizada filiando-se ao Partido Socialista Nicaraguense. Por meio do PSN conheceu Tomás Borge, filiado ao Partido e também estudante no INN. Assim como Fonseca, Borge foi figura central na fundação da FSLN alguns anos depois. Além dos contatos estabelecidos por Fonseca com a teoria e a prática marxistas por meio do PSN – em 1957, foi enviado pelo Partido ao Sexto Congresso Mundial dos Estudantes e da Juventude pela Paz e a Amizade, na União Soviética –, ele desenvolveu sua militância debaixo da atmosfera do INN.

Entre 1954 e 1956, Fonseca foi um dos responsáveis pela publicação da revista *Segovia*, junto aos amigos Ramón Gutiérrez e Francisco Buitrago. Cautelosos na expressão de sua oposição ao somozismo, os jovens coordenadores da revista optavam por priorizar a relação entre educação e patriotismo, desde então elementar nas proposições políticas de Fonseca. Marin (1986) indica que, para Fonseca, a imprensa deveria ser como a “escola primária nas ideias do socialismo para milhares de pessoas” (MARIN, op. cit., p. 11). Nesse momento, a defesa de uma educação patriótica enfocava a responsabilidade dos estudantes na difusão do conhecimento no meio rural e defendia a realização de um programa nacional de alfabetização, por exemplo¹¹. Ao fim de sua trajetória na educação secundária, em 1956, Fonseca apresentou ao INN um ensaio intitulado “Capital e trabalho”, em que referenciava a leitura do Manifesto Comunista.

Ainda no mesmo ano, Fonseca transitou entre Manágua, onde residiu por pouco tempo, e León, onde ingressou como estudante de Direito na Universidade Nacional Autónoma da Nicarágua – UNAN. Centro eleitoral do Partido Liberal Nacionalista de Somoza e local de origem do Partido Liberal Independente¹², León abrigava a principal ala de representantes liberais de artesãos e trabalhadores urbanos.

¹¹ Zimmermann (op. cit.) informa que, na década de 1950, mais de 80% da população rural da Nicarágua era analfabeta.

¹² O PLI foi criado em 1944 e era produto de uma divisão no Partido Liberal Nacionalista, ocasionada pelas divergências em torno da candidatura de Somoza à reeleição no pleito – fraudado - de 1947. Conforme Lozano (op. Cit.), o PLI opunha-se à ditadura somozista e rechaçava o bipartidarismo do PLN e do Partido Conservador.

A partir da década de 1950, a cidade viveu a transfiguração comum a outras partes da Nicarágua: a concentração de terras e proletarização populacional desencadeadas pela consolidação da produção algodoeira. Conforme Zimmermann,

A área em torno de León, que fora o celeiro da Nicarágua, se transformou em um semideserto, à medida que os donos das plantações derrubavam as florestas e expulsavam de suas terras os arrendatários e as comunidades indígenas. Durante a estação seca, os ventos quentes enchiam de poeira todos os cantos da cidade, e o ar rescendia a pesticida. (ZIMMERMANN, op. cit., o. 73)

Os efeitos da consolidação da integração nicaraguense ao capital monopolista implicaram substanciais mudanças na sociedade nicaraguense, obrigando uma fração significativa da população a se deslocar para a fronteira agrícola. Ainda na década de 1950, a indústria nicaraguense era muito frágil, o que impedia a absorção da população proletarizada. Disso decorreu, de acordo com Vilas (1986), uma proletarização formal, mais do que uma proletarização real, uma vez que este setor da população, desapropriado e pressionado na direção da zona urbana, tornou-se despossuído, mas não assalariado – o emprego da força de trabalho, nessa conjuntura, seguia sazonal. É possível apontar o elemento da transformação da sociedade nicaraguense nesse período como uma característica importante da crescente mobilização popular favoreceu a formação e organização da FSLN.

Outra característica local é importante para compreender a conjuntura que circundou e qualificou a militância de Carlos Fonseca: León sedia a UNAN. Chamada de Universidade Nacional da Nicarágua até 1958, a UNAN teve seu nome modificado em função da mobilização estudantil por autonomia universitária. O movimento vislumbrava a dissociação entre a Universidade e o governo. Em consequência disso, os estudantes reivindicavam a existência de uma universidade “apolítica” (cfe. ZIMMERMANN, op. cit., p. 74). A autonomia foi concedida em 1958 e contribuiu ao acúmulo de mobilização política entre os estudantes. Rizo (2008) ressalta que a cidade de León é considerada a “sede intelectual da Nicarágua” (RIZO, op. cit., p. 123, nota de rodapé), em função de sediar a universidade desde 1813. A autora sublinha também a importância de León para a FSLN, dado o “permanente cenário de agitação estudantil” (*idem, ibidem*). Fonseca, chegado a León em 1956, tornou-se no mesmo ano editor-chefe do jornal *O Universitário*, publicação do Centro Universitário da Universidade – CUUN -. A partir do conteúdo do jornal, reforçava seus investimentos na educação política dos leitores.

No mesmo período Fonseca organizou a primeira célula de estudantes do PSN em León. Além de Tomás Borge, com quem já tinha contato desde Matagalpa, uniu-se à célula Silvio Mayorga, estudante de Direito que também participou da formação da FSLN, tendo sido assassinado em 1967. A célula foi mantida por pouco tempo, e as primeiras críticas da Fonseca ao Partido relatavam a displicência do PSN em relação a seu núcleo estudantil.

O ano de 1956 foi marcado também pelo assassinato de Somoza García por Rigoberto López Pérez. Somoza havia sido eleito em 1951 e, mediante reforma nos dispositivos constitucionais, garantiu seu mandato até 1957. A arbitrariedade da medida contribuiu à reunião de opositores militares, conservadores e liberais em torno de um levantamento armado que tinha por finalidade a derrocada de Somoza. Derrotado pela repressão da Guarda Nacional, o levante motivou o decreto de um estado de sítio em 1954. Dois anos depois, a morte do ditador significou novo estado de sítio e levou centenas de opositoristas à prisão. Dentre eles, estava Carlos Fonseca, que ficou preso entre setembro e novembro de 1956 e foi solto sem a formalização de acusações - possivelmente em função da intervenção de seu pai. Tomás Borge, por outro lado, permaneceu dois anos encarcerado.

Em 1957, a lealdade de Fonseca à diretriz soviética do PSN ficou provada pelo texto “Un Nicaraguense en Moscú”, produzido em virtude da ida do estudante ao Sexto Congresso Mundial dos Estudantes e da Juventude pela Paz e a Amizade. Diversos pontos do texto exaltavam a liderança de Stálin. Noutros, Fonseca demonstrava concordar com a ortodoxia assumida pelo PSN, segundo a qual a Nicarágua necessitava não de uma revolução, mas de uma longa reforma encabeçada pelo movimento sindical.

A partir de 1958, entretanto, a progressão da atividade guerrilheira em Cuba surtiu efeito sobre a prática política de Carlos Fonseca Amador e seus companheiros do movimento estudantil. A experiência influenciou a profusão das guerrilhas na Nicarágua e fortaleceu as iniciativas de organização da oposição à ditadura somozista. A opção pela luta armada, aliás um dos focos da ruptura de Fonseca com o PSN, não pode ser entendida sem que se considere o peso que a Revolução Cubana exerceu sobre a prática política da oposição nicaraguense nesse momento.

De acordo com Angell (op. cit.), a Revolução Cubana ampliou a base de legitimidade marxista, ao demonstrar a possibilidade de que outras forças de esquerda, que não os Partidos Comunistas, apresentassem alternativas de enfrentamento ao capitalismo. No caso nicaraguense, em que pese a opção do PSN pela política conciliatória e pela estratégia de

unidade nacional para a consecução da etapa democrático-burguesa da revolução¹³, a Revolução Cubana reforçou as iniciativas de luta armada e alimentou as críticas ao caráter reformista da esquerda representada pelo PSN. Wasserman (op. cit.) sintetiza:

A partir da Revolução Cubana, e por sua profunda influência sobre os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, o tema mais discutido entre os militantes antissistêmicos da América Latina foi a luta armada. A militância e as teorias de Che Guevara tornaram-se hegemônicas; a constituição de um foco guerrilheiro revolucionário conduzido por uma vanguarda, com apoio consistente da população, transformou-se no axioma da revolução socialista latino-americana. Decretou-se também a derrota da ideia de que a Revolução socialista somente poderia ser desencadeada quando todas as condições sociais objetivas o determinassem. Fidel Castro, com seus discursos e sua prática, representava o “voluntarismo revolucionário”, incitando a esquerda a construir essas condições. (WASSERMAN, op. cit., p. 31)

Servindo de exemplo a um sem número de guerrilhas e fomentando projetos da esquerda revolucionária em toda a América Latina, a “ameaça” da Revolução Cubana implicou medidas de fortalecimento do aparato repressivo. Desde os EUA, tornou-se vigente a política da Aliança para o Progresso. Em um primeiro momento, o programa calcava-se na promoção de projetos sociais para a retração da mobilização popular: na Nicarágua, a Lei da Reforma Agrária aprovada em 1963 possuía íntima relação com os interesses de modernização capitalista no campo e contenção das ações políticas aí engendradas. Nieto (2005) explica que a Aliança previa oferecer um plano alternativo de desenvolvimento, que, nos limites de um esquema capitalista e democrático, pudesse fazer frente ao modelo socialista cubano.

O período imediatamente posterior à Revolução Cubana foi propício, na Nicarágua, à formação de organizações políticas de oposição. Isso porque

o recrudescimento, em 1960-1962, das manifestações de estudantes e intelectuais, combinado com um leve incremento da militância operária, pressionava o governo nicaraguense a dar à oposição mais espaço para atuar (ZIMMERMANN, op. cit., p. 153).

Nesse momento ainda se percebia o interesse da Aliança para o Progresso em reformas sociais e na democratização formal dos regimes ditatoriais por meio da fiscalização dos processos eleitorais, por exemplo.

¹³ De acordo com Wasserman (2010), a defesa de uma “revolução por etapas”, tributária do período de hegemonia stalinista, decorria do diagnóstico de que os antigos territórios coloniais possuíam resquícios de feudalismo, que poderiam ser eliminados por meio de uma revolução democrático-burguesa.

No decorrer da década de 1960, principalmente a partir da administração de Lyndon Johnson, entre os anos de 1963 e 1969, a Aliança progressivamente passou a priorizar a faceta “defensiva” da relação com os países latino-americanos, financiando o aparato repressivo na maioria dos países do sul do continente. Nesse âmbito, priorizou-se o enfoque da contrainsurgência, centrado no comércio de armamentos, injeção de recursos nos orçamentos das áreas de defesa dos Estados latino-americanos e treinamento militar dos exércitos nacionais para o combate aos movimentos guerrilheiros e o controle da ordem pública. Nieto (op. cit.) assinala que a administração de Lyndon Johnson manteve e reforçou essas práticas, apesar das críticas internas e externas sofridas após a intervenção estadunidense na República Dominicana, em 1965. No mesmo ano, a Câmara de Representantes do Congresso aprovou uma resolução autorizando a intervenção nos assuntos internos de outros países, inclusive com tropas, em caso de subversão comunista. Prevalencia, assim, a nova abordagem da Aliança para o Progresso, cuja retórica explorava a estabilização de economias e estruturas sociais.

No início da década de 1960, Fonseca intensificou sua participação em movimentos guerrilheiros, do que decorreu sucessivas prisões em Manágua e em Honduras. Além disso, integrava o grupo responsável pela criação da Frente da Libertação Nacional – a seguir, FSLN. Ao fim da década de 1950, os intentos guerrilheiros na Nicarágua eram recorrentes, em grande medida estimulados pela guerra de guerrilhas travada em Cuba. A característica montanhosa foi significativa para que boa parte dessas iniciativas tenha se desenvolvido na região norte do país, em especial no entorno de Matagalpa.

À exceção de ações armadas mobilizadas pelos partidos Conservador e Liberal Independente, que, de acordo com Zimmermann (op. Cit.), eram a maioria neste momento, é necessário mencionar a campanha liderada por Ramón Raudales, veterano do EDSN. Lozano (op. cit.) aponta que o movimento de Raudales pelas montanhas do norte foi o elemento reavivador da luta armada revolucionária na Nicarágua e precedeu uma série de movimentos antissomozistas que exploraram a estratégia da guerra de guerrilhas com a intenção de combater a ditadura. De fato, ainda que convocasse um governo de conciliação nacional, o programa defendido por Raudales investia sobre pontos que não diziam respeito apenas à derrocada da ditadura, como a reforma agrária, a nacionalização das minas nicaraguenses e a expropriação da fortuna de Somoza (cfe. ZIMMERMANN, op. Cit.). Há ainda que se atentar para o fato de que Raudales buscava reaver o acúmulo de lutas do EDSN, incentivando o resgate do exemplo de liderança e prática de Sandino.

Além da importância da Revolução Cubana, o momento de formação da FSLN foi embasado pelo trânsito dos opositores ao somozismo pela região centro-americana, estimulado não somente pelas sucessivas prisões ocasionadas pela repressão ditatorial mas também pelo desencadeamento dos eventos em Cuba. Já em 1959, a presença de um grupo de opositores em Havana, dentre os quais figurava Fonseca, teve papel importante na consecução da guerrilha de El Chaparral. A guerrilha, malsucedida, foi articulada desde Havana a partir do Comitê para a Libertação da Nicarágua, que contou com o apoio cubano. Fonseca teve acesso ao plano por meio de contatos feitos no contexto de sua deportação para a Guatemala, em abril de 1959. Não muito tempo depois, uniu-se ao treinamento da guerrilha em Honduras. A guerrilha seguiu a instrução cubana de partir de Honduras na direção da fronteira. Entretanto, também as forças armadas dos países estavam mobilizadas no plano internacional, e a guerrilha foi emboscada pelo exército hondurenho – apoiado pela Guarda Nacional nicaraguense e pelas forças armadas estadunidenses - em El Chaparral, região hondurenha próxima da fronteira com a Nicarágua.

A adesão à guerrilha por Fonseca provocou o desgaste derradeiro na relação entre o estudante e o PSN. Há controvérsias entre a hipótese de uma expulsão formal ou um afastamento por diferenças políticas; de todo modo, foi no contexto de experiência guerrilheira que Fonseca consolidou sua crítica ao atraso do movimento na Nicarágua e à escassez de dirigentes políticos capazes de fazerem frente à ditadura, distanciando-se da linha reformista do Partido. De acordo com Marin (op. cit.), os fatores determinantes para a ruptura de Fonseca com o PSN incluíram erros em relação ao diagnóstico do caminho revolucionário, refletidos na abstenção da “vocação de poder” (MARIN, op. cit., p. 15). Marin cita também que o PSN teria errado ao não haver resgatado a herança de Sandino.

Apesar de não se poder afirmar que este ponto integrou a leitura de Fonseca para decidir-se a romper com o PSN, é perceptível que a identificação com as características do embate travado por Sandino e o EDSN, nesse momento, serviu ao propósito de validar a prática guerrilheira e, complementarmente, nutrir o modelo de patriotismo defendido por Fonseca. Além disso, a associação permitia reforçar a antinomia entre a guerrilha, entendida como uma prática patriótica, de defesa da nação, e o reformismo, considerado uma atitude antinacional.

A partir desse momento, Fonseca intensificou sua militância junto ao movimento estudantil e fortaleceu as articulações que culminaram na formação da Frente Sandinista de

Libertação Nacional. O movimento estudantil nicaraguense vinha ampliando suas ações desde a vitória na reivindicação da autonomia universitária. Lozano (op. cit.) sublinha a mobilização que impediu a entrada de Milton Eisenhower, irmão do presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, no recinto universitário. Também aponta as manifestações estudantis de solidariedade a Cuba. Outro evento favoreceu a radicalização do movimento: a repressão da Guarda Nacional à passeata estudantil convocada em julho de 1959 para protestar contra as mortes de estudantes vinculados à guerrilha em El Chaparral. Na ocasião da passeata, a Guarda Nacional atacou manifestantes desarmados, matando quatro deles, além de ferir cerca de cem pessoas (ZIMMERMANN, op. cit.).

Como efeito da ampla repressão, estudantes e professores organizaram uma bem-sucedida campanha para expulsar a Guarda Nacional do campus da universidade recém-autonomizada. Alguns meses mais tarde, realizou-se em León o Primeiro Congresso Nacional de Estudantes Universitários. Apesar de Fonseca ter estado ausente na ocasião, as resoluções adotadas no congresso convergiam com atitudes apontados pelo sandinista, tais como o repúdio ao Tratado Chamorro-Bryan¹⁴ (*Nicaragua Hora Cero, 1969, in: FONSECA, op. cit., Tomo I*), além do rechaço à atitude “entreguista” dos partidos políticos e do apoio aos organismos estudantis interessados na solução dos problemas do setor operário, que eram recorrentes em seus textos.

1.3 Sandinismo e somozismo: consolidação da disputa pela Nicarágua

Enquanto o movimento estudantil crescia e se organizava na Nicarágua, Fonseca participava de reuniões em Cuba com outros nicaraguenses antissomozistas, antecipando o núcleo formador da Frente Sandinista. Reuniam-se na capital cubana Tomás Borge, Silvio Mayorga, Noel Guerrero Santiago e Fonseca. Ali formou-se a Juventude Revolucionária Nicaraguense, que, no entanto, teve boa parte da sua atividade concentrada na Costa Rica, junto a trabalhadores das plantações de banana e das indústrias de calçado. Em 1960, reunião de exilados nicaraguenses na Venezuela contou com as participações de Silvio Mayorga,

¹⁴ Firmado em 1914 pelo ministro nicaraguense Emiliano Chamorro e pelo secretário de Estado estadunidense William Jennings Bryan, o Tratado Chamorro-Bryan dispunha sobre a cessão aos EUA dos direitos de propriedade exclusiva e permanente para a construção, funcionamento e manutenção de um canal interoceânico em território nicaraguense mediante a quantia de três milhões de dólares. O Tratado versava também sobre o arrendamento das Ilhas de Maíz por 99 anos e o estabelecimento, exploração e manutenção de uma base naval no Golfo de Fonseca. Lozano (1985) sublinha, por meio da análise das disposições do Tratado, a centralidade da Nicarágua para os interesses de defesa e hegemonia estadunidense sobre o continente americano.

como delegado da JRN, e Carlos Fonseca, como representante do Centro Universitário da UNAN, o CUUN. A reunião, patrocinada pela Frente Unitária Nicaraguense, foi uma ocasião importante para firmar o contato entre antissomozistas radicalizados.

A partir da associação entre a JRN e a Juventude Patriótica Nicaraguense, esta última organizada no território nacional logo após a eclosão da Revolução Cubana, a base da JRN ampliou-se: Julio Buitrago e José Benito Escobar, jovens de origem operária, eram à época integrantes da Juventude Patriótica e foram alguns dos membros históricos da FSLN que se integraram nesse momento ao movimento.

Apesar de a JRN e a JPN anteciparem a maioria dos participantes que formariam a FSLN, outro movimento antecedeu a Frente: o Movimento Nova Nicarágua. Além dos jovens integrantes da JRN ou da JPN, o MNN contava com Julio Jérez Suárez, pequeno empresário, German Pomares, camponês, e com sobreviventes das atividades guerrilheiras do EDSN, como o “coronel” Santos López. O MNN desapareceu para dar lugar à Frente de Libertação Nacional, assim denominada em 1962. A Frente recebeu o adjetivo Sandinista pouco depois, em função do êxito de Fonseca Amador, proponente da inclusão, numa disputa travada com Noel Guerrero Santiago, que compartilhava com o PSN do repúdio a Sandino. Segundo relatou Tomás Borge (1989) em sua autobiografia, “La paciente impaciencia”, Guerrero Santiago acusava a exaltação que “ideólogos pequeno-burgueses” haviam feito de Sandino. Considerava também que a luta travada pelo EDSN se limitava a pretender o fim da intervenção estadunidense, mas não a combater o imperialismo (BORGE, op. cit., p. 140). Para o PSN, imbuído da ortodoxia soviética, o compromisso de Sandino com a luta armada era motivo de desconfiança. Nesse sentido, novamente é factível assinalar que a afirmação da luta sandinista por Fonseca operava enquanto elemento de distinção em relação ao PSN.

De fato, a diferença entre os modelos políticos do PSN e da Frente foi explicitada pela escolha da guerrilha como instrumento de luta política, predominante na atividade da Frente. A ênfase na atividade armada se deu pela dupla associação entre a continuidade do modelo de luta do EDSN e a conjuntura de eclosão da Revolução Cubana. O processo de desestalinização do período enfraqueceu a opção ortodoxa dos Partidos Comunistas pelo rechaço à luta armada e pela estratégia da unidade nacional em benefício da revolução democrático-burguesa. Em decorrência disso, verificou-se uma profusão de movimentos esquerdos heterodoxos na América Latina, muitos dos quais centravam sua atividade na guerrilha.

Por meio da guerrilha, a FSLN vivenciou seus primeiros reveses significativos, segundo a leitura de Fonseca. A derrota na ação guerrilheira dos rios Coco e Bocay, em 1963, demonstrou a necessidade de reforçar a base social do movimento. Fonseca cria que a aproximação com os camponeses da região poderia ter operado como elemento facilitador na exploração do terreno e no reabastecimento dos acampamentos. Ele também considerava que a ação dos rios Coco e Bocay teria sido a primeira a contar com um grupo revolucionário “mais ou menos homogêneo” (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 87*). O sandinista lamentava que a derrota do movimento tivesse significado a tendência a uma atitude reformista e defensiva, de reorganização da luta armada. Dentre os motivos debilitadores da ação de 1963, Fonseca Amador elencava a hesitação em explicitar o pensamento marxista-leninista, fruto da atitude conciliatória sustentada pela esquerda socialista até aquele momento. O sandinista apontava também a relação de causalidade existente entre a debilidade do movimento e o descenso na mobilização popular desencadeado pelo início da presidência de René Schick (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I*).

Em 1963, o liberal somozista René Schick foi conduzido à presidência da república. Lozano indica que o governo de Schick correspondeu a um período de retração no movimento antissomozista. As causas para a desmobilização são elucidadas por Rodrigues (op. cit.): de acordo com a autora, o governo de Schick optou pela implementação de políticas sociais superficiais para conter as iniciativas populares de oposição. Dentre as iniciativas da administração de Schick, Rodrigues assinala o lançamento de uma campanha de educação de corte católico. No campo, as medidas acatavam as orientações da Aliança para o Progresso, que defendia a realização de projetos de reforma agrária como instrumentos de promoção da modernização capitalista do campo e de controle político sobre a população da zona rural. Assim, enquanto a aprovação da Lei da Reforma Agrária (1963) determinava o deslocamento camponês, possibilitando a retirada da população das áreas de maior incidência guerrilheira, a promoção de programas de crédito e cooperativismo rural servia à contenção das reivindicações populares.

Economicamente, a fase era de expansão e consolidação do projeto de modernização capitalista. Em 1960, foi formalizado o Tratado Geral de Integração Econômica da América Central. O Tratado repousava sobre a perspectiva desenvolvimentista da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal – e propunha fortalecer a indústria por meio da

substituição de importações e pelo apoio econômico e social cedido pela Aliança para o Progresso (LOZANO, op. Cit.). De acordo com Torres Rivas (1981), a implantação da zona de livre comércio criou condições para a formação de uma incipiente base industrial nos países centro-americanos, além de fomentar o desenvolvimento de uma indústria de acabamento, que substituiu a compra de produtos finalizados por componentes semi-finalizados. Zimmermann ressalta que a taxa de crescimento da Nicarágua entre 1961 e 1967 foi superior a 7%, a mais alta da América Latina no período. A queda internacional nos preços do algodão e do café (LOZANO, op. cit.) foi compensada no país pelo aumento na exportação de gado e pela demanda externa por açúcar¹⁵.

O crescimento e a industrialização contribuíram ao arrefecimento das tensões sociais. Em termos de organização social, Rodrigues (op. cit.) aponta que o período registrou a conformação de uma pequena e média burguesia e de uma camada média empregada em profissões liberais, ao mesmo tempo em que crescia o subemprego no setor de serviços. A superficialidade do crescimento, por outro lado, significou o reforço da dependência econômica da América Central, especialmente porque a dinâmica da expansão econômica correspondia a interesses externos. Rodrigues exemplifica a circunstância ao explicar que o capital urbano nicaraguense floresceu voltado ao mercado financeiro pois a indústria era dominada por capitais estrangeiros. Conforme Torres Rivas,

Na América Central, onde o processo de industrialização apenas começa em fins da década de cinquenta, as práticas substitutivas realizam-se no marco de um sistema internacional de mercado definitivamente reordenado e revigorado, no qual se consolida a hegemonia das grandes corporações norte-americanas. Os efeitos políticos de tal estrutura de dominação não são menos importantes que os econômicos: em tais condições, o traslado autorizado e promovido desde a metrópole de certos e limitados processos produtivos até a periferia não corresponde a fatores endógenos ou a necessidades do desenvolvimento da América Central, mas exatamente aos interesses expansionistas das grandes corporações transnacionais. (TORRES RIVAS, op cit., p. 21)

Bambirra (2015) tipifica a Nicarágua como um país cuja industrialização começou apenas como produto da integração monopólica mundial, ou seja, onde houve um longo período entre a emancipação colonial e a industrialização. Com base nisso, é possível afirmar que a permanência de elementos arcaicos influenciou sobre o desenvolvimento ulterior do projeto nacional nicaraguense. Rodrigues, por outro lado, indica que os setores da burguesia

¹⁵ Torres Rivas (op. cit.) explica que a demanda pelo produto cresceu para suprir a lacuna deixada pelo fim da exportação do açúcar cubano após a eclosão da Revolução.

nicaraguense, para além de seu tardio aburguesamento (a permanência das características oligárquicas é bastante sintomática na Nicarágua até o início do século XX, segundo a autora), optaram por despojar-se do espaço político dirigente. De acordo com Torres-Rivas (op. cit.), a transição da ditadura oligárquica para a democracia burguesa, na América Central, também foi tardia, tendo se situado na primeira metade do século XX.

No interior da Frente Sandinista, a retração na mobilização popular produzida pelo crescimento econômico reverberou na opção pela interrupção da atividade militar em benefício do trabalho formativo e legal junto aos setores estudantil e operário, principalmente (LOZANO, op. cit., ZIMMERMANN, op. cit.). Por meio do estabelecimento de alianças com o Partido Socialista Nicaraguense e a Mobilização Republicana¹⁶, a Frente orientou sua atividade para a criação dos Comitês Cívicos Populares, com presença nos bairros populares, e para o fortalecimento da Frente Estudantil Revolucionária, primeira organização na qual teve sua influência consolidada. Nessa mesma época, a FSLN contribuiu à formação dos primeiros sindicatos e cooperativas de camponeses (LOZANO, op. cit.; LÓPEZ, op. cit.). Lozano sublinha que o trabalho da Frente entre os camponeses foi preponderante para a ocorrência de marchas camponesas e tomadas de terras no período.

A fase de trabalho legal da FSLN foi sucedida pelo retorno à atividade armada entre 1966 e 1967. O processo eleitoral que culminou na vitória fraudulenta de Anastasio Somoza Debayle, em fevereiro de 1967, foi um dentre os motivos que levaram a Frente a reorientar sua estratégia na segunda metade da década de 1960. Quando o nome de Somoza Debayle foi lançado como candidato do Partido Liberal, a Direção da Frente Sandinista, aí constituída, se manifestou pela primeira vez, convocando a população a impulsionar a luta armada revolucionária.

Em 1967, a guerrilha de Pancasán resultou em novo fracasso militar. Dessa vez, contudo, o estabelecimento de vínculos com a população local foi incluído nas tarefas do movimento. De acordo com Lozano, a FSLN considerou o episódio como

um logro político e moral que ratifica, ante a fraude eleitoral desse ano, o caminho da guerra revolucionária no país e permite ao sandinismo conquistar uma autoridade moral entre as massas e projetar-se no plano nacional como a única força que enfrenta realmente a ditadura. Pancasán representa, ademais, o primeiro intento sério

¹⁶ Zimmermann (op. cit.) explica que a Mobilização Republicana integrava o setor de esquerda do movimento antissomozista, mas propunha a alternativa moderada diante da perspectiva revolucionária da FSLN. A MR possuía relações próximas com conservadores, partidários do PLI e com os social-cristãos. Dominada pelo PSN, compartilhava de sua linha política reformista.

da FSLN de vincular-se estreitamente com a população camponesa da montanha (LOZANO, op. cit., p. 63)

Entre 1969 e 1970, a vinculação da Frente com os camponeses da região norte da Nicarágua convergiu no desenvolvimento de outro foco guerrilheiro, dessa vez situado a cem quilômetros de Pancasán, nas montanhas de Matagalpa. Nesse caso, ainda que desarticulada pela Guarda Nacional em 1970, a guerrilha conseguiu manter sua organização a partir da base camponesa, o que possibilitou a reconstrução da infraestrutura de comunicação e abastecimento da zona (LOZANO, op. cit.).

A repressão que se seguiu às iniciativas guerrilheiras no norte do país atingiu e matou um número significativo de camponeses. Na zona urbana, a FSLN passou a sofrer perseguição sistemática. Estes fatores implicaram nova demanda pela reorganização da Frente. A fase de trabalho legal, entre 1964 e 1966, havia sido condenada por Carlos Fonseca como um desgaste e um desvio das intenções revolucionárias. Somada às perdas resultantes das derrotas militares em Pancasán e Matagalpa, foi sucedida por um período que os sandinistas caracterizaram como “acumulação de forças em silêncio”. A acumulação visava “erigir uma base de sustentação popular que viabilizasse à FSLN transcender a condição exclusiva de grupo armado e assumir o papel de vanguarda política da revolução nacional e democrática” (RODRIGUES, op. cit., p. 97). Por outro lado, a opção pelo trabalho junto à população em detrimento das ações militares mitigava as dificuldades numéricas e logísticas que o movimento, desarticulado e disperso pelas derrotas militares, enfrentava no período.

Entre 1970 e 1974, a necessidade condicionou a opção dos sandinistas por estreitar os vínculos com setores da população nicaraguense, especialmente operários e camponeses, de modo a ampliar a base social da Frente. Militarmente, um recuo tático favoreceu o trabalho de organização da guerrilha na montanha, no campo e na cidade. De acordo com Fonseca Amador, os núcleos guerrilheiros na montanha

alcançam o objetivo de adaptar quadros de procedência urbana à vida na montanha e criam as condições para a consolidação de núcleos camponeses combatentes com alguma estabilidade, ao mesmo tempo em que se impulsiona uma rede clandestina de abastecedores e informantes dentro de alguns setores camponeses. (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 136*)

Rodrigues (op. cit.) sintetiza os êxitos logrados pela fase de “acumulação”. Segundo a autora, houve disseminação territorial do movimento; desenvolvimento de organismos para participação nas lutas de massa; aproximação com outras organizações populares; convocação

de manifestações; libertação de presos políticos; e o entrelaçamento com setores radicalizados da Igreja Católica, que resultou na integração do Movimento Cristão Revolucionário à FSLN em 1973.

A acumulação de forças sandinista ocorreu durante a administração de Somoza Debayle (1967-1972, 1973-1979). Segundo Rodrigues (op. cit.), a tecnocratização do aparato repressivo e administrativo ocorreu nesse momento, assim como o progressivo isolamento político do regime. De acordo com a autora, o isolamento decorria do despotismo, que obstruía, progressivamente, a representatividade da elite no governo, e da particularização progressiva da economia, que comprometia a rentabilidade burguesa e o apoio do setor ao regime. Torres-Rivas (op. Cit.) sugere que as disputas e contradições no seio das classes proprietárias, por sua íntima relação com a política estatal, foram elementos constitutivos da crise institucional que acompanhou o regime somozista desde o início da década de 1970 até sua derrocada em 1979. Em um contexto de escalada repressiva e de consolidação da militarização do regime, o engajamento na luta revolucionária converteu-se em questão de defesa pessoal (VILAS *apud* RODRIGUES, op. cit., p. 29).

A acumulação dos sandinistas também ocorreu em paralelo à crise e ao esgotamento do Mercado Comum Centro-americano. Lozano (op. cit.) enfatiza que, diante destas circunstâncias, o regime somozista fomentou a chegada de inversionistas para reaquecer a economia. A ampliação das inversões vinha ocorrendo desde a implantação do Mercado Comum. Segundo Torres Rivas (op. cit.), o capital estrangeiro invertido na América Central em 1946 era de 65 milhões; em 1965, de 527 milhões. Em 1972, atingia quase mil milhões (TORRES RIVAS, op. cit., p. 21). Na Nicarágua, especificamente, a ampliação permitiu a Somoza tornar-se acionista de empresas transnacionais: em 1975, participava em mais de 580 sociedades anônimas, convertendo a ditadura somozista no principal grupo empresarial da América Central (LOZANO, op. cit., p. 69). A característica marcante foi fundamental para o desencadeamento da crise do bloco dominante que, a partir daí, vai se estender até a derrocada do regime em 1979.

Em 1972, os investimentos somozistas se voltaram para a indústria da construção, abrangendo desde a edificação de habitações até o setor de remoção de escombros (LOZANO, op. cit.). As novas apostas econômicas do somozismo buscavam absorver lucros do terremoto que assolou a Nicarágua em 1972. A ocorrência do fenômeno explicitou também a corrupção generalizada do regime, que se apropriou dos recursos internacionais de apoio às

vítimas e de auxílio à reconstrução da capital nicaraguense. No entanto, Zimmermann (op. cit.) alerta para a sobrevalorização do episódio no processo de ampliação do movimento antissomozista. Segundo a autora, essa leitura exagera o papel desempenhado pela burguesia e pela classe média na queda de Somoza.

Vilas (1986) aporta elementos que reforçam a crítica de Zimmermann à exacerbação do papel da burguesia no desencadeamento do processo revolucionário. Segundo o autor, “a queda da ditadura foi produto de uma crise política revolucionária que, em determinado momento, ativou uma crise econômica” (VILAS, op. cit., p. 47). Vilas aponta que a burguesia nicaraguense manteve seus investimentos até pelo menos o início de 1977. Seu tardio envolvimento político na oposição ao regime, portanto, não poderia ter sido determinante para o êxito da revolução. Entretanto, o autor alerta que elementos de caráter econômico pesaram sobre a ampliação da mobilização. Dentre eles, a pauperização, que teria provocado a generalização da integração da população à luta revolucionária. De acordo com Vilas, a ação política das massas foi o aspecto preponderante para a continuidade do processo e para revestir-lhe de sentido popular. Isso porque

Sem a confluência de certas condições políticas, que não são geradas espontânea ou automaticamente pela mera dinâmica do aspecto econômico, a crise pode ser reabsorvida pelas classes dominantes e converter-se no ponto de partida de uma nova etapa de exploração social e opressão política das massas.” (VILAS, op. cit., p. 55)

O terremoto e suas consequências também surtiram efeitos sobre a mobilização popular. Lozano destaca a greve promovida pelos operários da construção civil após o impulso cedido ao setor pelo terremoto. De acordo com a autora, mais de cinco mil trabalhadores estiveram envolvidos na greve, que se estendeu por 29 dias e conquistou um aumento salarial de 30% e a diminuição da jornada de trabalho de 60 para 48 horas (LOZANO, op.cit., p. 71). Lozano pontua também a realização de greves de fome e protestos populares voltados a reivindicar a liberação de presos políticos sandinistas. No interior da FSLN, a ocorrência do terremoto propiciou reorientação estratégica, ampliando a relação da Frente com sindicatos e com a juventude cristã. Data de 1973, conforme a autora, a criação da primeira célula sandinista cristã a partir da integração do Movimento Cristão Revolucionário à FSLN.

A “acumulação de forças em silêncio” dos sandinistas foi rompida em 1974, com a tomada de reféns na casa de José María Castillo Quant, ex-ministro de Agricultura da ditadura somozista. A ação tinha como objetivos

a resposta popular à repressão tirânica dos Somoza, liberação imediata dos prisioneiros em perigo de morte, aplicar um golpe político na ditadura que, ao mesmo tempo, pudesse ser catalisador para realizar uma ofensiva revolucionária contra as debilitadas forças de Somoza e dar lugar ao início de uma nova fase de guerra civil revolucionária. (WHEELLOCK, 1980, p. 65)

A ação, conhecida como *Diciembre Victorioso*, resultou na libertação de presos políticos sandinistas e na soma de um milhão de dólares para que os participantes da ação pudessem se dirigir a Cuba. Da mesma forma, determinou a difusão por imprensa escrita e rádio de dois comunicados nos quais a Frente denunciava a ditadura somozista e conclamava a população a aderir ao movimento pela derrocada do regime. A operação pôs fim ao silêncio da FSLN, contribuindo ao reconhecimento da liderança sandinista na oposição ao somozismo¹⁷. Rodrigues (op. cit.) alerta, entretanto, que as dificuldades logísticas provenientes do estado de sítio deflagrado após o *Diciembre Victorioso* tiveram papel importante no fracionamento da Frente que ocorreu a seguir.

A divisão da Frente Sandinista em três tendências já era explícita em 1975¹⁸. Cada uma das tendências evocava estratégias diferentes de luta e encarava diferentes sujeitos como protagonistas da revolução. A GPP, Guerra Popular Prolongada, sustentava o protagonismo camponês na luta de caráter militar a partir da região montanhosa da Nicarágua. Tomás Borge foi um de seus integrantes mais representativos. A Tendência Proletária, da qual o principal dirigente foi Jaime Wheelock Román, defendia a centralidade do setor operário na luta revolucionária e do ambiente urbano como espaço próprio para a ação, além de criticar o foquismo de inspiração guevarista. A TP defendia a necessidade de substituir a estratégia da guerra popular prolongada pelo fortalecimento da organização do proletariado, de modo a embasar a luta insurrecional e a constituição de um partido operário que assumisse a vanguarda da revolução.

¹⁷ Ortega (1980) indica que, após a ação de dezembro de 1974, as propostas programáticas da FSLN foram divulgadas em cadeia de rádio e televisão. Essa, aliás, era uma das condições para a libertação dos reféns.

¹⁸ Zimmermann (op. cit.) demarca outra data para a divisão da FSLN. De acordo com a autora, as tendências teriam se expressado em 1972. Entretanto, observando-se a produção escrita de Fonseca Amador, cruzada com outros testemunhos sandinistas (INVERNIZZI; CEBÉRIO; PISANI, 1985), o que se pode depreender é que possivelmente as divergências foram sendo nutridas no decorrer da atividade da Frente, mas não sua explicitação

Por fim, a Tendência Insurrecional, que se tornou popularmente conhecida como Terceirista em função de sua defesa da Terceira Via, que mesclava elementos próprios de um modelo socialista com políticas para atrair outros setores da população, tradicionalmente opositores da FSLN, vislumbrando uma ampliação no escopo das alianças traçadas. Para os membros dessa tendência, dentre os quais constavam os irmãos Humberto e Daniel Ortega, era preciso projetar a insurreição geral por meio de uma postura ofensiva do movimento revolucionário somada ao estabelecimento de relações com o conjunto das forças antissomozistas. A Insurrecional foi a tendência responsável pela liderança na ofensiva pré-revolucionária final, desencadeada em 1977¹⁹.

Em entrevista a Invernizzi, Cebério e Pisani (1985), Humberto Ortega atribuiu a divisão ao próprio processo de constituição da Frente,

um processo que não permitiu jamais amadurecer estruturas de direção verdadeiramente sólidas. (...) Por outro lado, era a própria luta armada clandestina que nos obrigava a manter divididas as estruturas de trabalho. As dificuldades de comunicação impediram, além do mais, que as linhas gerais de conduta que eram traçadas por nosso secretário-geral, Carlos Fonseca, atingissem todos os setores da Frente. (...) Em todo caso, é importante recordar que jamais houve entre nós diferenças ideológicas, mas antes divergências táticas. (INVERNIZZI; CEBÉRIO, PISANI, op. cit., p. 38)

Além dos obstáculos à comunicação e a pressão militar gerada sobre a atividade da Frente pela repressão²⁰ e pela clandestinidade²¹, concorreram para a divisão mudanças no plano político e ideológico na América Latina: a eleição de Salvador Allende, no Chile, em 1970, conteve os grupos de luta armada, uma vez que a possibilidade eleitoral voltou à cena da esquerda latino-americana; a influência soviética, fortalecida em Cuba, reiterava o descrédito à luta armada. A morte de Che na Bolívia em 1967, a experiência chilena, o golpe militar no Peru em 1968 e pronunciamentos de caráter anti-imperialista pelo governo militar panamenho foram enumerados por Fonseca Amador como fatores desmobilizadores da luta armada. Segundo o sandinista, estes fatos contribuíram para “não multiplicar a confiança na

¹⁹ Sobre a divisão da Frente Sandinista, ver Lozano (1985, pp. 76-77), Rodrigues (1991, p. 102), Zimmermann (2012, pp. 255-266).

²⁰ RODRIGUES (op. cit.) situa o impacto repressivo desencadeado pela operação *Diciembre Victorioso* como propulsor do afloramento das divergências internas.

²¹ Fonseca preocupava-se que a “dificuldade imposta pela clandestinidade” fosse utilizada para justificar as divisões da FSLN. Em defesa de uma perspectiva centralista a cargo da Direção Nacional, alertava para que “a clandestinidade não se converta em causa que limite a extremos danosos a vida política da organização” (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 110*)

importância do papel decisivo da montanha [guerrilha]” (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 134*) no processo de luta sandinista.

Entretanto, o cenário se modificou rapidamente, fazendo refluir o rechaço à luta armada. Ao traçar uma periodização para a esquerda latino-americana nos séculos XX e XXI, Wasserman (op. cit.) explica que,

Ante a derrota no Chile e o acirramento da repressão militar nos outros países, prontamente os grupos pró-cubanos voltaram a defender a luta armada como a única forma de alcançar o poder e implantar o socialismo na América Latina. (WASSERMAN, op. cit., p. 33)

Desse modo, compreende-se porque, ainda que o repúdio à luta armada tenha cumprido um papel na trajetória da esquerda latino-americana nesse momento, uma ou outra forma de ação desse tipo estivesse presente em todas as três tendências da FSLN. A guerrilha, na experiência da Frente, frutificou na medida em que foi combinada ao trabalho de aproximação com a base popular - o trabalho de “educação política” recorrentemente reivindicado no bojo do projeto político de Fonseca Amador -, e associada ao crescimento dos levantes populares.

Pela leitura da produção escrita de Fonseca, acredita-se que o autor tenha sido crítico da divisão em tendências, especialmente porque ele passou a tratar dos riscos do sectarismo precisamente neste momento. O autor denunciou a pseudo-radicalidade – ou radicalismo - de ações pouco organizadas e individualistas. Da mesma forma alertou para a estratégia inimiga de penetração de “sandinistas democráticos” nas filas da FSLN, com a função de provocar cisões no interior do movimento (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975, in: Fonseca, op. cit., Tomo I, p. 100*). Acredita-se que a preocupação do autor estivesse diretamente informada pela divisão da Frente, processo que Fonseca Amador acompanhou, mas ao qual, em tese, não se associou, senão para discordar dos métodos das três tendências e criticar o “esquema um tanto abstrato e sem vínculos com o cenário nacional das três tendências” (ZIMMERMANN, op. Cit., p. 259).

As reservas do sandinista foram manifestadas em textos de 1975 e 1976, sob a defesa das ideias de “homogeneidade ideológica” (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975, in: FONSECA, op. Cit., p. 101*), do “não-sectarismo” e da “tradição unitária” (*idem, ibidem, pp. 108-109*), e sob a acusação da penetração do “embrião polemista” que “não tem uma origem nicaraguense” (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976, idem, ibidem, p. 128*). As reflexões de Fonseca Amador nesse sentido se contrapõem ao caráter meramente tático da

divisão, tal como sugerido por Ortega (INVERNIZZI; CEBÉRIO; PISANI, op. cit.) e corroboram a hipótese de Zimmermann de que o autor não se vinculou à disputa interna ocasionada na FSLN pela divisão em tendências. Segundo a autora, Fonseca

discordava das três tendências em questões estratégicas particulares: com a TI nas relações entre a luta militar e a luta política; com a GPP, quanto à duração da revolução; e com a TP, quanto ao papel da guerra de guerrilhas rural. *Ele contrapunha ao esquema um tanto abstrato e sem vínculos com o cenário nacional das três tendências uma perspectiva da insurreição futura voltada especificamente para a Nicarágua e profundamente enraizada na história da nação.* (ZIMMERMANN, op. cit., p. 259, grifos meus)

A justificativa trazida por Zimmermann é coerente com a reiterada importância concedida por Fonseca à organicidade do projeto político revolucionário, nos termos de uma extrapolação de fórmulas marxistas e de esquemas não refletidos ou aplicáveis ao caso nicaraguense. A necessidade de um projeto fundado nas necessidades específicas da Nicarágua foi um dos diagnósticos que, já no início de sua militância na FSLN, condicionou a reorientação nos seus interesses, influenciando sobre a opção por estudar Sandino e seu perfil de liderança, e em sua militância, na medida em que contribuiu à ruptura do sandinista com o PSN.

Em função da já mencionada deflagração do estado de sítio em 1974, a repressão na Nicarágua de Anastasio Somoza Debayle se agravou nos anos finais da ditadura. Lozano (op. cit.) indica que

a vasta ofensiva de aniquilamento da guerrilha e de repressão contra a população civil das montanhas do norte determina que a Frente Sandinista vá perdendo a iniciativa militar no combate contra a ditadura somozista. A feroz repressão faz com que se rompa o contrato entre os mandos da montanha e a cidade, o que impede a elaboração de uma linha política geral (LOZANO, op. cit., p. 75)

A ampla perseguição aos sandinistas desencadeada pelos eventos de 1974 provocou a morte de diversos integrantes da Frente. Manobras militares amparadas pelo Conselho de Defesa Centro-americano²², além da Guarda Nacional, resultaram na morte de três mil camponeses no norte da Nicarágua. Em 1976, também Carlos Fonseca foi morto pela Guarda Nacional. Sua morte agravou as divisões no interior da FSLN:

²² Sobre o Condeca, Lozano explica que “A criação do Condeca responde à necessidade de coordenar as forças e mandos dos exércitos centro-americanos a fim de racionalizar e fazer mais efetiva a repressão militar e a luta contrainsurgente que se intensifica na área em decorrência da efervescência revolucionária que desperta o triunfo da revolução em Cuba” (LOZANO, op. cit., p. 60)

Por dois anos, depois da morte de Fonseca, os dirigentes das três tendências nunca se reuniram para uma discussão, nunca tentaram resolver as disputas políticas. (...) Embora as três tendências se identificassem como seguidoras de Carlos Fonseca, todas estavam mudando os programas e estratégias tão discutidos sob a liderança de Fonseca no final dos anos 60 e princípio dos 1970. (ZIMMERMANN, op. cit., p. 322)

A autora sugere que, a partir desse momento, a Tendência Insurrecional conquistou maioria na Direção Nacional da Frente, apesar de possivelmente a Guerra Popular Prolongada ou a Tendência Proletária terem tido mais membros e simpatizantes. Zimmermann sugere que, politicamente, a Terceirista assemelhava-se às políticas do PSN, principalmente no que dizia respeito a ceder protagonismo à oposição burguesa no governo pós-Somoza. Secco (op. cit.), por outro lado, indica a estreita relação da estratégia assumida pela tendência e hegemônica na FSLN com a realidade histórica nicaraguense:

embora defendesse a conquista do poder por uma insurreição clássica, [A Terceirista] teve o cuidado de acumular forças na sociedade civil por um longo período, estabelecendo alianças amplas na sociedade nicaraguense, fazendo concessões ideológicas e propugnando um programa igualmente amplo, onde se destacavam uma economia mista (portanto respeitando a propriedade privada de meios de produção que os sandinistas não considerassem estratégicos e o pluralismo político, com liberdade partidária, religiosa e de imprensa, com a promessa de realização de eleições). *Pode-se dizer que os terceiristas souberam, nas circunstâncias de um país atrasado, mas que já tinha importantes canais de expressão da opinião pública, exercer hegemonia sobre camadas sociais que, tradicionalmente, estavam fora do arco de alianças sociais da FSLN.* (SECCO, op. cit., p. 22, grifos meus)

O que se seguiu ao período de desarticulação da FSLN foi uma espécie de divisão do trabalho entre as tendências, conforme a expressão de Lozano. Enquanto a Tendência Proletária operava na organização política da população urbana, a GPP preparava o trabalho militar e a Insurrecional traçava alianças políticas e articulava a estratégia de insurreição. Assim, em outubro de 1977, a Tendência Insurrecional liderou a ofensiva que objetivava o ataque a quartéis-generais da Guarda Nacional²³ e a implantação de um governo provisório. Em sua fase de preparo, a Ofensiva de Outubro, como ficou conhecida, acabou servindo ao propósito da formulação do Grupo dos Doze. O Grupo foi produto direto da tática de ampliação das alianças sandinistas levada a cabo pelos integrantes da Tendência Insurrecional

²³ De acordo com Ortega (op. cit.), a ofensiva se iniciou com a tomada do quartel da GN em San Carlos, região de fronteira com a Costa Rica, e seguiu com a tomada do povoado de Mozonte, o ataque ao principal quartel da GN em Masaya e a ocupação do povoado de San Bernardo.

e reunia representantes da iniciativa privada e do meio intelectual e religioso da Nicarágua, além dos sandinistas.

A Ofensiva²⁴ significou um fracasso militar devido à debilidade numérica com que a Frente Sandinista lidava em função da ampla perseguição e à frustração da ideia de que a ação produziria uma sublevação geral. Apesar disso, a ofensiva de 1977 pode ser caracterizada como uma campanha politicamente exitosa, uma vez que obstaculizou o esvaziamento popular pretendido pela aliança da oposição burguesa - o “Diálogo Nacional” - e se associou ao esgotamento do regime ditatorial.

Ao mesmo tempo em que organizou o Grupo dos Doze para servir de alternativa ao projeto burguês expressado pelo Diálogo Nacional, a Frente também integrou o Movimento Povo Unido, formulado a partir de sua reunião com organizações de massa nicaraguense. O MPU demonstrava, ademais, o amadurecimento dos organismos intermediários de atuação da Frente, tais como a Juventude Revolucionária Nicaraguense, a Associação de Mulheres Diante da Problemática Nacional – Ampronac - e a Associação de Trabalhadores do Campo – ATC. Além disso, indicava a penetração da FSLN entre a população, a politização popular e a reunião de uma ampla base em torno do objetivo comum antissomozista.

A ditadura somozista passou a demonstrar esgotamento²⁵ pela deterioração de sua hegemonia no bloco dominante. Isso se deu em função da progressiva privatização com que a ditadura passou a tratar a economia. A partir do terremoto, o regime transformou-se em instrumento a serviço dos interesses particulares da burguesia somozista. Lozano (op. cit.) indica que o caos político e econômico proveniente do abalo sísmico gerou condições para que a ditadura passasse a invadir áreas de atividade econômica sob o poder de outras frações burguesas. Assim, em 1977, já havia base social para a formulação de protestos pela burguesia não-somozista e pela reunião do setor em torno do projeto político da União Democrática de Libertação – UDEL. Consequentemente, é possível observar que os efeitos da crise no bloco dominante foram eminentemente políticos, não refletindo reais impactos sobre a economia nicaraguense²⁶.

²⁴ Considerando a análise de Zimmermann, pode-se questionar se a Ofensiva de Outubro foi produzida pela hegemonia da Insurrecional na direção da FSLN ou se foi o resultado de uma estratégia assumida em conjunto pelas tendências. A autora assinala que tanto a GPP como a TP atribuíram à manobra a condição de “aventura inscrita na tradição dos golpes militares burgueses” (ZIMMERMANN, op. cit., p. 327).

²⁵ Para Rodrigues (op. cit.), a própria ofensiva demonstrou o esgotamento do regime, em função da adesão de setores que até então haviam se beneficiado do somozismo.

²⁶ Essa observação visa reforçar a hipótese de Vilas (op. cit.), que sustenta que a crise econômica na Nicarágua foi desencadeada em 1978 pela crise política revolucionária, e não o contrário.

É indispensável enfatizar que a deterioração da hegemonia somozista, por si, não teria podido desencadear o processo de derrocada de ditadura em sua base. O acúmulo de luta da FSLN e a difusão do projeto político da Frente mediante a aplicação da ferramenta de educação política da população foram preponderantes para a natureza revolucionária do processo de tomada do poder na Nicarágua. Por outro lado, a característica da ampla base social que impulsionou o triunfo revolucionário indica que a revolução se deu pela soma entre o esgotamento do regime e a generalização da mobilização popular. Noutras palavras, a revolução sandinista, tal como ocorreu, foi o produto da ampliação da reivindicação antissomozista, tanto em seu conteúdo popular e sandinista como no conteúdo substitutivo demandado pelos setores que dissidiram do bloco dominante. A ampla unidade pretendida pela FSLN principiou pelo diagnóstico de que a adesão total ao projeto sandinista era necessária ao êxito revolucionário.

De acordo com Rodrigues (op. cit.), a ofensiva final teve início com o levante popular da aldeia indígena de Monimbó, em fevereiro de 1978. O episódio ampliou ainda mais a base de adesão da FSLN. Em março de 1979, a Frente optou pela unificação, tomando para tal o argumento de que a divisão em tendências havia se mantido integralmente restrita ao campo tático e político (INVERNIZZI; CEBERIO; PISANI, op. cit.). Sob a liderança da Direção Nacional, com número igual de representantes de cada tendência, a Frente tomou o palácio da presidência quatro meses depois, em 19 de julho de 1979, inaugurando o governo sandinista na Nicarágua.

2. EM DEFESA DA PÁTRIA NICARAGUENSE: A QUESTÃO NACIONAL NO PROJETO POLÍTICO DE FONSECA AMADOR

Ao abordar o projeto político proposto por Fonseca Amador para a FSLN em paralelo à luta empreendida por Sandino – o primeiro desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970 e a segunda, entre as décadas de 1920 e 1930 -, verifica-se fundamentais diferenças entre ambos. A adoção de um referencial marxista, por exemplo, foi explicitada por Fonseca Amador, intelectual interessado em prover elementos para um embate classista, e foi central na construção de um projeto político consistente cujo programa visava à organização da FSLN como vanguarda revolucionária. Analisando Sandino, observa-se que o embate classista estava contido na prática anti-imperialista, mas somava-se à necessidade de uma ampla – e heterogênea - aliança pelo fim da intervenção.

Em termos estratégicos, está demonstrado que a organização política da FSLN foi adquirida de forma gradual e em função do acúmulo de experiência. No caso de Sandino, os esforços foram concentrados na prática guerrilheira, e o interesse na construção de um partido – o Partido Autonomista Nicaraguense– foi expressado na fase final da vida do líder guerrilheiro e tolhido pela emboscada que culminou em sua morte.

Fonseca Amador, por um lado, acreditava que a adoção de exemplos deveria ser mediada pelas necessidades específicas da Nicarágua: essa era a justificativa para o rechaço, no cenário imediato, a uma proposta de integração regional centro-americana. Sandino, por sua vez, invocava a ampla aliança regional e também se alinhava a uma perspectiva unionista para romper com o intervencionismo na América Latina. A experiência de conjunturas e referências diversas, ainda que em comum pesassem a franca intervenção estadunidense e a permanência do capitalismo dependente, determinou as distinções entre as propostas políticas de Sandino e Fonseca Amador. Uma dessas diferenças destaca-se como objeto central da discussão aqui proposta: a questão nacional.

A discussão em torno da questão nacional, na América Latina, reveste-se de um significado particular que diz respeito a opor o nacionalismo de origem popular e de reivindicação do acesso das classes dominadas à esfera de decisão política e econômica ao nacionalismo burguês de consolidação de um Estado nacional alinhado aos interesses das classes dominantes²⁷ Assim, Vilas (1987) considera a questão nacional como fator

²⁷ Wasserman (2002) sustenta que a fundação de nações era um fenômeno impensável antes de as oligarquias terem entrado em crise.

desencadeador de processos revolucionários na história da América Latina. Desse modo, o conflito em torno da nação, desse modo, historicamente assume o embate entre a forma de nação vislumbrada pelas classes dominadas e a forma pretendida pelo Estado nacional burguês, que condensa dominação de classe interna e subordinação ao exterior. Conforme o autor, a questão nacional dispõe sobre o enfrentamento entre uma nação que é forma ideológica da articulação entre a classe dominante local e a dominação internacional e uma nação que reivindica a soberania nacional como atributo da emancipação social interna e externa. Noutros termos, a questão nacional popular insere-se como reação e ruptura a uma dupla articulação entre dependência e desigualdade, que se expressa no interior do território e em sua relação com o exterior.

Sob o somozismo, o quadro de dependência se agravou por meio do processo de expansão da produção agroexportadora e de integração ao capitalismo monopólico. Estes processos ampliaram a exploração da força de trabalho e impuseram severa precarização das condições de vida nas décadas de 1950 e 1960. Por outro lado, a fase final da ditadura somozista foi marcada pela reorganização da oposição, que contou ainda com o impulso cedido às mobilizações populares pela eclosão da Revolução Cubana. Além de fomentar a prática de guerrilha na esquerda latino-americana, a Revolução Cubana, aplicada ao caso sandinista, estimulou reorientações na percepção de Fonseca, que passou a exprimir a necessidade de observação dos modelos revolucionários adotados em países de capitalismo dependente e voltados ao combate direto contra o imperialismo estadunidense, por exemplo.

Assim, acredita-se que nesse período criaram-se as condições para a articulação da contestação e da resistência popular, ainda que a desarticulação econômica e a heterogeneidade da população tenham sido obstáculos persistentes à consolidação de uma contraposição articulada. Essa última característica, aliás, em muito se relacionou aos reveses enfrentados pela FSLN antes de explicitar sua diretriz programática, no fim da década de 1960. Até aquele momento, a Frente sofria com a escassez de militantes e com a fragilidade de sua base social. Por conta disso, a discussão em torno das estratégias adequadas a impulsionar a adesão da população aos movimentos contestatórios era constantemente expressada nos textos de Fonseca que servem de fontes à presente análise.

Esta análise orienta-se, centralmente, pela concepção de projeto político. Articulada à conceituação de Dagnino (2004), a ideia de projeto político aplicada ao estudo informa que as referências que organizam um projeto político orientam a ação política do sujeito nos limites

do condicionamento pelas determinações estruturais. Com base nisso, trata-se de compreender as escolhas efetuadas por Fonseca em face da forma como se deu a integração nicaraguense ao capitalismo internacional hegemônico e das consequências internas decorrentes dessa subordinação às práticas imperialistas dos EUA.

Em relação à natureza deste projeto, sustenta-se que não é possível falar somente em um projeto político, mas em um projeto político revolucionário. No presente caso, a ampla dependência política e econômica da Nicarágua, a impossibilidade real de acesso político pela via eleitoral, o histórico de autoritarismo e intervenção externa sobre a política nicaraguense e o significativo enredo da primeira guerrilha sandinista, que culminou no assassinato de Sandino, foram alguns dos elementos condicionantes da estruturação desse projeto pela via revolucionária. Assim, não somente é fundamental compreender qual era a concepção de nação que subjazia ao projeto político de Fonseca Amador, mas, antes disso, qual era a concepção de revolução defendida pelo sandinista para a Nicarágua.

Há ainda que se considerar as disputas em que se inseria a proposta: constituído em função de uma relação antitética com o regime ditatorial somozista e seus aliados internos e externos, o projeto de Fonseca Amador também rompia com a postura assumida pelo Partido Socialista Nicaraguense – PSN, que optou por acatar a orientação soviética de internacionalismo e não-violência revolucionária. Sobre essa disputa particular, é necessário identificar os argumentos que embasaram a ruptura de Fonseca com a diretriz soviética, os elementos com que o autor formulou sua perspectiva marxista e, a partir desse momento, a percepção que ele adquiriu em relação aos desafios particulares enfrentados na Nicarágua, de modo a verificar as implicações desse rompimento sobre a conformação de seu projeto político.

Reunindo essas considerações fundamentais, parte-se agora à abordagem do referencial teórico que embasa a análise para a seguir examinar o objeto de estudo. Dentre os elementos que se pretende abordar mediante a análise da fonte, constam a afirmação nacional em sua face de ruptura com a dependência e também enquanto alternativa às diretrizes assumidas pelo PSN e outros partidos marxistas alinhados a Moscou; as potencialidades e restrições de uma aliança regional, assim como as mediações operadas pela perspectiva nacional sobre uma possibilidade de integração internacional; a defesa de uma revolução genuinamente nicaraguense, de acordo com a qualificação do autor; e as implicações de uma orientação marxista sobre a perspectiva da nação.

2.1. Abordagem teórica dos conceitos de política e projeto político

Pelo interesse em refazer o trajeto teórico percorrido por Dagnino a fim de conceituar um projeto político e por acreditar que alguns dos elementos suscitados por Fonseca Amador são melhor compreendidos à luz de uma concepção também marxista de política, a análise alinha-se à concepção gramsciana, relatada por Dagnino como referência. Gramsci (1978, 1980) aborda a política como primeiro grau da superestrutura, caracterizado pela mera afirmação voluntária, indistinta e elementar que gradualmente se organiza sob formas mais ou menos articuladas, dentre as quais se destaca o partido político. Noutros termos, o autor conceitua a política como a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (COUTINHO, 1989). Ou ainda, como “a atividade humana central, o meio pelo qual a consciência individual é posta em contato com o mundo social e natural em todas as suas formas” (NOWELL-SMITH *apud* HOBBSBAWM, 2011, p. 292).

A concepção gramsciana da política é teleológica e orientada à totalidade objetiva e subjetiva. Seu caráter permanente – ainda que transitório, em se tratando de uma concepção que prevê a revolução e o fim da política nos termos da relação entre dirigentes e dirigidos – é expresso na geração de organizações também permanentes. Em sua afirmação primeira, impulsiva, a política é tida como impulso organizado a partir da economia, mas capaz de superar a própria economia. Nesse sentido, é necessário ressaltar que Gramsci não postula uma relação determinista entre política e economia, uma vez que, ainda que a política seja determinada pela economia e tenha seu espaço de expressão também delimitado pela estrutura, sua atividade não é restrita a resultados fatais, mas orientada a alternativas possíveis. Assim, Gramsci permite o tratamento da ação dos sujeitos e grupos: por um lado, ao considerar o momento impulsivo e desarticulado como parte integrante do desenvolvimento da política; por outro, ao explicitar as possibilidades alternativas cabíveis. De acordo com ele,

sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas (do maquinista à máquina), prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento objetivo do jogo geral mutila a própria realidade (GRAMSCI, 1980, p. 41)

A concepção da política em Gramsci é macrológica, para o que concorre o elemento principal da existência real de governantes e governados. Essa relação não se exprime

unicamente no âmbito estatal; sua ocorrência pode se dar no interior de um grupo. Entretanto, o autor trata essa relação de poder sempre enquanto uma expressão da oposição entre dirigentes e dirigidos. Essa informação é fundamental pois situa a disputa de projetos políticos e ilustra o desequilíbrio entre um projeto e outro a partir de sua situação de poder. Acredita-se que estratégias tão variadas como a opção pela luta armada ou o esforço de reavivamento da experiência de Sandino sejam ferramentas mobilizadas com a finalidade de combater esse desequilíbrio por meio de ataques objetivos aos dirigentes, no primeiro caso, ou pela busca da coesão entre “os dirigidos”, no segundo.

Outro elemento de caracterização da política, para Gramsci, é a existência do partido político: para o autor, assim como a política, o partido político possui caráter determinado e teleológico, já que está orientado a uma finalidade que se relaciona com a totalidade. Assim, é possível concluir que um partido, para que seja qualificado como político, tem de se relacionar à totalidade. Gramsci, inclusive, aborda a pluralidade possível à noção de partido, mas sua faceta política está necessariamente contida na relação com a totalidade e, em alguns casos, na intenção de provocar inflexão ou ruptura na ordem dirigente e no âmbito estatal. O autor também especifica condições para a existência de um partido: dentre elas, está presente o que Gramsci considera o “elemento de coesão principal”, “dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e, também, talvez por isso, inventiva” (GRAMSCI, op. Cit., p. 26).

De acordo com Coutinho (op. cit.), Gramsci considera duas acepções de política: uma ampla e outra restrita. A restrita situa-se na supracitada relação com o Estado e está inculcada na equação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos; desse modo, esta é a política que tende a desaparecer sob a emergência da sociedade regulada comunista. A acepção ampla, por outro lado, identifica a política com toda a forma de práxis que supere a recepção passiva ou manipulatória – ou seja, prevê a elaboração consciente da estrutura na superestrutura. Esta é orientada à totalidade e perpassa, real ou potencialmente, todas as esferas do ser social.

Ao elaborar a concepção e aplicação de “projeto político” como instrumento teórico, Dagnino (2004) centra-se numa abordagem que prevê o entrelaçamento inexorável entre cultura e política na constituição de um projeto político. De acordo com a própria autora, esse é um dos fatores que aproximam sua percepção da visão gramsciana. Conforme Dagnino, projetos políticos designam

os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. A virtude específica dessa abordagem (...) está no vínculo indissolúvel que estabelece entre a cultura e a política. Nesse sentido, nossa hipótese central sobre a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. (DAGNINO, op. cit., p. 98)

Particularmente, aqui se postula que a produção, veiculação e expressão de significados de matrizes culturais mais amplas está centrada na construção do símbolo sandinista, tarefa em grande medida desenvolvida por Carlos Fonseca Amador. A hipótese presente nesse estudo é que a construção e reforço desse símbolo orienta a ação política, favorece a coesão e a interlocução em torno do projeto proposto, além de encaminhar uma transformação cultural. Esse aspecto particular será desenvolvido no próximo capítulo, que discute a constituição do sujeito nacional revolucionário e os usos políticos em torno da trajetória e ideal de Sandino, bem como da memória construída sobre ele.

Para Dagnino, “o reconhecimento do papel do sujeito e da agência na política não deve ignorar os limites com que se confronta, sob pena de confundi-lo como equivalente à mera afirmação do voluntarismo” (DAGNINO, 2006, p. 41). Estes limites são perceptíveis, conforme a autora, na relação conflitiva travada por projetos em disputa e também por condições estruturais, recursos e oportunidades que determinam e delimitam as possibilidades de um projeto. Assim, a autora empreende o esforço teórico de reconhecer e enfatizar a intencionalidade como componente da ação política, mas a circunscreve a determinações. De acordo com a autora, afirmar a ação do sujeito é importante para demonstrar sua influência na dimensão política e acenar para a existência de opções e alternativas construídas historicamente:

A noção de projeto traz consigo, assim, a afirmação da política como um terreno que também se encontra estruturado por opções que se manifestam nas ações dos sujeitos, orientados por sua vez por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses. (DAGNINO, op. Cit., p. 40)

A preocupação com um sentido futuro e de transformação também é inerente à lógica dos projetos políticos, na medida em que estes instrumentos produzem sínteses e combinações que se amparam em configurações culturais existentes, mas também elaboram novos elementos, provocando tensões e transformações no repertório cultural das sociedades e também em sua organização política. Esse argumento específico relaciona-se à já mencionada

hipótese de que a trajetória política de Sandino tenha servido como fator mobilizador de transformações no repertório cultural da sociedade nicaraguense.

É na tensão pela manutenção, reelaboração ou destruição de elementos políticos e culturais que também se pode investigar os limites e potencialidades do projeto político, enquanto produto de condições determinadas. Dagnino (2004) sustenta que um projeto político pode ser estimulado pela possibilidade de acessar o âmbito do poder de Estado²⁸. Em condições de inexistência de um regime democrático que possibilite a tensão pela mera reorganização do Estado, como se pode delinear um projeto político? A ação política, nesses termos, sempre se orienta ao acesso ao poder de Estado, tal como este Estado se apresenta? No caso de Fonseca Amador, a condição historicamente antidemocrática e dependente contribuiu a que o projeto político sustentasse a via revolucionária como alternativa e como negação do Estado vigente. Daí a defesa a que, no presente trabalho, não se possa tampouco analisar somente a ideia de projeto político, mas a de um projeto político revolucionário. Portanto, é imprescindível caracterizar a concepção de revolução que mobilizou e fundamentou esse projeto.

Nesse sentido, é válido considerar a abordagem de Bartz (2014) para a ideia de projeto político: de acordo com ele, estes planos de ação coletiva extrapolam o caráter institucional mas não são, por isso, antipolíticos. De acordo com a reflexão de Bartz, os projetos políticos possuem sentido institucionalizador, mas não meramente institucional. Isso permite que se explore a incorporação do projeto de Fonseca Amador na forma assumida pela FSLN e assim também possibilita perceber em que medida esse projeto promoveu institucionalização. A reflexão de Bartz embasa a discussão em torno das influências que dialogavam com as proposições expressas em um projeto, uma vez que, para o autor, o projeto político reflete relação íntima com as particularidades dos grupos e tradições de pensamento existentes.

2.2 Abordagem teórica da questão nacional

A análise da questão nacional no projeto político de Fonseca Amador parte de alguns elementos das acepções clássicas e segue em direção a concepções voltadas à especificidade latino-americana. Das acepções clássicas, alguns elementos são particularmente importantes por sua possibilidade de contribuir a discussões próprias do objeto. De Hobsbawm (1990),

²⁸ O exemplo da autora é o projeto democratizante que tomou corpo no Brasil na década de 1980, fortalecido pelo reestabelecimento do regime democrático.

considera-se a enumeração de critérios gerais de classificação de nações e nacionalismos; também é válida a ideia de existência de uma associação histórica da comunidade com um Estado consolidado ou recente mas estável, que determina que uma nação é possível sempre que houver identificação da comunidade com o Estado – o que é passível de adaptação ao caso presente por meio da ideia de que esse projeto pretende uma reformulação do Estado e para isso reivindica a adesão de uma comunidade determinada.

Em relação a Anderson (1993), a concepção da nação como uma comunidade imaginada servirá ao propósito deste trabalho, na medida em que se pretende usar essa ideia e suas implicações para pensar a constituição do sujeito nacional revolucionário, no que diz respeito, por exemplo, à inclusão das comunidades indígenas da região atlântica da Nicarágua e à inserção das elites favoráveis à ingerência externa nas discussões relacionadas ao modelo de nacionalismo nicaraguense adotado por Fonseca Amador. O aporte do autor sobre a onda de nacionalismos do século XX é outra constatação importante à análise, uma vez que os fenômenos nacionalistas deste período correspondem ao processo verificado na Nicarágua. Conforme Anderson, “a 'última onda' [...] foi em sua origem uma reação ao imperialismo mundial de novo estilo feito possível pelos logros do capitalismo industrial” (ANDERSON, op. Cit., p. 197).

Vilas (1987) inicia sua análise da questão nacional expondo particularidades do conceito de nação aplicado à realidade latino-americana e aos demais países sob domínio imperialista²⁹:

O Estado não é somente a condensação político-institucional de uma dominação de classe antipopular, mas também e simultaneamente, a expressão da subordinação ao exterior e instrumento desta. A nação como forma ideológica da articulação da classe dominante local à dominação internacional do imperialismo, enfrenta a nação como projeto de luta anti-imperialista das classes populares: a soberania nacional como atributo e corolário da emancipação social. (VILAS, opus Cit., p. 27)

O autor assinala que a questão nacional como projeto popular, nesses Estados subordinados, extrapolava a independência política e se filiava a um projeto de conquista da

²⁹ Como imperialismo, o autor entende desde as práticas de estruturas de poder formalmente autônomas – como a estrutura local de poder político-militar representada na Nicarágua pelo somozismo - como as formas de dominação colonialista. Vilas caracteriza o imperialismo também como sujeição expressada na dimensão política, institucional, econômica, militar e/ou financeira. Remetendo a Lenin (2012), temos uma leitura mais pormenorizada das características do imperialismo, que também são tomadas como referência de análise. Segundo o autor, são cinco as características principais: o monopólio, expressado na política colonial e na concentração de produção e capital; a fusão entre capital bancário e industrial; a exportação de capitais; a formação de associações internacionais monopolistas; e a conclusão da partilha territorial – de que a Nicarágua também é objeto.

soberania nacional³⁰. Nesse cenário, até a eclosão de revoluções sociais, a classe dominante nacional havia sido a fração favorecida por uma relação estável com a expansão internacional do capitalismo. Assim, identificava-se como nacional por uma posição de domínio local que, no entanto, pressupunha a legitimação desde o exterior; logo, esse domínio local se expressava pela subordinação, que acabava por atingir a formação social como um todo. Entre as classes populares, a restrição à expressão de interesses de classe e a inexistência de intelectuais orgânicos que pudessem representar esses setores contribuíam para reforçar a subordinação.

A seguir, Vilas alerta que, mesmo que o projeto nacionalista anti-imperialista só tenha sido exprimido por mobilizações de massa, sua aceitação pela fração subordinada da burguesia correspondia a interesses de expansão econômica, e não de justiça social. Esse nacionalismo limitava-se, de acordo com o autor, a criticar aspectos da atividade estrangeira que obstaculizassem o desenvolvimento do mercado interno³¹. O nacionalismo das classes populares, em oposição, denunciava a subordinação imperialista como sinônimo da exploração capitalista. Em função dessa lógica, o autor sublinha que a condução operária e popular constitui condição intrínseca ao desenvolvimento do projeto nacionalista anti-imperialista. A partir dessa constatação, o nacionalismo popular tem de considerar alguns critérios, de acordo com o autor. Esses critérios, citados a seguir, terão fundamental importância no questionamento das fontes com que dialoga esta análise. Segundo Vilas,

o nível e a continuidade da luta, a capacidade de aglutinar as forças do campo nacional-popular, e inclusive de somar a estes elementos subordinados do bloco dominante – portanto, a eventualidade de um deslocamento político-ideológico de tais elementos extrapolando sua situação estrutural de classe -, etc., são todos aspectos que dependem da efetiva condução política do processo pela classe operária organizada como vanguarda (VILAS, op. Cit., p. 35).

Em relação a esse ponto particular, é necessário refletir não somente sobre o caráter popular das reivindicações postuladas pelo projeto político de Fonseca Amador como também por seu sentido de aproximação com as classes populares, tomado enquanto finalidade. Isso porque, se se pode questionar a real participação de membros da classe operária e camponesa

³⁰ Esse é, aliás, o vínculo constitutivo do patriotismo defendido por Fonseca. Noutros termos, o patriotismo é indissociável da defesa da soberania nacional. Tal relação é perceptível não só nesse como noutros projetos políticos latino-americanos.

³¹ Acredita-se que o chamamento da FSLN à aliança com a burguesia possa ter se ancorado nessa premissa. Afinal, se Somoza expressava o interesse imperialista de forma cada vez mais explícita, a defesa da “economia nacional” passava pelo alinhamento com o projeto sandinista.

na fase de organização desse projeto, por outro lado era inegável o interesse de Fonseca em mobilizar estes setores da população nicaraguense, particularmente na fase de consolidação. Logo, o projeto político abordado nessa análise será considerado enquanto um projeto que se filiou a uma concepção popular de nação.

Santos (2016) pontua a relação de encadeamento entre a modernização capitalista e a afirmação do poder burguês no cenário de consolidação do capital monopolista na América Latina. De acordo com o autor, tal alinhamento implicou o apoio a constrangimentos estruturais em benefício da via burguesa de formação nacional e em favor do alijamento das classes dominadas no desenvolvimento do projeto nacional. Desse modo, a questão social latino-americana passou a assumir sentido democrático ao confrontar os projetos vigentes. Conseqüentemente, a consolidação das bases de um Estado nacional identificado com a soberania tornou-se tarefa inconclusa em função da perpetuação de determinações coloniais, tais como a dependência e a reiterada assimetria social. Da mesma forma, foram as determinações do legado colonial que, para Santos, impediram o controle dos latino-americanos sobre seu próprio destino. Essa reflexão permite estabelecer uma relação de causalidade com o modo radicalizado como se desenrolaram diversos processos políticos na América Latina. Aqui se sugere que o processo que imbuíu o desenvolvimento da FSLN e de seu projeto político foi também expressão dessa hipótese. Santos afirma que,

a emancipação colonial não se traduziu imediatamente em nação, mas franqueou aos povos americanos a possibilidade de superar sua condição reflexa original e constituir-se segundo um padrão autodeterminado. Essa via supõe uma inversão na forma de inserção das sociedades periféricas no sistema capitalista mundial, subordinando os fluxos de mudança social provenientes do centro às necessidades do conjunto da população. (...) o Estado surge como instrumento necessário para estabelecer algum nível de controle sobre a irradiação dos fluxos de inovação social no âmbito do espaço nacional. Nessa circunstância, superar o *sentido* da formação colonial equivale a afirmar as bases sociais, econômicas e culturais do Estado nacional. (SANTOS, op. Cit., p. 28, grifo meu)

A emergência das democracias burguesas e as disputas nas quais se inseriam situaram o auge dos nacionalismos latino-americanos, de acordo com Wasserman (2013). O fato resultou dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e da influência das revoluções Mexicana e Russa. A autora sublinha que a valorização do nacionalismo e de identidades soberanas foi simultânea ao surgimento dos primeiros militantes comunistas e intelectuais marxistas no território latino-americano, o que teve implicações importantes sobre a discussão em torno do projeto nacional. Para o momento de emergência do projeto de Fonseca e da FSLN, a autora

ênfatiza a influência da CEPAL e da Teoria da Dependência sobre a intelectualidade latino-americana. Os efeitos produzidos pela ampla difusão da teoria desenvolvimentista cepalina e pelo profundo interesse provocado pela Teoria da Dependência, principalmente em sua vertente modernizadora liberal, permitiram que sua influência produzisse efeitos para além do âmbito propriamente intelectual.

Ainda segundo Wasserman, a busca do caráter nacional na América Latina, em sua origem, refletiu as dificuldades na construção de ordenamentos políticos estáveis. Em termos gerais, a autora defende que o itinerário do fenômeno das nações

emana da força de projetos que demandavam autonomia para determinada região, ou que visavam unidade e centralização política, ou ainda, que evocavam a valorização cultural de determinados grupos ou classes sociais. (WASSERMAN, op. Cit., p. 20)

2.3 Do projeto político de Carlos Fonseca Amador: nação e revolução

No prefácio de *Origens do pensamento e da política radical na América Latina* (SANTOS, op. cit.), Grespan questiona se seria possível, na América Latina, um projeto nacional que subordinasse o desenvolvimento capitalista a outros interesses que não os do capital, ou se apenas uma proposta radical, que percorresse caminhos alternativos, seria cabível. Esse é o peso que adquire o tratamento da questão nacional em projetos políticos radicais na América Latina. Historicamente, a questão nacional latino-americana assumiu função propulsora dos processos que visavam à conquista da soberania nacional, vinculada ao fim da exploração e intervenção estrangeiras. Conforme expressado por Vilas (1987), a questão nacional, nas revoluções latino-americanas, foi tomada como dimensão dos projetos revolucionários e também como fator desencadeador desses processos. No projeto político de Fonseca Amador, a questão foi vinculada a uma ruptura revolucionária que cederia o poder ao povo por meio da superação do capitalismo.

No momento atual se faz necessário que proponhamos com grande ênfase que nosso magno objetivo é a revolução socialista, uma revolução que se propõe a derrotar o imperialismo yanque, seus agentes locais, os falsos opositores e os falsos revolucionários. Esta propaganda, com o respaldo consequente da ação armada, permitirá à Frente ganhar o apoio de um setor das massas populares que seja consciente de toda a profundidade da luta que realizamos. (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, 1981, Tomo I, p. 93)

Para Fonseca Amador, a questão nacional indicava o sentido do projeto político revolucionário e fortalecia a defesa de uma acepção de revolução entrelaçada às características do território que seria por ela afetado. A questão nacional foi a ênfase escolhida para conclamar a população à unidade, a partir de uma lógica em que a nacionalidade era elencada como característica própria e particular da classe dominada. Conforme esse entendimento, a questão nacional beneficiaria um modelo de revolução que pretendia exercer uma defesa popular da nação e afirmar suas características e necessidades em oposição ao interesse externo. Ao invocar a “amargura de deixar a terra natal” e qualificá-la como um traço essencial do drama nicaraguense (*Mensaje al pueblo*, 1970. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 273) ou ao expressar especificamente a relação de filiação dos nicaraguenses com o país (*Carta a los nicaraguenses residentes em Estados Unidos*, 1973. In: *idem, ibidem*, Tomo I), Fonseca Amador pretendia incentivar a coesão e a unidade na defesa patriótica da nação. Por fim, a questão nacional nesse projeto foi a justificativa para a adesão crítica ao referencial marxista, o que propiciou seu posicionamento numa disputa interna e legitimou a defesa contra a ingerência externa – esta antinacional em um sentido literal.

A forma revolucionária defendida por Fonseca Amador era a de um processo nacional, anticapitalista e anti-imperialista, liderado pelo instrumento político-militar de vanguarda das massas, a Frente Sandinista de Libertação Nacional. A FSLN seria o organismo capaz de prover a reunião popular que garantiria o êxito revolucionário: “Só o povo e seus representantes revolucionários; só um movimento como este, que agrupa operários, camponeses, jovens, mulheres, na mesma acometida, pode assegurar o porvir da Nicarágua” (*El FSLN*, 1971. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 366). A Frente não poderia prescindir de estudantes revolucionários enquanto líderes e dirigentes, por sua “rica experiência política” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 70), ainda que Fonseca defendesse a protagonismo de operários e camponeses no processo³².

A influência marxista situava-se nos conceitos de libertação e justiça, que, de acordo com Fonseca, encarnavam o ideal da revolução: a libertação nos termos da superação do sistema capitalista e na conquista da soberania nacional. E a justiça, por sua vez, atrelada à cessão do poder ao povo pela via socialista. Logicamente, a influência marxista também se apresentava na projeção de uma revolução popular e socialista e em seu conteúdo classista,

³² A qualificação da participação de cada um destes setores da população no processo revolucionário é um dos objetivos do terceiro capítulo desta dissertação.

que postulava o fim da exploração do homem pelo homem (*El FSLN es la más generosa creación de la nueva generación de Nicaragua*, 1969. In: FONSECA, *idem, ibidem*, Tomo I, p. 261) e previa medidas como a devolução de terras aos camponeses, a formação de um exército popular – somada à consigna geral de poder popular, a solidariedade entre os povos e a unidade popular centro-americana (*Proclama del FSLN*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 268).

A perspectiva nacional, por sua vez, integrava-se às reivindicações de emancipação social, política externa independente e solidariedade entre os povos. Há um vínculo indissolúvel entre a revolução e a questão nacional nos países subordinados ao imperialismo, que Vilas (1987) atribui à extrapolação da questão nacional: onde a independência política foi um fenômeno insuficiente do ponto de vista popular, a questão nacional tornou-se um aporte significativo à conquista da soberania nacional. Também a característica popular do processo, tal como almejava Fonseca, era indissociável de seu componente nacional, uma vez que, no marco do referencial marxista, o futuro revolucionário só seria possível pelas mãos das classes exploradas, que compunham o verdadeiro corpo da nação. O conjunto de problemas que afetavam a população era reunido sob a dimensão de classe enquanto “exploração conjunta do povo”.

Ainda na década de 1960, o sandinista destacava a necessidade de excluir elementos não-proletários/proletarizados e de avançar numa unidade de base classista liderada por operários, estudantes e camponeses (*Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso*, 1969; *Con la sangre de nuestros mártires construiremos un futuro feliz*, 1969. In: FONSECA, *op. Cit.*, Tomo I) A retomada das atividades na zona rural e a intensificação das atividades de educação política exemplificam a centralidade dessa questão no projeto de Fonseca, além de dialogarem com a necessidade de aproximação com a população, reiterada pelo sandinista. A ampliação dessas práticas relacionava-se à constatação, por Fonseca, de que a autoridade moral consolidada pela FSLN junto à população exigia a expressão objetiva dos princípios sandinistas (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I). Tais princípios, em sua abordagem marxista, influíam sobre a composição do movimento e sua característica classista. Contudo, mesmo a afirmação da inclusão de camponeses no movimento não impediu que o autor tenha concedido, apenas tardiamente, reconhecimento objetivo às formas de combate camponês, conforme se abordou no tópico anterior. Percebe-se,

associada a isso, a manutenção de uma perspectiva que valorava mais a participação operária na vanguarda do que a participação camponesa.

Além disso, a progressiva ampliação das bases da FSLN determinou que, na metade da década de 1970, o autor tenha refletido sobre a aproximação de elementos pequeno-burgueses. Nesse período, Fonseca tornou-se mais transigente com essa aproximação: de acordo com ele, não se devia condenar preliminarmente as pessoas de procedência pequeno-burguesa, mas atentar para os prejuízos do hábito pequeno-burguês, de característica liberaloide e individualista (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas*, 1976. In: *idem, ibidem*, Tomo I). À burguesia, por seus próprios interesses de classe, a integração ao campo revolucionário não era facultada. No entanto, Fonseca Amador compreendia parte da pequena burguesia na reunião em torno do ideal revolucionário, considerando a possibilidade de ampliar a base de adesão ao movimento, o que tornava essa participação um recurso, e também atentando para o significativo interesse de Fonseca em estender a possibilidade patriótica àqueles que pudessem vincular-se ao ideal progressista e optassem pela identificação com os interesses das classes exploradas.

As afirmações do sandinista no que dizia respeito ao assunto refletiam as condições de isolamento político do regime somozista, deflagradas sob a administração de Anastasio Somoza Debayle (1967-1972). Fonseca indicou que a circunstância propiciou a projeção da FSLN como principal força de oposição no país e, com isso, contribuiu à ampliação da base de apoio ao embate travado pela Frente. As considerações do secretário-geral da FSLN tendiam a aceitar a aproximação do setor pequeno-burguês, ainda que com ressalvas:

Tem seu lado positivo a ampliação da base social a que chega a influência do nosso destacamento. Mas também temos que abrir os olhos em relação à pequena-burguesia, que arrasta consigo seus hábitos liberaloides e individualistas (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 136)

A contradição presente na associação entre a ampla adesão e a defesa à participação exclusiva de integrantes das classes exploradas foi contraposta pela recomendação à mudança na conduta moral do sujeito pequeno-burguês. O patriotismo, enquanto estivesse relacionado a uma perspectiva de negação do individualismo e defesa da superação da exploração externa, servia à aproximação entre a classe explorada e a pequena-burguesia. À sua emergência, entretanto, condicionava-se a mudança política, que deveria converter o “hábito liberaloide” em hábito revolucionário. Imbuído do ideal patriótico, cabia ao sujeito vincular-se

organicamente à causa revolucionária por meio da educação política, da renovação moral e da proletarização. Disso decorria a autorização para sua participação na luta popular sandinista. Ao comentar sua própria trajetória, Fonseca Amador demonstrou a possibilidade:

Quem assina estas linhas, depois de viver e padecer uma infância proletária, teve a oportunidade de ingressar à universidade onde é possível preparar-se para empreender o caminho burguês. Com legítimo orgulho declaro que preferi percorrer ao lado de meus irmãos de luta o caminho proletário, o caminho para forjar a liberação da minha classe, a classe proletária. (*Proclama del FSLN*, 1969. In: *idem, ibidem.*, Tomo I, p. 268)

Fonseca provinha do ambiente acadêmico, por ele demonstrado como um espaço de privilegiados com base no percentual de nicaraguenses que acediam, à época, à universidade. Sua vinculação ao ideal proletário teria se forjado pela luta junto à “classe proletária”³³. É preciso ressaltar, contudo, que em nenhum momento Fonseca sugeriu objetivamente a proletarização do setor pequeno-burguês, mas é possível supor que o sandinista cria que essa mudança política e moral estivesse atrelada à experiência prática junto à FSLN.

As reflexões de Fonseca em relação ao valor patriótico demonstram que, para além da nacionalidade fundada na dimensão classista, também o vínculo entre revolução e patriotismo era indissolúvel em seu projeto. Ainda que tal valor pudesse, por seu conteúdo, ser concebido como um valor anticapitalista, próprio das classes exploradas, foi por meio da face patriótica da nacionalidade que a conclamação revolucionária pode se estender a uma camada mais ampla da população.

A essa forma de patriotismo, vinculada a uma perspectiva de defesa da soberania nacional, associava-se a oposição ao somozismo, também um elemento com potencial coesivo. A defesa da unidade do setor antissomozista por meio de uma reunião pela base entendia enquanto base os “setores mais honestos das diversas tendências antissomozistas” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 94). É possível supor que a “honestidade” guardasse relação com a defesa do interesse nacional, sendo a uma vez classista – pois “ser nacional” cabia à classe dominada – e abrangente.

A ambiguidade do ponto residia precisamente no choque recorrente entre a necessidade de estabelecer um movimento nacional de conteúdo classista e a preocupação do autor no que dizia respeito à debilidade da “consciência revolucionária” dos trabalhadores

³³ No item 3.2 dessa dissertação, sobre a situação dos camponeses no projeto de Fonseca, os modos de aceder à proletarização serão pormenorizados.

nicaraguenses. A composição do campo nacional-popular implicava, portanto, uma tensão entre o argumento puramente classista e o desejo de agregar, sob o ideal patriótico, todos aqueles que pudessem se identificar com os interesses das classes exploradas, tornando assim a base da FSLN mais volumosa.

Apesar dos alargamentos permitidos pela noção de patriotismo, a relação de complementaridade entre patriotismo e socialismo era normativa ao assinalar aqueles que não poderiam integrar a luta popular. A rememoração da luta de Sandino reforçava essa composição a partir do estabelecimento de uma oposição entre explorados e exploradores, identificada no embate entre as classes dominantes nicaraguenses e os EUA contra “os patriotas nicaraguenses” do EDSN. Já em 1927, expressava a antinomia entre sujeitos despossuídos e sujeitos alinhados com os interesses externos (*Primeiro Manifesto Político, 1927, in: SELSER, 1979*).

Por meio dessa relação, Fonseca Amador afirmou a generalização das classes dominantes como antipatrióticas em sua vinculação ao capitalismo e na responsabilidade compartilhada entre a classe capitalista governante e a classe capitalista opositora na “exploração conjunta do povo”. Em relação à esfera político-partidária, a antinacionalidade nicaraguense recaía sobre os partidos políticos tradicionais, somozistas ou opositores, uma vez que ambos representavam os interesses das classes dominantes e estavam alinhados às demandas externas e imperialistas. Na esfera dirigente, antipatriotismo e antinacionalismo eram adjetivos incorporados por Somoza e seus aliados.

O somozismo ganhou força num país cuja burguesia abriu mão da participação direta na esfera política dirigente, contrariando a tendência verificada noutros países latino-americanos de uma direção burguesa do projeto nacionalista que conformou o Estado nacional (WASSERMAN, 2002). Isso contribuiu à constituição de uma lacuna no que diz respeito à discussão do aspecto nacional na Nicarágua. Ramírez (2008) defende a hipótese de que na Nicarágua não se consolidou algo como uma burguesia nacional. Em consequência disso, o entendimento da nacionalidade enquanto valor a ser defendido pelos grupos dominantes locais restou debilitado. Se considerada a análise de Halperín Donghi (2005), essa lacuna é antiga e remonta ao período de “maturidade da ordem neocolonial”. Ao assinalar a inexistência de enclaves na Nicarágua³⁴, o autor atenta para a importância desse fenômeno na

³⁴ O argumento é contraposto por Molieri (1985) no que diz respeito à região da costa atlântica nicaraguense, mas a reflexão de Halperín Donghi será mantida em função da validade que possui para se analisar o lento aburguesamento das oligarquias na Zona Pacífica da Nicarágua, assim como as consequências desse processo.

debilitação das classes proprietárias oligárquicas em benefício das classes emergentes e, por conseguinte, na modernização econômica e no surgimento de classes predominantemente urbanas que poderiam atuar em defesa de um nacionalismo não-popular. A não-ocorrência dos enclaves teria implicado a manutenção da grande diferenciação social, característica da Nicarágua até o momento que situa o objeto desta análise. Rodrigues (op. cit.) amplia a discussão ao sublinhar que o não-ajuste entre elementos arcaicos e modernos limitou o aburguesamento das elites do campo, o que gerou um fenômeno incompleto de modernização e afetou substancialmente a forma da burguesia nicaraguense. A autora diz ainda que, nesse ínterim, os EUA se responsabilizaram pela instituição dos “alicerces políticos da nação nicaraguense” (RODRIGUES, op. Cit., p. 13).

No que concernia à ditadura somozista, o projeto de Fonseca reforçava a necessidade de enfatizar as características do regime para, assim, estabelecer uma distinção objetiva entre quem integrava o projeto popular de nação e quem dele não participava. Nesse ponto, o projeto político de Fonseca referia as mesmas acusações de traição da pátria que, quarenta anos antes, haviam mobilizado Sandino. Assim, ao definir quem comporia e construiria a nação no horizonte do projeto político revolucionário, fundamentava-se a disputa entre os projetos políticos revolucionário e somozista.

A ditadura somozista, por sua associação de interesses com o imperialismo estadunidense, contribuiu a que Fonseca tratasse o regime sempre em função do imperialismo estadunidense. Entretanto, Somoza era identificado como articulador do capitalismo na Nicarágua, ainda que em grande medida influenciado pelos interesses estadunidenses. O início do período somozista era abordado por Fonseca como marco para o estabelecimento do neocolonialismo na Nicarágua (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I) e o sandinista situava a ampliação na “entrega das riquezas nacionais aos monopólios ianques” (*idem, ibidem*, p. 75) como um produto da mesma época. Os problemas econômicos da Nicarágua nesse momento, com destaque para o enfoque dependente da economia agroexportadora e para a concentração fundiária, eram atribuídos ao somozismo na medida em que Somoza era acusado de tratar os fundos estatais de modo pessoal e de, em consequência disso, promover o enriquecimento de sua família.

De acordo com Lozano, nas décadas de 1950 e 1960 verificou-se a acentuação do caráter agroexportador da economia nicaraguense, a ampliação no processo de concentração de terras e a aceleração na dinâmica capitalista nas relações sociais de produção no meio

rural. A autora também sublinha que, ademais da superficial expansão econômica, o período foi marcado pelo surgimento dos principais grupos financeiros na Nicarágua, pela consolidação da fração somozista da burguesia e pela ampliação de órbita de poder econômico da família Somoza (LOZANO, op. cit, pp. 46-47). Noutros termos, o “projeto político do capital” encarnado pelo somozismo (RODRIGUES, op. cit.) dirigiu o modelo de modernização capitalista na Nicarágua.

O elo direto entre a consolidação da economia agroexportadora dependente e as atitudes da ditadura personalista de Somoza foi percebido por Fonseca Amador, o que permite que se afirme que o autor reconhecia a agência do somozismo sobre a configuração política e econômica da Nicarágua no período. Em seu projeto político, o sandinista dialogava com esses fatores, especialmente no que dizia respeito à condição antinacional da economia vigente – no sentido de seu atendimento aos interesses externos e consequente precarização nas condições de vida da população – e nas implicações dessa desarticulação econômica para a organização da população. O anti-imperialismo de Fonseca Amador não menosprezava as atribuições do somozismo no fortalecimento das relações capitalistas no país. Somoza, afinal, era protagonista na relação de exploração do povo, e era sobretudo a articulação entre o somozismo e o imperialismo estadunidense que explicava o agravamento dos problemas nas condições de vida da população nicaraguense.

Por conta dessa dinâmica entre somozismo e imperialismo, o projeto de Fonseca Amador direcionava a ruptura em dois sentidos articulados: o fim da dinastia somozista e da política de acordos entre conservadores e liberais – os falsos opositores; e a supressão da intervenção estadunidense, em suas facetas militar, política e econômica. Esta ruptura encaminharia a conquista da soberania nacional e da segunda independência, além de demonstrar a intenção desse projeto de combater as duas faces da dependência: a interna, representada pelas classes dominantes alinhadas ao somozismo, e a externa, identificada com o intervencionismo estadunidense. Em relação à face interna, Fonseca estabelecia relação de aproximação entre a revolução que propunha e o processo de independência nacional nicaraguense, ao recomendar que se recordasse a experiência dos “próceres da primeira independência” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op cit., Tomo I, p. 57). A sinalização de uma significativa participação popular nos processos de “primeira independência” era uma tarefa política que importava a esse projeto político na medida em que a proposição

reivindicava a adesão da população à causa revolucionária postulada pela FSLN, além de criar vínculos de continuidade entre a experiência de independência e a luta proposta pelo autor, fundamentando seu caráter nacional, independentista e libertador.

Nos termos de um elo de continuidade entre processos históricos de libertação nacional, a relação mais próxima era, logicamente, a reiterada menção ao legado de Sandino, também considerado um herói da libertação nicaraguense. O heroísmo de diversos sujeitos se manifestava, precisamente, em oposição ao fator externo da dependência: a dominação colonial, o intervencionismo, o imperialismo estadunidense. Este heroísmo servia, portanto, ao propósito de substanciar um projeto anti-imperialista.

O projeto político de Fonseca Amador, tanto em seu referencial marxista como em sua conclamação ao patriotismo popular pela libertação nacional, era fundamentalmente anti-imperialista, e aí residia a direção que a ruptura assumia em relação à dominação externa. Tomando a Nicarágua como país neocolonial, Fonseca afirmava a ininterrupta dominação estrangeira: o autor assinalava a continuidade entre o domínio colonial espanhol e a intervenção estadunidense. Por conta disso, para o sandinista, nunca tinha havido um processo exitoso de libertação nacional no país.

Fonseca expressava, por exemplo, uma hierarquia entre Somoza e os EUA, que supunha a superioridade estadunidense sobre o ditador nicaraguense. Com base nisso, a hipótese dessa análise é de que, ao tratar o ditador como mediador e representante dos EUA, o sandinista aportava outro elemento de substanciação da característica anti-imperialista de seu projeto. Por meio dessa relação, Fonseca podia estipular um compromisso internacionalista com os demais povos subordinados à política imperialista. A hipótese é reforçada pelas reiteradas menções de sandinista ao imperialismo como “o mais feroz dos inimigos dos povos” (*En el X aniversario de la masacre estudiantil*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, pp. 259-260). Índícios desse compromisso internacional também eram ressaltados pela afirmação da inevitável derrota dos EUA diante de “todos os povos da terra dispostos a combater contra o império do dólar a favor da liberdade” (*Juramos cobrar implacable venganza por la sangre de Julio Buitrago, Marco Rivera, Aníbal Castrillo y Alesio Blandón*, 1969. In: *idem, ibidem.*, Tomo I, p. 264) e pelas críticas ao modelo liberal e imperialista de integração centro-americana firmado pelo Condeca – Conselho de Defesa Centroamericano (*Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso*, 1969; *Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I).

Portanto, era a partir da faceta anti-imperialista que Fonseca Amador mediava as possíveis aproximações do projeto político com um horizonte de internacionalismo ou, no mínimo, de regionalização da luta popular revolucionária. O enfoque da solidariedade e da irmandade, por exemplo, contribuía a essa finalidade. O argumento era reiterado diante das tentativas somozistas de transformar a Nicarágua em base para agressões a Cuba. Com base nessas premissas, era aventada a possibilidade de “centroamericanização” da luta (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 111) como atitude intrínseca ao desenvolvimento de uma integração regional alinhada ao interesse popular e revolucionário e, portanto, contraposta ao Condeca. Havia, por fim, a menção ao diálogo com os países socialistas para “que com antecipação haja conhecimento da seriedade revolucionária de nosso movimento” (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 121). Tratada nesses termos, a relação com o campo socialista reivindicava o reconhecimento da heterodoxia como uma opção feita de modo “responsável” (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I) pelos sandinistas e reforçava o recurso estratégico e político da solidariedade anti-imperialista.

Desse modo, acredita-se num internacionalismo latente contido no projeto político de Fonseca Amador, instrumentalizado para validar a integração desse projeto ao campo socialista, expressar e referendar o princípio marxista que o mobilizava, e sustentar a solidariedade internacional. A conclamação à segunda independência, afirmada sob esses preceitos, atravessava o sentido nacional e atingia o sentido internacional da luta.

Mas a questão nacional e uma perspectiva nacional de luta eram os focos do projeto. Com base nisso, Fonseca mobilizou a recuperação dos “heróis nacionais” nicaraguenses, especialmente Augusto Sandino. Daí também a recorrente ênfase a um processo que pudesse expressar as particularidades nicaraguenses, que previsse soluções aos problemas desse território, e que, ao optar pelo método da luta armada, não se filiasse à diretriz soviética do internacionalismo marxista.

O caráter nacional explicava também o método defendido por Fonseca Amador. De acordo com ele, o emprego de violência era histórico nas disputas pela hegemonia na Nicarágua. Daí que “Essa experiência tradicional predispõe o povo da Nicarágua contra as farsas eleitorais e a favor da luta armada. Não há dúvida, pois, que o povo da Nicarágua conta com uma rica tradição de rebeldia.” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 81). A tradição rebelde enunciada por Fonseca Amador dialogava com os recorrentes

episódios de mobilização popular antissomozista e acredita-se que sua pretensão ao evocar esses eventos fosse incentivar a coesão nacional e a adesão à luta armada.

A luta armada, sob a forma da guerrilha, também surgia como opção imbricada na concepção de nação e de questão nacional: se, por um lado, qualificava a antinomia em relação aos partidos políticos tradicionais e setores vinculados ao regime, por outro reivindicava o elo de continuidade com as práticas do EDSN. A opção por esse método particular de luta integrou o processo de constituição de novas heterodoxias a partir da década de 1950, das quais o guevarismo e o castrismo cubanos foram importantes representantes.

A partir da instabilidade que acometeu o socialismo soviético por meio das denúncias contra Stálin realizadas por Krushev, em 1956, produziram-se inflexões na prática dos movimentos de esquerda em escala mundial. A heterodoxia de inspiração guevarista, centrada no modelo da guerra de guerrilhas, até então era rechaçada pelos partidos comunistas ortodoxos, mas ganhou força com a eclosão da Revolução Cubana. Também a intensificação da repressão, desencadeada pela ameaça de “cubanização”, e a instrumentalização dos regimes ditatoriais por meio do financiamento e aporte logístico da Aliança para o Progresso, contribuíram ao reforço da luta armada rural e urbana na América Latina. Já na década de 1970, a falência do socialismo chileno ofereceu outro estímulo à consecução das guerrilhas. A influência do guevarismo, em especial, é central para se compreender o rechaço de Fonseca Amador à ortodoxia do Partido Socialista Nicaraguense, conforme se analisará adiante.

A influência guevarista sobre a Frente confirmou-se como instrumento de luta e formulação política, especialmente em função da intenção de repetir o êxito revolucionário cubano. O guevarismo propugnava o desenvolvimento do método da luta armada irregular como contraposição a inimigos de maior potencial bélico. A conquista do poder político seria sucedânea do desenvolvimento da guerrilha que, partindo de um foco localizado em ambiente rural, especificamente, se alastraria pelo território nacional. Para o desenrolar da atividade guerrilheira, enfatizava-se a preponderância do campo como terreno para a luta armada, o apoio das massas camponesas e operárias e o aprofundamento constante do processo revolucionário por meio de ataques sucessivos.

Em defesa da guerrilha, Guevara sugeria que somente um exército popular poderia se contrapor ao exército do poder vigente. A instalação do núcleo guerrilheiro em terreno favorável – rural – deveria se somar à ação das forças urbanas. A eventual destruição destas últimas “não acabaria com a alma da revolução, sua chefia, que, da fortaleza rural, continuaria

catalisando o espírito revolucionário das massas e organizando novas forças para outras batalhas” (GUEVARA, 1963. *In*: LÖWY, op. cit., p. 301). A liderança situada no campo deveria também ser responsável pela gestação do aparato estatal revolucionário.

Por conseguinte, a guerrilha era reforçada por Fonseca como forma privilegiada de luta e “motor do movimento revolucionário” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. *In*: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 88). Especialmente em seus textos iniciais, Fonseca Amador reservou espaço à crítica da paralisação das atividades armadas da FSLN, segundo ele um fator de grande desmobilização entre as filas da militância sandinista. A prática guerrilheira era sublinhada pelo autor como um modo de desenvolvimento da firmeza e da disciplina, mas recomendável apenas em face de uma consciência coletivista. Sob a defesa da guerrilha, Fonseca postulava a preponderância das ações no campo e na montanha e noticiava o reestabelecimento de atividades sandinistas diversas na zona rural.

A opção pela guerrilha era enfocada também como símbolo na reorganização do princípio marxista regente do projeto político de Fonseca Amador; em textos preliminares, que não compõem o recorte aqui assinalado, percebe-se uma vinculação mecânica do sandinista a modelos revolucionários externos (*La Lucha por la Transformación de Nicaragua*, 1960. *In*: FONSECA, op. Cit., Tomo I), associada à sua integração ao PSN. A partir da ruptura com o PSN e pela necessidade de distinção que isso gerou, Fonseca Amador aprimorou o entendimento de uma revolução legitimamente nicaraguense. A Revolução Cubana foi fundamental ao fortalecimento dessa proposta e da consequente opção pela heterodoxia contida na guerrilha. Para Fonseca,

o sacrifício de Che Guevara, identificado com os ideais marxistas, veio ensinar que a época dos conformistas que se disfarçavam de marxistas pertence ao passado. O marxismo já é a ideologia dos mais ardentes defensores do homem latino-americano (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. *In*: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 67)

Na crítica aos partidos políticos tradicionais, Fonseca incluía o PSN. Ao identificar no Partido o “disfarce marxista”, a intenção do sandinista era conter a influência do Partido sobre as classes exploradas. Assim também tencionava mitigar a influência dos demais “partidos tradicionais”, estes tratados como objetivamente capitalistas. O autor sugeria que, no período entre a morte de Sandino, em 1934, e fins da década de 1950, a luta popular antissomozista fora orientada por figuras políticas de posição capitalista, o que teria implicado significativa inatividade e rechaço ao modelo de combate legitimamente popular. A “severa penetração

política e ideológica capitalista” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968; *Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I) sobre a população produzira debilidade na conscientização revolucionária popular. No movimento estudantil, particularmente, a penetração era perceptível nos “objetivos liberaloides” das manifestações antissomozistas de 1944 (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 66). A constatação indicava novamente a importância do pensamento leninista sobre o projeto político de Fonseca, uma vez que, para Lenin, “quanto mais jovem é o movimento socialista num país, tanto mais enérgica deve ser, por isso mesmo, a luta contra todas as tentativas de consolidar a ideologia não socialista” (LENIN, 1977, p. 27).

Agrupar partidos distintos sob a qualificação de “partidos políticos tradicionais” contribuía também ao estabelecimento das distinções entre o campo revolucionário e o campo não-revolucionário, que amalgamava reformismo e antipatriotismo. Tal agrupamento, sob a perspectiva revolucionária de Fonseca, enfatizava, portanto, a expressão comum de valores capitalistas entre esses partidos e setores. Desse modo, tornava-se central a defesa de Fonseca Amador a que fossem todos eles considerados “partidos políticos tradicionais” e “antinacionais”, porquanto fossem capitalistas ou sustentassem posições que, para o sandinista, contribuíssem à manutenção do capitalismo. Era necessário denunciar a “pseudo-oposição” que decorria dessas características: para Fonseca, o antissomozismo desses partidos era falacioso. A expressão dessa contradição fortalecia o esforço de contenção da influência da pseudo-oposição sobre a população, uma vez que as ilusões desatadas pelos partidos tradicionais cumpriam, para Fonseca, papel importante na desarticulação e baixo nível político e ideológico das lutas populares. Era necessário, ainda, denunciar o enriquecimento dos pseudo-opositores no decorrer do somozismo, para atacar seu potencial de influência sobre a população e reforçar a liderança da FSLN sobre os setores de oposição revolucionária.

Em texto de 1968 destinado pela FSLN a estudantes revolucionários, o autor também se reportou à ideia de obscurantismo ideológico ao atribuir a fragilização do movimento revolucionário proletário, assim por ele chamado, à política oportunista dos “falsos marxistas” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 56). Fonseca Amador se referia à política de rechaço da luta armada adotada pelo PSN, em concordância com a diretriz

soviética da época, e a qual se opuseram os movimentos de posição guevarista, tais como o sandinista. A contrariedade, em 1968, voltou-se principalmente à opção por “métodos de trabalho pacificadores” (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 56) em detrimento da ação armada. Para além da discordância política entre sandinistas e “falsos marxistas”, a crítica refletia uma avaliação de Fonseca Amador em relação aos métodos empreendidos pela própria FSLN, que entre os anos de 1964 e 1966 optou pela renúncia à luta armada em benefício do trabalho de massa e de uma coalizão com a Mobilização Republicana, “ala esquerda do movimento opositor” dominada pelo PSN (ZIMMERMANN, op. Cit., pp. 155-156). O autor imputava, portanto, esse erro tático à reprodução da diretriz adotada pelo PSN.

No bojo da crítica aos partidos tradicionais, Carlos Fonseca Amador desenvolveu uma reflexão sobre as causas da debilidade da influência marxista na Nicarágua. De acordo com ele, essa debilidade em última instância abria espaço à hegemonia reacionária no campo antissomozista e se relacionava à forma histórica do movimento operário nicaraguense, à ausência de intelectuais identificados com a classe operária e às condições de constituição do Partido Socialista Nicaraguense, expressando constatações semelhantes às atribuídas por Vilas (op. Cit.) para explicar a desarticulação econômica da Nicarágua, tais como a desorganização dos trabalhadores. No que diz respeito ao movimento operário, Fonseca Amador partia do significativo número de artesãos participantes do movimento para acusar os “desvios anti-operários” aí gestados. Essa debilidade se relacionava à inexistência de intelectuais que pudessem constituir a vanguarda da classe e, assim, fortalecer a influência marxista no movimento. Estes dois elementos delimitavam a crítica ao PSN, cujos quadros eram considerados responsáveis por produzir desvios anti-operários e cuja direção não fornecia quadros intelectuais revolucionários, de acordo com Fonseca Amador.

Cunhado de pseudo-marxista por Fonseca Amador, o PSN foi criado em 1944 e contemporâneo do browderismo³⁵. A inspiração browderista é significativa para se compreender o posicionamento histórico do PSN e é possível que tenha também influenciado Fonseca, especialmente em sua leitura de patriotismo como um valor de defesa da classe trabalhadora – ou dominada. Mesmo condenado pelo movimento comunista internacional, o

³⁵ Earl Browder, secretário geral do Partido Comunista estadunidense, propôs uma vinculação entre comunismo e patriotismo, entendendo o patriotismo como a defesa do melhor para a maioria dos trabalhadores de um país. Para tanto, sugeria a aplicação patriótica da conciliação entre as classes em disputa e conclamava os comunistas a ser os melhores dentre os patriotas. Com isso, Browder previa a consolidação da democracia burguesa como etapa facilitadora do advento do socialismo. A conciliação do Partido com as classes dominantes era, por conseguinte, uma etapa que antecedia o advento do socialismo (DELEON, 1979).

browderismo foi substancial fonte de inspiração para os partidos comunistas latino-americanos.

Na fase pós-browderista a influência orientou a consigna da unidade nacional (LÖWY, op. cit.), ou seja, a manutenção da política de aliança recomendada pelo browderismo. Portanto, a crítica de Fonseca Amador às escolhas do PSN, identificadas com o browderismo e pós-browderismo, relacionava-se a um cenário mais amplo, que extrapolava a própria Nicarágua e referia a relação dos partidos comunistas e movimentos marxistas com as diretrizes recomendadas pela União Soviética. Para Fonseca, que rompera com o Partido já na década de 1960 em função das escolhas ortodoxas, a opção do PSN, que envolveu a conciliação com a classe capitalista e o rechaço à luta armada, foi causa de “violação dos princípios proletários” (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 107). Além disso, era antinacional ao não corresponder aos desafios particularmente nicaraguenses e limitava a ação por mera fraseologia revolucionária. A análise do autor era contundente ao avaliar que, por seu posicionamento, o setor pseudo-marxista serviu aos propósitos somozistas (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I.).

No interior da crítica à ortodoxia comunista de matriz soviética, Fonseca avançava na reflexão em torno de uma revolução genuinamente nicaraguense, um dos elementos centrais na caracterização da questão nacional em seu projeto político. De acordo com o sandinista, em texto de 1975,

Declamar o nome do socialismo e o título das mais conhecidas teorias revolucionárias, não garante a profundidade das transformações a que nos propomos. (...) a fraseologia revolucionária não garante a profundidade da mudança (...) Podemos encontrar palavras no nosso vocabulário histórico tradicional e na própria riqueza do idioma, para dar a imagem do caráter radical de nosso processo, sem necessidade de apelar aos mais conhecidos clichês. (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 98, grifos meus)

Ainda no mesmo documento, Fonseca Amador ressaltou que a “repetição excessiva de lemas revolucionários precedentes do exterior” (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 116) não contribuía a fortalecer o elemento nacional sobre o qual repousava o movimento político integrado pela Frente Sandinista. Por isso, a defesa do autor era a de que se utilizassem as “leis universais que conduzem à transformação da sociedade capitalista em uma sociedade de homens livres”

(*idem, ibidem*, Tomo I, p. 98) em benefício do tratamento particular e nacional dos fatores mobilizadores da revolução na Nicarágua.

A tarefa de explicitar a abordagem marxista-leninista no programa da Frente, em sua adaptação às necessidades nicaraguenses, era tratada por Fonseca como reação à manipulação dos pseudo-opositores e seu estímulo a um antissomozismo reformista. Fonseca atribuía a essa lacuna, precisamente, os fracassos da FSLN em sua primeira década de existência. Segundo ele, a renúncia à guerrilha favoreceu a desarticulação entre o trabalho conspirativo e o trabalho de “recuperação da organização insurrecional”, segundo ele característica da fase posterior às derrotas nas ações dos rios Coco e Bocay, em 1963. O sandinista acreditava que essa opção estava associada, no plano ideológico, ao fato de que

ainda que se levantasse uma bandeira anti-imperialista e de emancipação das classes exploradas, se vacilou em apresentar uma ideologia claramente marxista-leninista. Para esta vacilação contribuiu a atitude que o setor marxista-leninista tradicional havia sustentado habitualmente na luta popular nicaraguense. (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I., pp. 87-88)

A formulação de uma insurreição fundamentada na perspectiva revolucionária socialista era também considerada uma defesa contra o risco de a força reacionária antissomozista aproveitar a situação desencadeada pela luta guerrilheira para tomar o poder (*idem, ibidem*, Tomo I).

Fonseca Amador considerava que o nacionalismo e o patriotismo eram imprescindíveis ao avanço da causa socialista no país, uma vez que neles estava contida a defesa da libertação nacional, entendida enquanto direito à soberania nacional e combate à exploração imperialista. A ressalva de Hobsbawm a que “seja qual for a dependência real do neocolonialismo, a luta contra este não pode mais ser cristalizada em torno da 'independência política', simplesmente porque a maioria dos territórios em questão já a obtiveram” (HOBSBAWM, 1980, p. 306) denota a necessidade da reivindicação da “segunda independência” nos países de capitalismo dependente.

O nacionalismo anti-imperialista era, em síntese, a própria forma revolucionária defendida por Fonseca. O sandinista acreditava profundamente na ocorrência de uma revolução ancorada na libertação do jugo do imperialismo e, naturalmente, da dominação de classe que era indissociável da exploração e intervenção estrangeiras. Assumir, por conta da generalidade dessas premissas, a inexistência de um projeto político na produção de Fonseca seria negligenciar a relevância do sandinista na estruturação das condições que garantiram o

êxito sandinista e desconsiderar a importância que teve a educação política em seu projeto, como se verá no próximo item, e na experiência revolucionária da Frente Sandinista. Vilas (1986) explicita que a própria Revolução Sandinista se investiu mais de uma premissa anti-imperialista do que de uma premissa socialista, mas o próprio autor oferece indícios para que se perceba a associação dessas consignas no processo revolucionário e assim também no projeto político de seu principal articulador. De acordo com Vilas,

o desenvolvimento do processo revolucionário é efetuado no seio de agressões externas de intensidade crescente. Assim sendo, as dificuldades normais da transformação social, os inevitáveis desajustes do processo econômico combinam-se com a necessidade de destinar recursos de todo tipo à defesa da integridade nacional e da sobrevivência do processo popular. A Revolução Sandinista é, neste sentido, a forma mais alta de afirmação da identidade nacional do povo da Nicarágua, entroncando-se portanto com as suas mais autênticas tradições históricas. Pelas modalidades assumidas pela dominação imperialista no país, a caracterização do anti-imperialismo da Revolução Sandinista não pode ser reduzida a uma avaliação da magnitude econômica das propriedades estrangeiras nacionalizadas. [...] o anti-imperialismo da Revolução Sandinista tem relação com a afirmação da independência nacional (VILAS, op. cit., pp. 164-165)

Tornar a população consciente dessa associação entre imperialismo e dependência, entre a dominação de classe e a exploração externa motivavam Fonseca a delinear, como objetivo central de seu projeto, a educação política.

2.3.1 Educação política para a revolução

Fundamentalmente inspirado pela discussão leninista em torno da organização revolucionária, o projeto político de Fonseca Amador era permeado por referências ao protagonismo estudantil nesta fase do processo. Tomada como solução à desorganização política de operários e camponeses, a liderança estudantil seria uma decorrência do acúmulo teórico e político desse setor da população. Os estudantes, assim, poderiam ser convertidos nos intelectuais capazes de desenvolver a consciência revolucionária entre os operários e camponeses submetidos à desarticulação econômica que caracterizava a Nicarágua e que, por consequência, contribuía à desorganização política desses grupos. Lenin (op. cit.) prescrevia a existência de intelectuais identificados com a revolução como elemento de elevação da consciência da classe operária, de um espaço de reivindicação específica e imediata para um espaço de reivindicação orientada para a totalidade e para a revolução.

Diante dessa necessidade, ressurgia no projeto de Fonseca a tensão entre o pertencimento à classe dominada e a possibilidade de integrar por outras vias o campo revolucionário, dessa vez manifestada em relação aos estudantes. A característica ambígua desses sujeitos ora qualificava-os como privilegiados (o que os poderia excluir de uma integração com as classes exploradas), ora os credenciava a integrar o rol das forças revolucionárias por meio da identificação com os interesses da classe dominada. Esse processo de identificação é detalhado por Paulo Freire, segundo o qual “àqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensável que se revejam constantemente. Esta adesão é de tal forma radical que não permite a quem a faz comportamentos ambíguos.” (FREIRE, 1975, p. 51). A atitude de proletarização sugerida por Fonseca, por exemplo, interage com a recomendação de Freire de que a escolha pelo compromisso com o povo demanda a convivência com o oprimido, para que se compreenda suas formas de ser e comportar-se.

Acredita-se, finalmente, que o setor estudantil estivesse credenciado a compor o campo revolucionário em função de seu potencial estratégico para as funções dirigentes e intelectuais na organização da luta popular e na tarefa da educação política. Segundo Fonseca, a insuficiência de quadros era uma debilidade concreta e urgia formar dirigentes diante de uma histórica tradição de “falta de profunda consciência revolucionária” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 81). A tarefa de identificação desses quadros entre outros setores que não o operário ou camponês repercutia novamente a formulação leninista, segundo a qual,

a organização de revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária [...] Perante esta característica geral dos membros de uma tal organização, deve desaparecer por completo toda a distinção entre operários e intelectuais, para não falar já da distinção entre as diferentes profissões de uns e outros. (LENIN, op. cit., p. 64)

A necessidade de provimento de quadros inflexionou até a organização espacial do movimento. Considerando que o meio urbano era o espaço onde se situavam os grupos estudantis atrelados à universidade e, em menor medida, os membros da classe operária, era desse ambiente que partiriam os quadros mais experientes para realizar a educação política de outros quadros na zona rural e montanhosa. Fonseca Amador assumia, assim, a centralidade

do meio urbano como eixo articulador do movimento e a preponderância do espaço rural para o desenvolvimento tático da ação revolucionária:

Nas condições da Nicarágua (...) o centro da ação da guerra revolucionária tem que ser o campo. Sem dúvidas, também possui particular importância o papel que deve desempenhar a cidade, já que na primeira etapa da guerra, a cidade tem de prover ao campo os quadros mais desenvolvidos, a fim de que dirijam a organização do destacamento político e militar. (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 92*)

A proposta de Fonseca Amador remetia às orientações guevaristas de instalação do núcleo guerrilheiro em terreno favorável e interposição das forças urbanas como proteção do ambiente rural. Tal ordenação atribuía a tarefa de orientação estratégica do movimento aos grupos provenientes do meio urbano, ao passo que dispunha do ambiente rural como o meio no qual as atividades deveriam ser desenvolvidas³⁶.

Por conseguinte, o esquema educativo da proposição de Fonseca vislumbrava para os estudantes o espaço de quadros dirigentes da FSLN e de difusores da atividade da Frente, no plano específico, e de educadores quanto às raízes dos problemas da Nicarágua. Noutros termos, o sandinista atribuía aos estudantes as tarefas de estímulo à conscientização política necessária ao processo revolucionário.

Não se pode assegurar que Fonseca tenha lido Paulo Freire, mas o esquema educativo proposto pelo sandinista, em termos gerais, pode ser explicado pelas recomendações do autor. Freire sugere que ao oprimido é preciso reconhecer-se nessa condição para que, assim, possa engajar-se na luta pela libertação de opressão. Noutras palavras, a luta por libertação necessita de uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (FREIRE, 1975, p. 32). A leitura de Freire sobre pedagogia é radical porquanto precise combater a realidade opressora, que é funcionalmente domesticadora, pois faz imergirem as consciências. Em função dessa imersão, o oprimido adere ao opressor; assim, não pode tornar-se consciente de si como pessoa nem como membro participante da classe oprimida.

³⁶ Também como indício da influência guevarista, a característica montanhosa na Nicarágua foi tomada como um fator ideal à consecução da guerrilha. Em 1975, Fonseca Amador alertou que as vantagens insuperáveis da área montanhosa haviam impedido a valorização de outras áreas aproveitáveis pela guerrilha no território nicaraguense. Nesse momento, o autor defendeu o uso da zona montanhosa para fins políticos e organizativos, e não exclusivamente militares (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 120*). A ressalva indicava a consolidação da penetração e influência da Frente no campo entre os anos de 1969 e 1975 e, em certa medida, propunha inflexões à influência guevarista.

Considerações desse tipo estimularam a ênfase à educação política como um dos propósitos fundamentais do projeto de Fonseca. Lenin era categórico ao afirmar a necessidade de “empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política” (Lenin, op. cit., p. 35). Fonseca, a partir dessa recomendação, cria no potencial estudantil como solução para a inexistência de intelectuais identificados com a classe operária que ele diagnosticou em 1969 (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. Cit, Tomo I).

Fonseca Amador não exaltava a participação estudantil como única possibilidade para a articulação do movimento, mas o protagonismo desse setor na fase inicial, de organização, em função da necessidade de educar operários e camponeses politicamente. Conforme Paulo Freire, o trabalho educativo constituía a melhor possibilidade de praticar a educação libertadora antes da conquista do poder político pela revolução.

Nesse sentido, é possível que a pormenorização da atividade revolucionária de camponeses e operários, em suas particularidades, fosse tomada como um horizonte possível ao projeto apenas diante da execução e do êxito das tarefas de educação política. Sugere-se que a opção por fornecer elementos para a organização da luta revolucionária por meio da educação política tenha sido determinante para justificar o parco detalhamento dos setores que Fonseca julgava ainda despreparados.

A educação política serviria também ao propósito de difundir o projeto revolucionário entre a classe proletária, necessidade constatada pela experiência do movimento contemporâneo de libertação nacional (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: *idem, ibidem*, Tomo I). Em virtude disso, o autor reivindicava a importância de estabelecimento de um programa revolucionário objetivo e explícito em suas influências e em sua finalidade revolucionária, de modo a não confundir a população que padecia de “baixo nível político” (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 67). Esse programa, eminentemente pedagógico, criaria condições para o desenvolvimento de uma força independente dos partidos políticos tradicionais e capitalistas da Nicarágua e para o êxito revolucionário.

Aqui também a influência das reflexões leninistas era visível. Ao abordar a necessidade da organização da classe operária, Lenin afirmava que

a "elevação da atividade da massa operária" será possível unicamente se não nos limitarmos à "agitação política no terreno econômico". Ora, uma das condições

essenciais para a extensão necessária da agitação política é organizar as revelações políticas em todos os aspectos. Somente essas revelações podem formar a consciência política e suscitar a atividade revolucionária das massas” (Lenin, op. Cit., p. 38)

Reivindicações elencadas em *Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso* (1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I), por exemplo, demonstravam a importância do caráter pedagógico de algumas das proposições. Estas não continham postulados que, isoladamente, pudessem ser tomados como revolucionários, mas que eram cabíveis à tarefa de educação política que, por sua vez, daria as condições para a estruturação da luta popular. Ao se voltar a objetivos tão específicos como a redução nos impostos de água e luz, ou a redução no valor do aluguel, Fonseca Amador investia em reivindicações com potencial organizador sobre o conjunto das lutas populares. Essas considerações possibilitam que se critique Fonseca por ver a vanguarda como “proprietária do saber revolucionário” o que, para Freire, implica a manutenção de uma condição de opressão. Entretanto, por outro lado, o próprio Freire sugere que

se esta descoberta [da condição de oprimido] não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, op. cit., p. 56)

Acredita-se, por isso, que a expressão dessas demandas possuía finalidade educativa e institucionalizadora ou, nos termos gramscianos, de elaboração da consciência. Importante sublinhar, ainda, que a difusão do projeto da Frente Sandinista entre a população de fato consolidou-se apenas na medida em que se fortaleceu a organicidade entre a FSLN e sua base social.

A manipulação da massa pelos partidos políticos tradicionais e os riscos de distorção de uma insurreição eram reiterados por Fonseca Amador como consequências da ausência de um projeto político revolucionário definido. Os riscos começavam pela característica “imatura” do proletariado industrial e dos camponeses:

em nosso país existe um proletariado industrial muito jovem, que ainda se encontra desorganizado sindicalmente em sua abrumadora maioria, o que, na atualidade, limita sua capacidade de luta. Iguamente, o movimento camponês com reivindicação classista data de anos recentes. (*Mensaje del Frente Sandinista de*

Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 61)

Essa “novidade” da organização relacionava-se a outra constatação de Fonseca, relativa à manifestação da tradição rebelde nicaraguense:

É certo que muitas vezes o povo da Nicarágua tomou as armas para combater determinada forma de opressão, em movimento encabeçados por indivíduos, que por nenhum conceito podiam conduzir a uma mudança revolucionária progressiva. Isso representa outro traço do povo nicaraguense no curso de sua história. Este traço se refere à falta de uma profunda consciência revolucionária. (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 81)

Considerando o protagonismo dos estudantes no percurso revolucionário, Fonseca Amador ressaltava a crítica ao modelo de “educação reacionária” vigente na universidade, que, segundo ele, previa o desenvolvimento de um homem culto, mas antipatriota (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 63). O argumento em muito se relacionava à extração do autor: a formação política de Fonseca Amador produziu-se no ambiente estudantil, cuja mobilização vinha se fortalecendo no âmbito da luta pela autonomia da UNAN, pelo fim do regime ditatorial, e em apoio a outros projetos revolucionários e de libertação nacional, com ênfase no exemplo cubano. O setor de emergência desse projeto político condicionou a escolha de seus fundamentos e práticas, em especial em relação à centralidade de sua reivindicação educativa. A crítica e a ênfase na universidade refletiam a vivência de Fonseca Amador e também contribuía para orientar sua concepção de educação revolucionária.

De acordo com o autor, a universidade nicaraguense vigente era permeada por uma concepção obscurantista de conhecimento. Essa concepção atuava em benefício da penetração capitalista nas universidades e agia profundamente sobre o público estudantil, que apresentava maior dificuldade para se desvincular do regime capitalista. Sob o auspício desse obscurantismo, tomava forma uma relação de antagonismo entre cultura, enquanto sinônimo de conhecimento teórico e formal, e combate. A opção dos estudantes pela luta popular era tida como uma atitude que desqualificava a universidade em suas atribuições; desse modo, para Fonseca Amador, o rechaço à luta era um indicativo da coexistência pacífica da universidade com a oligarquia capitalista nacional e seus dominadores externos. A dedicação integral a programas educacionais pelos estudantes seria, para o autor, uma das causas da

inatividade estudantil e um ilustrativo exemplo da correspondência entre a concepção obscurantista de universidade e os interesses capitalistas.

Projetando um modelo de universidade alinhado à perspectiva revolucionária, Fonseca Amador defendia a ideia de que a instrução formal multiplicava o dever da militância: restrita a uma escassa parcela da população, implicava uma relação de compromisso revolucionário por parte dos estudantes. Segundo ele, o fortalecimento de um vínculo orgânico entre a produção do conhecimento e a revolução social era imprescindível, uma vez que, sob a perspectiva da universidade popular, o ambiente de instrução formal operava como local de privilegiado contato com as ideias que explicavam as origens dos problemas sociais de determinada sociedade. A universidade pretendida por Fonseca Amador visava, portanto, à consolidação do vínculo entre estudantes e a luta popular por meio da missão patriótica: “existe uma meta superior [para a universidade]: a formação de um patriota, de um ser humano consciente de pôr seus conhecimentos a serviço da pátria, a serviço da humanidade.” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 63)

O entrelaçamento entre o modelo obscurantista vigente de universidade e a defesa de um modelo excludente de desenvolvimento nacional foi denunciado por Fonseca Amador. A associação expunha, em oposição, o elo entre libertação nacional e desenvolvimento, indicando o potencial estudantil na busca por esse outro modelo de desenvolvimento, calcado na defesa dos interesses das classes dominadas. De acordo com Fonseca Amador,

O progresso da Nicarágua, o desenvolvimento de sua economia, a liquidação da pavorosa miséria, igual em toda a América Latina, não poderão ser alcançadas senão baixo um novo sistema, um sistema de plena libertação nacional. E enquanto a universidade e os estudantes não participem na luta por libertação, é absurdo e hipócrita falar de uma legítima vinculação ao desenvolvimento. (*idem, ibidem*, Tomo I, p. 62)

A preocupação com a penetração ideológica das classes dominantes a partir de um modelo de ensino reacionário (*idem, ibidem*) assumia a forma da defesa de um modelo alternativo de educação. Esse modelo opunha-se ao obscurantismo de uma educação voltada aos interesses do capitalismo e à supressão do ensino de História da Nicarágua nas escolas, denunciada por Fonseca em 1974. No mesmo documento, o sandinista enfatizou os obstáculos impostos pelo somozismo à difusão das “ideias patrióticas” e da “história patriótica nicaraguense” e mencionou a necessidade de crítica do intervencionismo estadunidense no

âmbito escolar (*Presentación al documento “Refutación a las afirmaciones del presidente Taft”*, 1974. In: *idem, ibidem*, Tomo I). De acordo com Mendieta (2005), a situação de intervenção direta vivida pela Nicarágua a partir de 1909 impulsionou a construção de uma “história de denúncia” interessada em identificar os artífices da intervenção (naquele momento representados pelo Partido Conservador (MENDIETA, op. cit., p. 144). Acredita-se que essa característica estivesse presente nas formulações políticas de Sandino e, do mesmo modo, encontrasse continuidade no conteúdo do modelo educativo proposto por Fonseca.

Fraga (2006), ao refletir sobre o modelo de educação desenvolvido pelos sandinistas enquanto governo revolucionário, associa a dimensão educacional às necessidades da reconstrução nacional. O autor assinala o substantivo índice de analfabetismo na Nicarágua medido pelo censo realizado em outubro de 1979, que alcançava 52% da população (FRAGA, op. cit., p. 102). Ao examinar os objetivos da Cruzada Nacional de Alfabetização travada pelos sandinistas logo após o triunfo da revolução, Fraga sintetiza o modelo que antecedeu o governo dos sandinistas. Segundo ele, “uma economia de exclusão demandava e gerava uma educação de exclusão” (*idem, ibidem*, p. 103), de modo que se restringia o acesso ao ensino para que a exploração da população pudesse ser mantida.

A Cruzada Nacional de Alfabetização chocava-se frontalmente com esse modelo ao propor que “metade de uma nação deveria uma consciência política que até então lhe era vedada, a ter noção de seu papel histórico” (*idem, ibidem*, pp. 103-104). A referência explícita do modelo aplicado pelos sandinistas era Paulo Freire, cujo método pressupõe o reconhecimento da área de trabalho, o aprendizado dialógico – “em diálogo com elas [as massas], conhecer, não só a objetividade em que estão, mas a consciência que tenham desta objetividade” (FREIRE, 1975, p. 101) e o desenvolvimento pedagógico *com* o oprimido, mas não *para* ele.

Esse processo de conscientização política associava-se à defesa da participação popular na esfera dirigente. A educação política, afinal, era o meio para o entrelaçamento entre a população e o processo revolucionário. Observando-se a implantação do projeto político sandinista no governo da Nicarágua, é possível creditar a Fonseca a influência sobre as tarefas de educação política e sobre a forma da mobilização popular. De acordo com Torres-Rivas,

Como resultado do caráter participativo do sistema, o regime sandinista desenvolveu uma poderosa estratégia de organização das forças sociais. Nicarágua tem, por isso,

a sociedade civil mais organizada da região e exibe um alto grau de participação eleitoral, de cerca de 85%, que se situa entre os mais altos da América Latina. (TORRES-RIVAS, 2007, p. 5)

A opção pela construção de uma estrutura educacional que consolidasse o processo revolucionário (*idem, ibidem*, p.110) demonstrava, portanto, a manutenção de premissas insistentemente elencadas por Fonseca enquanto eixos da revolução. Em 1968, o sandinista afirmou que “Enquanto o Estado não tomar em suas mãos a solução do problema do analfabetismo, este continuará envolvendo em suas redes a grande maioria do povo” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 63*). O obscurantismo, a penetração ideológica da população pelos partidos e setores capitalistas e o “baixo nível político” com que o sandinista caracterizava operários e camponeses eram, afinal, produtos da desarticulação econômica e política a que era submetida a população. Enquanto o desenvolvimento incompleto do operariado era operado pela simultaneidade de relações capitalistas e não-capitalistas no âmbito produtivo, condicionando a desorganização desses sujeitos, um modelo excludente e reacionário de educação servia ao controle político da população.

3. DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NACIONAL REVOLUCIONÁRIO NO PROJETO DE CARLOS FONSECA AMADOR

A questão nacional alimenta um número significativo de projetos políticos da esquerda latino-americana. Uma vez que a constituição do aparato estatal tem sua atuação limitada pelas fronteiras nacionais, o embate pelo controle (ou superação) do Estado não raro é travado no interior destas fronteiras. No âmbito de um projeto marxista, como o de Fonseca Amador, a característica nacional pode ser vista como objeto central no embate pela superação do capitalismo, etapa que antecede a luta internacionalista, ou como condição para o alinhamento supranacional centrado na dimensão de classe. Nesse caso específico, também a existência concreta de uma ditadura tão longeva e arbitrária quanto a somozista operou como um fator aglutinador em torno de projetos alternativos de nação ou, no mínimo, de uma oposição sistemática ao modelo vigente.

Tomando como base o tratamento da questão nacional no projeto político de Fonseca, percebe-se a importância que tem a qualificação do sujeito capaz de encampar as bases e o desenvolvimento da luta revolucionária. Quem comporia a nação nicaraguense propugnada nesse projeto? O que caracterizou o sujeito nacional revolucionário? Que espaços ele habitava? Que sujeitos operaram como modelos para a égide de uma nova nação?

O debate em torno de quem deve protagonizar o sucesso revolucionário também é caro à teoria e à prática marxistas. A recomendação do protagonismo operário suscita questões em torno de que papel devem cumprir os camponeses, e a necessidade de formulação de uma aliança operário-camponesa foi um diagnóstico recorrente entre os projetos políticos revolucionários de referencial marxista. Transposta ao ambiente latino-americano, e especialmente no que dizia respeito aos países onde a industrialização era ainda muito incipiente, a diretriz impunha o desafio da adequação: como organizar a base social revolucionária a partir de uma classe operária pouco numerosa e de uma estrutura eminentemente agrária, e, em consequência disso, de uma ocupação territorial predominantemente rural?

A formulação do projeto político de Fonseca Amador qualificou-se pela soma das influências da diretriz soviética e das heterodoxias de Sandino e Guevara³⁷, especialmente. O debate em torno do sujeito nacional revolucionário se deu em função destas influências, mas

³⁷ Estas referências, especificamente, validavam as potencialidades da experiência anti-imperialista latino-americana.

também cobrou significado da experiência efervescente do movimento estudantil nicaraguense registrada na década de 1960, de onde provinha a maioria dos líderes fundadores da FSLN; da profusão das iniciativas guerrilheiras na região centro-americana, fomentada pelo modelo cubano; da ampliação do movimento operário na Nicarágua; do acúmulo de lutas da FSLN (VILAS, 1986) ao longo das décadas de 1960 e 1970. Noutro sentido, também contribuíram ao aumento das convulsões sociais o agravamento das tensões no bloco dominante, que demonstravam o esgotamento do modelo somozista (LOZANO, op. cit.), e a ampliação da pauperização entre a população.

Na década de 1920, a orientação leninista atribuía à vanguarda a mediação do processo de união proletária. Sob essa constatação, Fonseca reivindicou “a rica experiência política” dos estudantes (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968.* In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 70) para compor a primeira fila do movimento revolucionário. Conforme o sandinista, os estudantes foram protagonistas na inflexão produzida na oposição nicaraguense em fins da década de 1950. Para ele, o momento marcou o surgimento de um movimento com “clareza revolucionária” (*idem, ibidem*), que condicionava a solução dos problemas sociais a uma ruptura sistêmica. O próprio Fonseca foi artífice dessa mudança, e é possível afirmar que o sandinista via a si mesmo como um exemplo do comportamento esperado dos demais estudantes.

A formação de uma vanguarda estudantil com “clareza revolucionária” era indissociável das tarefas de educação política, centrais na fase preliminar de organização da luta revolucionária. O provimento da educação política de operários e camponeses e a difusão do projeto revolucionário entre a classe proletária foram, como se discutiu no capítulo 2, elementos centrais nesse projeto e condicionadores da valoração, por Fonseca, da experiência acadêmica e estudantil como fator propulsor e organizador da experiência operária e camponesa. Sem a educação política, a experiência de classe de operários e camponeses³⁸ estaria fadada ao espontaneísmo.

O sandinista creditava aos operários a liderança no desenvolvimento da luta, e atribuía-lhes papel de destaque na prática guerrilheira, ao passo que confiava aos camponeses a continuidade da “tradição rebelde” de luta nicaraguense. Apesar disso, ressaltava a potencialidade dos estudantes na formação da vanguarda, em função do interesse em precaver o movimento da manipulação ideológica dos partidos políticos capitalistas por meio da

³⁸ Aqui, é importante lembrar a frustração da organização de classe na Nicarágua, própria das condições de desenvolvimento do projeto de modernização capitalista no país, conforme discussão do capítulo 1 desta análise.

educação política. Em função dessas questões e do aparente paradoxo contido em uma conclamação a operários e camponeses sob a subordinação a uma vanguarda eminentemente estudantil, vale compreender melhor os motivos da composição social da luta popular, tal como defendida por Fonseca Amador.

Finalmente, a opção por investigar os sujeitos que operaram como modelos da nação revolucionária nesse projeto político condicionou o itinerário de análise a percorrer o caminho da rememoração da trajetória de Augusto Sandino. A tarefa de reconstituição da figura de Sandino e das reivindicações da luta liderada por ele contra a intervenção direta dos EUA sobre a Nicarágua foi fundamental à constituição de um movimento que levava o nome do líder operário e camponês como princípio orientador. Entretanto, que finalidades tinha o uso político feito por Fonseca Amador em relação a Sandino? Que papel cumpriu a rememoração de aspectos de sua trajetória e que critérios determinaram essa seleção? Que características de Sandino foram dadas como exemplos na constituição do sujeito nacional revolucionário?

Essas questões mediam a análise nesse capítulo, que tem por objetivos centrais a caracterização do sujeito nacional e popular revolucionário segundo o projeto de Fonseca e a significação de Sandino na constituição desse sujeito e nos princípios de luta sandinista. Para tanto, a análise valeu-se de dois critérios: por um lado, os problemas colocados por Fonseca em relação a operários, camponeses e estudantes; por outro, o tratamento de setores cristãos e da questão indígena, considerando a importância que adquiriram estes setores no desenvolvimento do processo revolucionário antes e depois de 1979.

3.1 Operários

Para Fonseca, o processo revolucionário nicaraguense deveria ser produto da agência da classe trabalhadora, com ênfase nos operários. Uma “luta de explorados contra os exploradores, dos operários contra a burguesia” (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 98*). Entretanto, a consecução exitosa da luta dependia da organização de uma vanguarda capaz de prover a educação política de uma classe operária escassa e ainda recente e de um campesinato rebelde, mas desorganizado (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: idem, ibidem.*). As limitações impostas aos sindicatos pelo aparelhamento e cooptação pelas forças governistas ou da oposição tradicional, assim como a curta existência do

proletariado industrial, foram tratadas por Fonseca como elementos condicionantes da necessidade de educação política do setor.

As opiniões de Fonseca Amador a respeito das restrições impostas aos sindicatos nicaraguenses indicavam os problemas decorrentes da direção política capitalista da luta popular (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: idem, ibidem*), dos “desvios anti-operários” no movimento (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: idem, ibidem*) e da ausência de penetração do socialismo científico (*El FSLN, 1971. In: idem, ibidem*). De acordo com o sandinista, “cada grupo em si carecia do conjunto adequado que poderia levá-lo a constituir parte muito importante na assimilação das experiências que se adquiriam” (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: idem, ibidem, p. 86*).

Essas constatações fornecem indícios para que se perceba o porquê da constituição de uma vanguarda eminentemente estudantil e educativa. Dada a urgência com que o sandinista tratava o desencadear do processo revolucionário, não se poderia contar de imediato com o operariado. Isso porque era necessário desenvolver ou fortalecer a consciência revolucionária dos operários, em sua maioria integrantes de sindicatos “oficialistas” - vinculados ao regime – ou de organizações ideologicamente dominadas pela oposição representada por liberais, conservadores e pelo PSN.

O PSN, como já mencionado, havia assumido a postura de rechaço à luta armada e de não-enfrentamento do regime. Tal postura embasava-se na conciliação de classe que garantiu a aprovação da legislação trabalhista na década de 1940 e na diretriz soviética de unidade para a realização da etapa revolucionária democrático-burguesa. Considerando os “métodos de trabalho pacificadores” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 56*) impulsionados pelo PSN, Fonseca explicava também as debilidades do movimento insurrecional e a dificuldade de penetração de ideias revolucionárias entre os sindicatos. A existência histórica de uma oposição ao somozismo que era, entretanto, tratada como “pseudo-oposição” por Fonseca em função de sua associação com o capitalismo, somava-se ao PSN na reprodução de influências desmobilizadoras e conciliadoras entre os operários, de acordo com o sandinista.

A própria constituição do operariado existente na Nicarágua da década de 1960 era analisada como problemática. Em primeiro lugar, Fonseca opinava que a inexistência de um proletariado industrial tinha sido um dos fatores de prolongamento da hegemonia burguesa

sobre a luta popular – por meio dos partidos políticos tradicionais, especialmente (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: idem, ibidem, Tomo I*). O sandinista também indicou a propagação de “desvios anti-operários” entre os trabalhadores (*idem, ibidem, p. 83*), estimulados pelas influências da pseudo-oposição mas também condicionados pelo individualismo da condição de artesãos desses sujeitos.

Dadas essas condições, a principal tarefa da FSLN em relação aos operários visava ao combate da penetração ideológica pelos partidos políticos por meio da educação política. Em 1969, ao endereçar uma mensagem aos trabalhadores, Fonseca afirmou que a frustração histórica das lutas populares na Nicarágua ocorria “ao ser traído o povo que se havia rebelado pelos dirigentes dos partidos liberal e conservador, sem ideais e sem moral” (*Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 254*). O sandinista acreditava que a influência da oposição representada por conservadores, liberais opositoristas e pelos socialistas expressava interesses capitalistas (*idem, ibidem*), limitava o alcance político da mobilização popular e obstaculizava a formação de uma oposição independente desses partidos (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: idem, ibidem, p. 68*). Por meio do combate à penetração ideológica, a incipiente organização dos operários poderia fortalecer-se e direcionar-se para objetivos propriamente revolucionários, de acordo com Fonseca.

Ao analisar a classe operária nicaraguense, Vilas (1986) sustenta o argumento do desenvolvimento desigual para abarcar particularidades da Nicarágua. Dentre as características desse desenvolvimento, o autor menciona a instabilidade ocupacional e a sazonalidade como fundamentos do processo de proletarização que se consolidou pela expansão da cultura algodoeira. Apesar de atingir especialmente o setor rural, a maior concentração proletária se verificava nas cidades, em função da maior disponibilidade de unidades de capital na zona urbana. A consequência da instabilidade e sazonalidade do emprego da força de trabalho de camponeses e operários foi a frustração de sua condição de classe (Rodrigues, op. cit.). Essa última característica explica o “baixo nível político das massas” reiterado por Fonseca Amador.

É possível apontar que Fonseca tenha tomado a radicalização decorrente da proletarização como um fator de reforço da experiência política da população. De fato, a conjuntura de precarização, que se consolidou pela proletarização e se agravou a partir do fim da década de 1960 em função da retração na economia, conduziu à radicalização das massas.

Acredita-se, aliás, que este processo tenha sido fundamental à propulsão da FSLN como liderança revolucionária na década de 1970.

López (op. cit.) enfatiza que, entre as décadas de 1960 e 1970, produziu-se uma ascensão generalizada nas lutas sociais e políticas na Nicarágua. O autor assinala a ampliação no número de organizações sindicais e a característica qualitativa desse movimento demonstrada no conteúdo antissomozista que propiciou a formação da Central Geral de Trabalhadores-Independente, produto da cisão com a CGT oficialista, a organização da primeira central sindical do setor camponês em 1965 e a reunião dos sindicatos de orientação social-cristã em torno do Movimento Sindical Autônomo da Nicarágua. Sob o fenômeno do reavivamento das celebrações pelo dia do trabalhador, o autor aponta os conteúdos de solidariedade com a Revolução Cubana, rechaço à Aliança para o Progresso e antissomozismo. O período também registrou greves – destacando a greve geral de 1973, que reivindicava a regulação da jornada de trabalho ordinária - e severa repressão pela Guarda Nacional, incluindo o assassinato de líderes sindicais, de acordo com López. Apesar das cisões no interior dos sindicatos, em grande medida associadas a divisões partidárias, o sentido da ampliação sindical era a unificação, perceptível pela fusão de organizações sindicais nicaraguenses, especialmente no decorrer da década de 1970.

Fonseca atribuía à organização sindical a capacidade de mitigar os problemas do baixo nível político. A preponderância de operários sobre camponeses nesse projeto relacionava-se, portanto, à percepção da organização como um elemento de fortalecimento da consciência política. Para um defensor da necessidade de organizar a classe, a reunião sindical, mesmo com suas limitações, prevalecia sobre a inexistência de associações e sindicatos entre os camponeses.

Em 1963, a FSLN “mantinha relações irregulares com o movimento sindical independente, devido a que tinham contradições quanto à concepção e à prática da luta contra o regime somozista” (LÓPEZ, op. cit., p. 125). Uma década mais tarde, a relação entre a Frente e os trabalhadores já possuía outro status. Em 1974, conforme López, cada tendência da FSLN contribuiu à criação de uma organização sindical: a Tendência Proletária articulou a organização dos Comitês Operários Revolucionários, a Guerra Popular Prolongada foi responsável pela criação do Movimento Sindical Povo Trabalhador, e a Terceirista organizou os Comitês de Luta dos Trabalhadores.

A mudança qualitativa refletiu o estreitamento da vinculação entre a Frente e as lutas populares, propalado por Fonseca como uma medida imprescindível para o êxito na organização da massa. Em 1969, o sandinista diagnosticava a inexistência de intelectuais identificados com a classe operária (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op., cit., Tomo I, p. 84). No mesmo ano, propunha a necessidade de a FSLN operar em defesa do povo trabalhador (*El FSLN es la más generosa creación de la nueva generación de Nicaragua*, 1969. In: *idem, ibidem*, p. 261), indicando a relação de subordinação entre a vanguarda e o operariado enquanto houvesse necessidade de reforçar a consciência revolucionária de operários e camponeses.

A vantagem comparativa do operário sobre o camponês, em função de sua mais desenvolvida consciência revolucionária e menor índice de deserção (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I), determinava o compromisso dos operários com a educação política. De acordo com Fonseca, as virtudes revolucionárias do camponês poderiam ser acionadas mediante o contato com o operário procedente das “grandes explorações capitalistas” do país³⁹. Em decorrência disso, Fonseca Amador pontuou a importância da presença operária na zona rural e na guerrilha:

Um operário deslocado para a montanha definitivamente se converte num perigo para o regime somozista e seu sistema, em um perigo muito maior que a greve econômica que possam realizar centenas de operários em um centro de trabalho e, apartando ironias, em que pese a importância que tem a mobilização reivindicativa dos operários. (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas*, 1976. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 139)

É interessante observar que, mesmo atribuindo a consciência revolucionária dos operários à experiência da organização política – por meio dos sindicatos, principalmente -, Fonseca priorizou a participação desses sujeitos na guerrilha. A informação é respaldada pela centralidade da prática guerrilheira no projeto do sandinista e no projeto geral que conformou a trajetória da FSLN. Remetendo a Lenin e Gramsci⁴⁰, é possível afirmar que a atividade sindical foi considerada limitada por Fonseca no âmbito de um projeto que visava à instalação

³⁹ É interessante observar a distinção que Fonseca traçou entre camponeses e operários, apesar da similaridade existente entre ambos, dada pela participação dos mesmos sujeitos nos ambientes rural e urbano. Conforme Soto, “em grande parte coincidem tais atividades [camponesa e operária] nas mesmas pessoas, diferenciando-se apenas no momento que dedicam a uma ou outra atividade” (SOTO, 1985, p. 121).

⁴⁰ Lenin (op. cit.) qualifica a atividade operária como limitada por sua restrição à agitação política no terreno econômico – uma luta contra os patrões, mas não anticapitalistas - e Gramsci (op. cit.), ao referir este mesmo caráter limitado, adjetiva a atividade sindical como eminentemente negativa.

do sistema socialista. Em contrapartida, a participação dos operários na montanha integrava o esforço revolucionário, menos restrito do que a reivindicação sindical.

Por outro lado, a participação na guerrilha, conforme se verá a seguir, era tida como fator eminentemente político, por seu potencial proletarizador e por estimular a renovação moral entre seus integrantes. Sob a chave da preponderância do ambiente rural e camponês para a prática da guerrilha, Fonseca destacou tarefas e desafios da integração entre FSLN e camponeses. Para além disso, é possível afirmar que o sandinista nutria menos preocupações em relação aos operários, por constatar seu nível político intermediário e suas incipientes, ainda que limitadas, atitudes organizativas. O pouco desenvolvimento de questões especificamente relativas aos operários no âmbito do projeto político de Fonseca beneficiou o tratamento pormenorizado da participação de camponeses no processo revolucionário.

3.2 Camponeses

O setor rural foi o mais afetado pela proletarização na Nicarágua, em função da intensa expulsão dos camponeses pela ampliação das terras para cultivo de algodão e da expansão do autoemprego como consequência da exígua capacidade de absorção de trabalhadores pela indústria. Concorreu para isso também uma situação de hibridização, relativa ao processo inconcluso de separação de bens e meios de produção. Por meio desse processo, conformou-se um semiproletariado que não podia viver do produto de sua propriedade e era obrigado a vender sua força de trabalho, de acordo com Vilas (1986). Assim, constituiu-se um proletariado itinerante e um semiproletariado, este último representando dois terços do campesinato. A subordinação ao capital por esses grupos, conforme Vilas, se deu de maneira formal mais do que de maneira real, ou seja, mais no âmbito das alternativas de subsistência do que no processo de assalariamento.

O desequilíbrio provocado pelas frágeis condições com que a população camponesa migrante foi recebida consiste em mais um fator explicativo para as explosões políticas que caracterizaram a fase imediatamente anterior à consolidação da revolução. Rodrigues ilustra os efeitos do êxodo rural:

tudo isso [expulsão dos camponeses e êxodo] redefiniu a fisionomia das cidades do Pacífico nicaraguense, sobretudo de Manágua, que captou boa parte dos migrantes, chegando a reunir algo em torno de 30% da população nacional, a completar a década de 70 (...) Em contrapartida, não houve uma mudança no quadro de

empregos e infra-estrutura urbana compatível com as exigências suscitadas pelo aumento populacional. (RODRIGUES, op. cit., p. 77)

A autora enfatiza que o processo de modernização capitalista interveio sobre a formação do contingente de trabalhadores por meio do estímulo à proletarização formal, conforme a expressão de Vilas (op. cit.). De acordo com Rodrigues, sem separação plena em relação à terra, reduziu-se a propriedade camponesa até o limite de impedir que estes sujeitos extraíssem o produto suficiente à própria subsistência. Desse modo, sua força de trabalho foi submetida aos regimes de trabalho sazonal, à precária absorção pela indústria e também ao setor de serviços.

Soto explica que a manutenção da condição de camponeses atrelados à terra era prejudicial ao capitalismo agroexportador, uma vez que “a produção camponesa tem a possível desvantagem de que tais trabalhadores não se façam presentes no próximo ciclo nas plantações de café, algodão ou outro” (SOTO, op. cit., p. 120). Tal quadro gerou impactos sobre a formação de organizações de classe pelos camponeses e sobre a unificação das demandas do setor. Nesse sentido, é interessante observar o desenvolvimento da atividade da FSLN no que dizia respeito ao trato com os camponeses.

Ao tratar da resistência do EDSN entre as décadas de 1920 e 1930, Fonseca atribuiu à base camponesa “a glória e a tragédia do movimento” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. cit., p. 82). De acordo com o sandinista, a vantagem da participação camponesa residia no fato de que estes sujeitos compunham a classe mais humilde da pátria e responderam, talvez por sua “tradição de rebeldia” ao dever de defender a honra da pátria. Enunciar essa característica, aliás, correspondia ao interesse de Fonseca de chamar a população a aderir à guerrilha em função da natureza cívica da mencionada tradição.

A tragédia referida à composição camponesa do EDSN, por sua vez, correspondia à ausência de “nível político” desses sujeitos, que determinou, segundo Fonseca, a imediata desarticulação da luta após a morte de Sandino. Para o sandinista, em síntese, os camponeses eram os mais rebeldes entre os nicaraguenses e os sujeitos mais identificados com a continuidade da luta travada por Sandino e seu exército. Noutro extremo, apresentavam a maior necessidade de provimento de educação política, o que obrigava que secundassem operários e estudantes na fórmula do sujeito revolucionário sandinista.

A maioria camponesa da população e a propalada tradição de rebeldia deslocavam para a montanha nicaraguense o foco de ação da guerrilha sandinista. Para Fonseca,

a necessidade de ubicação desse centro de gravidade na montanha tem sido uma meta a alcançar por parte de nosso destacamento, ao qual cabe atuar em um país cuja economia tem sua base principal no campo, sendo ademais rural a maioria da população. (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 132*)

A constatação de que a Frente Sandinista deveria estar próxima dos pontos de concentração da população, ou pelo menos dos ambientes de origem da maioria da população, condicionava as atitudes tomadas por Fonseca e pela Frente em sua estratégia e projeto político. A construção de um paralelo de continuidade com o EDSN assumia papel central em função dessa constatação, e também a influência guevarista, que recomendava a instalação dos núcleos guerrilheiros na zona rural, era reforçada pela necessidade apontada por Fonseca.

No contexto de organização do EDSN, Augusto Sandino extrapolou as premissas do socialismo soviético e conclamou um amplo espectro da população à luta pela soberania nacional. Por suas opções pouco ortodoxas e por influências que incluíam o anarquismo, o líder operário-camponês distanciou-se da diretriz leninista e assim também de outros líderes regionais, como o comunista Farabundo Martí, de El Salvador. Sandino advogava pela adesão à guerrilha como uma decisão patriótica em defesa da soberania nacional e da autodeterminação (SELSER, op. cit.; STÉDILE & BALODANO, op. cit.) e como meio para a expulsão dos interventores estadunidenses. A escolha do território montanhoso do norte da Nicarágua dizia mais respeito à procedência dos integrantes do Exército do que a uma deliberação tática, mas foi aproveitada por Fonseca para reforçar a influência de Sandino sobre seu projeto revolucionário. A maioria camponesa no EDSN foi uma consequência da criação do núcleo guerrilheiro na zona rural mais do que o produto de uma diretriz de luta. É importante assinalar que estes elementos contribuíram para que o Exército de Sandino se constituísse de forma orgânica e gradativa a partir das condições concretas de sua instalação.

O potencial não explorado do campesinato latino-americano, configurava, em Guevara (*in LÖWY, op.cit.*), a força motriz do desenvolvimento da guerrilha. No caso nicaraguense, a situação rural da maioria da população poderia tender à semelhante orientação; entretanto, o projeto político de Fonseca condicionou a efetividade da participação de camponeses ao devido sucesso na tarefa de educação política do setor, que deveria ser realizada pelos estudantes de extração proletária ou proletarizados e pelos operários (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968;*

Nicaragua Hora Cero, 1969; *Notas sobre la montaña y algunos otros temas*, 1976. In: FONSECA, op. Cit, Tomo I).

Apesar disso, a influência guevarista sobre o projeto de Fonseca reforçou o desenvolvimento da guerrilha no ambiente rural. Ao fim da década de 1960, Fonseca preocupava-se com a dissociação entre a atividade guerrilheira e as tarefas organizativas e educativas na zona rural até aquele momento (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I). Em 1975, o sandinista retornaria ao ponto para recomendar que a constituição de unidades guerrilheiras nas áreas rurais contasse com habitantes locais, por seu conhecimento do terreno (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I).

Ainda em 1969, Fonseca assumiu também que inexistia uma organização revolucionária consistente junto aos camponeses, em função da já mencionada ausência de dirigentes experientes. A integração mecânica dos camponeses na guerrilha de Pancasán foi considerada um equívoco por desconsiderar particularidades do setor, tais como o maior índice de deserção e a inadequação às táticas assumidas. A constatação permitiu a Fonseca reconsiderar a aplicação mecânica do guevarismo ao caso nicaraguense:

Não omitimos assinalar que podemos medir melhor a experiência do trabalho entre os camponeses graças a nossa própria experiência, e não só apoiar-nos nas que ministram outros movimentos guerrilheiros da América Latina (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem.*, Tomo I, p. 90)

A inflexão política de Fonseca em relação ao guevarismo não se restringiu ao trato com os camponeses, inaugurando um momento de afirmação de uma revolução ancorada nas condições concretas e próprias da Nicarágua, perceptível nos textos do sandinista até sua morte, em 1976.

Outro ponto de distanciamento entre Fonseca e o guevarismo estava posto na defesa da prevalência operária na formação da vanguarda. A opção por uma perspectiva obreirista demonstrava a reprodução do diagnóstico do *Comintern* russo leninista pela esquerda latino-americana, à qual o guevarismo opunha-se. Angell (op. Cit.) diagnostica a exclusão do elemento camponês nessa fórmula revolucionária e indica a permanência dessa abordagem e sua influência sobre o mecanicismo que acometeu diversos movimentos revolucionários latino-americanos, entre os quais a própria FSLN. O autor sublinha que, segundo a perspectiva *cominternista* da década de 1920, o campesinato carecia de “potencial revolucionário”. De fato, os apontamentos do *Comintern* leninista para a consecução da

revolução na América⁴¹ indicavam a necessidade de desenvolvimento de uma vanguarda operária na forma de partidos comunistas.

Entretanto, o destaque à importância de penetração dos partidos comunistas entre a população camponesa e de expressão de um programa embasado em reivindicações afins à questão da terra – anti-latifúndio, especialmente – demonstrava antes uma preocupação em oferecer alternativa política à penetração ideológica burguesa entre os camponeses do que propriamente uma exclusão ou isolamento desse setor no desenrolar do processo revolucionário. As afirmações de Fonseca quanto aos temas de penetração ideológica e da perspectiva obreirista no tratamento da formação da vanguarda revolucionária reverberavam, portanto, as recomendações do *Comintern*.

Aqui, vale referir ainda que a aliança operário-camponesa, tal como recomendada por Lenin, compunha um processo duplo: enquanto a revolução proletária produziria a libertação camponesa, a revolução agrária seria a base de proteção à ameaça contrarrevolucionária. A demanda pelo desenvolvimento da luta camponesa correspondia ao interesse de garantir as conquistas do processo revolucionário, constituindo, portanto, uma força de retaguarda em termos táticos (LENIN, op. cit.)⁴². A associação entre o guevarismo e o leninismo no projeto de Fonseca se expressava, portanto, especialmente na utilização da montanha e do contingente camponês para a defesa do processo, além das questões colocadas pela injusta distribuição de terra e pela subordinação da atividade agrícola aos interesses externos (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I).

Vilas (op. cit.) aponta que, no decorrer dos anos 1960, a luta da FSLN possuía base majoritariamente camponesa, ainda que os dirigentes sandinistas fossem oriundos do meio urbano e, mais precisamente, do movimento estudantil. Na fase de opção pelo trabalho legal entre a população deu-se a maior aproximação entre a população camponesa e a FSLN. De acordo com Fonseca, a aproximação foi efetivada por meio do deslocamento de integrantes de procedência urbana para a região rural; pela realização de estudos de identificação dos problemas regionais; pela celebração de reuniões; pelo envio de delegações camponesas à cidade para discussão de demandas do setor; e pela realização de marchas camponesas e ocupação de latifúndios (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I). Como

⁴¹ *Sobre a revolução na América (1921) e Aos operários e camponeses da América do Sul (1923)*. In: LÖWY, op. cit., pp. 77-85.

⁴² No mesmo documento, afirma-se que os camponeses “se prestam, de forma ótima, para a agitação revolucionária” (LENIN, op. cit., p. 81), o que indica parte fundamental de suas atribuições no tabuleiro das forças revolucionárias.

crítico da fase de trabalho legal da FSLN, Fonseca considerou as atividades assistemáticas e limitadas. Além disso, o sandinista apontou que a aproximação se restringiu a algumas zonas e os contatos foram realizados de forma individual, não resultando em mobilizações de massa (*idem, ibidem*).

É importante observar que as restrições assinaladas pelo sandinista neste momento foram imputadas à ausência de quadros dirigentes disciplinados e com suficiente experiência para organizar a luta revolucionária entre os camponeses. Sobre as ações realizadas na década de 1970 pela Frente junto aos camponeses, ele sinalizou que

houve êxitos em nosso trabalho no campo, mas estes consistiam mais que tudo em consolidar pontos de apoio entre camponeses selecionados, o que de nenhuma maneira deve confundir-se com a mobilização de milhares de camponeses. (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 133*)

Os apontamentos reverberavam, por um lado, a preocupação do autor com o baixo nível político da população, tido por Fonseca como uma das causas do caráter assistemático das mobilizações ocorridas até então. Por outro, atribuíam a inexistência de quadros ao sectarismo que havia impedido, até então, a vinculação orgânica da Frente com as lutas populares camponesas, estudantis e operárias. O alerta demonstrava a efetiva participação de Fonseca no debate em torno da organicidade do movimento e exprimia o reconhecimento das lutas populares pelo sandinista. Em síntese, ele admitia a existência de mobilização, mas instava a Frente a corrigir a limitação imposta a essas mobilizações pela espontaneidade com que ocorriam.

A Frente parece, contudo, ter contribuído desde o início de sua trajetória para a constituição de esforços seminais de organização na zona rural. López (op. cit.) e Lozano (op. cit.) indicam que a FSLN apoiou a formação dos primeiros sindicatos rurais ainda na primeira metade da década de 1960. Soto (op. cit.) assinala que, entre 1964 e 1973, foram relatadas oficialmente 240 ocupações de terra na zona do Pacífico. Nas zonas central e Atlântica, possivelmente as mencionadas por Fonseca como menos assistidas, Soto sinaliza a participação de camponeses em conflitos armados guerrilheiros. As ações camponesas em geral eram severamente reprimidas – no decorrer da década de 1970, a profusão de colunas guerrilheiras sandinistas na zona rural foi utilizada como justificativa para reforçar a repressão da Guarda Nacional sobre os camponeses. Em 1970, Fonseca Amador mencionou a ocorrência de assassinatos e a existência de campos de concentração de prisioneiros

camponeses (*Mensaje al pueblo, 1970. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I*). Em 1972, o sandinista reivindicou para a FSLN a liderança nas primeiras mobilizações por terra pelos camponeses (*Cronología Histórica de Nicaragua, 1972. In: idem, ibidem, Tomo I*), corroborando a informação dada por Vilas a respeito da preponderância do espaço rural entre os ambientes de atuação da Frente.

Na década de 1970, Fonseca consolidou sua reflexão sobre a importância dos camponeses como “forças rebeldes”. Segundo ele, a rebeldia se converteria em ação revolucionária pela ação da Frente, já que aos quadros urbanos sandinistas cabia a formação política dos camponeses. Em 1976, o sandinista explicou que, após a guerrilha na região de Pancasán, ocorrida em 1967, houve uma reinserção “excessivamente paulatina” dos quadros dirigentes da FSLN no campo. Fonseca atribuiu a demora no retorno a fatores externos, além da desmobilização produzida pela derrota militar. Segundo ele, a morte de Che Guevara em 1967 e a experiência socialista no Chile haviam provocado questionamentos a respeito da prática guerrilheira. À medida que os sandinistas retornavam ao campo, produzia-se a estabilização das atividades na região montanhosa da Nicarágua, de acordo com Fonseca. Antes disso, ele aponta a ocorrência de ações na região, mas de base exclusivamente camponesa.

Ao longo da década de 1970, a FSLN ampliou o trabalho organizativo entre os camponeses, tendo contribuído para a criação dos Comitês de Trabalhadores do Campo (López, op. cit., p. 132). Em 1978, os Comitês se uniram sob a forma da Associação de Trabalhadores do Campo, de caráter nacional. Anos antes, Fonseca assumiu postura objetiva sobre as “virtudes revolucionárias” da população camponesa (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 137*). Em *Viva Sandino*, a adesão dos camponeses ao EDSN foi atribuída por Fonseca à “tradicional rebeldia popular” nicaraguense (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. cit., Tomo II, p. 44*).

A motivação destes setores para o ingresso na luta armada provinha, segundo o sandinista, muito mais de um traço cultural do que do acesso às organizações sindicais, e era essa a lacuna que a FSLN deveria preencher por meio dos esforços organizativos. A proeminência da tradição sobre a consciência política nas motivações de camponeses para aderirem à luta armada relacionava-se, segundo as percepções de Fonseca, à falta de consciência revolucionária - verificável nestes sujeitos pela falta de reivindicações classistas em suas manifestações (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los*

estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, idem, ibidem, Tomo I) -. Com base nisso, o sandinista advogava pelo contato dos camponeses com o movimento operário como fator de educação política imprescindível à extrapolação das limitações cabíveis às ações camponesas.

Outro dado importante do projeto de Fonseca no que dizia respeito aos camponeses era a indicação do potencial proletarizador provido pelo contato com esse setor da população (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 93*). Em diversos momentos, o sandinista acentuou a necessidade de os estudantes se proletarizarem ou possuírem procedência proletária para atingirem a consciência revolucionária. Aos estudantes, as premissas de uma teoria revolucionária eram acessíveis, mas não a experiência das condições proletarizadas, necessárias à impulsão e êxito do processo revolucionário. Aos camponeses, a falta de consciência revolucionária (*idem, ibidem*) era divisada pela tradição de rebeldia. Um excerto de entrevista concedido por Fonseca em 1970 e citado por Zimmermann oferece indícios das pretensões do secretário-geral da FSLN ao incentivar o contato entre militantes sandinistas e camponeses:

Nós consideramos que o camponês nicaraguense é, por sua própria natureza, um homem rebelde. Mas o que consideramos fundamental é que aprendamos a transformar em ação esse espírito guerreiro. Aprendemos nestes anos de luta que não basta que o camponês seja rebelde para enfrentar a ditadura; para isso é preciso conhecer a arte de converter em ação essa rebeldia. (FONSECA *apud* ZIMMERMANN, op. cit., p. 298)

Ou seja, do contato entre camponeses e militantes sandinistas resultariam os êxitos nas tarefas de educação política, por um lado, e proletarização, por outro.

Contudo, diante da defesa à constituição de uma vanguarda operária e estudantil, por que o contato com os camponeses era recomendado para a proletarização? De acordo com Fonseca, “o militante urbano em contato com o campo em geral, incluídas as zonas onde não está organizada uma base guerrilheira, vive a miséria que padecem os camponeses e palpa seus desejos de luta” (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, pp. 92-93*). Disso se depreende que Fonseca acreditava na possibilidade de acessar a realidade da proletarização desde o campo. Além disso, o argumento demonstra a importância cedida aos camponeses como força simultaneamente mobilizadora e passível de mobilização. Finalmente, a recomendação oferece indícios relacionados ao problema da escassez numérica de operários que podem ter instado Fonseca a defender o campo como espaço mais amplo de proletarização.

A centralidade das consignas da terra e da atenção estatal para com o setor no Programa da Frente apresentava a maneira como a FSLN pretendia solucionar as consequências da proletarização a que haviam sido submetidos os camponeses. Simultaneamente, essa centralidade operava como guia para a ação camponesa. Em 1968, Fonseca explicitou a intenção sandinista de devolver a operários e camponeses as riquezas que lhes tinham sido arrebatadas por meios violentos (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 67*). Um ano depois, ressaltou as injustas condições de distribuição da terra na Nicarágua, pontuadas pela concentração fundiária decorrente da produção de algodão e pela retração pecuária (substituída pelo cultivo de sementes para exportação). Essas circunstâncias haviam reduzido a produção alimentícia para o consumo interno às piores terras e implicaram a complementação por meio de importações.

A questão da terra no projeto de Fonseca – reproduzida no Programa Histórico da FSLN – orientava-se pela cessão de terras aos camponeses (Programa Histórico del FSLN, 1969). Enquanto medida política, visava devolver aos trabalhadores as riquezas naturais nacionais e libertá-los do jugo do regime e do imperialismo. Da mesma forma, servia como princípio organizador das reivindicações camponesas. Por fim, aportava uma solução à dependência de importações, por um lado, e à preponderância de exportações, por outro, além de corrigir a distorção entre o protagonismo do setor na produção de alimentos e a má alimentação e sucedâneos problemas de saúde que acometiam os camponeses⁴³.

O conteúdo da proletarização indicada por Fonseca igualmente se relacionava à identificação, nos camponeses e na guerrilha rural, da disciplina e do comedimento considerados necessários ao processo revolucionário. A possibilidade de os camponeses reforçarem o exemplo de moralidade estimulado por Fonseca não era um elemento de pouca importância no interior de um projeto que pretendia forjar um sujeito nacional revolucionário. Na montanha, a “aguda mentalidade de guerra” dos camponeses (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 138*) fortalecia a iniciativa guerrilheira e somava-se às difíceis condições que propiciavam a consolidação da “qualidade revolucionária e moral” (*idem, ibidem*).

⁴³ Em *Bajo las banderas de Sandino*, texto de 1968, Fonseca Amador noticiou a ampla ocorrência de demência coletiva e cegueira noturna entre os camponeses como produto da má alimentação, além de citar dados relativos às mortes por falta de assistência médica e à baixa escolaridade da população. (*Bajo las banderas de Sandino, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 248*)

A tradição de rebeldia exprimida pela “mentalidade de guerra” era incluída por Fonseca nos termos da continuidade da defesa patriótica, o que ampliava a importância do contato com os camponeses. Ao associar estes sujeitos com uma tradição patriótica que se expressava por meio do combate, Fonseca exprimia a influência objetiva de Sandino sobre seu projeto. Em 1927, o líder do EDSN havia proclamado:

O homem que de sua pátria não (nem sequer) exige um palmo de terra para sua sepultura, merece ser ouvido, e não apenas ser ouvido, mas também que acreditem nele. Sou nicaraguense e sinto-me orgulhoso que pelas minhas veias circule, mais que qualquer (outro), o sangue índio americano, que por atavismo encerra o mistério de ser patriota leal e sincero (*Primeiro Manifesto Político, 1927. In: SELSER, op. cit., pp. 56-57*)

Portanto, por meio das ações camponesas revigorava-se a experiência tradicional da violência e da rebeldia, consideradas características na disputa pela “hegemonia do poder” na Nicarágua (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 81*).

Fonseca Amador atribuía especificidades à população camponesa e preponderava a valorização de sua participação militar e moral na ação revolucionária sobre suas possibilidades de protagonismo político. À virtude revolucionária militar e moral dos camponeses, no entanto, somava-se a vantagem do menor grau de exposição à penetração ideológica capitalista e pseudo-opositora (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: idem, ibidem., Tomo I, p. 138*). Em síntese, a rebeldia combativa atribuída aos camponeses necessitava da liderança operária e estudantil para sua organização e educação política. A força camponesa necessitava de lapidação:

as virtudes revolucionárias do camponês de nossas comarcas e montanhas estão condenadas à letargia de não estar presente o guerrilheiro operário procedente das grandes explorações capitalistas do país, sem excluir o estudante de extração proletária ou devidamente proletarizado (*idem, ibidem, p. 137*)

3.3 Estudantes

No capítulo 2, demonstrou-se a centralidade da educação política, associada à prática guerrilheira, no projeto político de Fonseca Amador. Os estudantes deveriam liderar a fase organizativa do processo. Como a atividade guerrilheira vinha se desenvolvendo desde o início da trajetória da FSLN, aos estudantes caberia a participação em ambos os espaços. O protagonismo estudantil na vanguarda revolucionária e sandinista era recomendado por

Fonseca para o provimento da educação política, que poderia organizar a ação de operários e camponeses e corrigir os desvios decorrentes da penetração ideológica capitalista sobre o movimento popular. A profunda desarticulação econômica na Nicarágua somozista (Vilas, 1986) relacionava-se à desarticulação da oposição popular. Eram reiteradas as críticas de Fonseca Amador às limitações da ação sindical e camponesa na Nicarágua, refletindo a preocupação com a organização da luta popular por meio da vanguarda revolucionária.

Acredita-se que o “baixo nível político das massas” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 86) tenha sido uma leitura imediata da condição desarticuladora da distribuição dos trabalhadores no país. Fonseca Amador identificou uma imaturidade política dos trabalhadores – ou a não-expressão de seus interesses de classe, conforme Vilas (1987) - no que se referia à proposição de um projeto político.

Sob tais condições, Fonseca creditou aos estudantes a formulação da vanguarda. A recomendação já se aplicava à condição concreta da constituição da Frente Sandinista, que teve diversos sujeitos de extração estudantil entre seus fundadores, incluindo Fonseca. Mais do que isso, a proposta ancorava-se na efervescência do movimento estudantil nicaraguense na década de 1960, após o crescimento no número de protestos contrários à intervenção estadunidense na política e na economia nacionais, além da vitoriosa campanha pela autonomia universitária em 1958 (LOZANO, op. cit.; ZIMMERMANN, op. cit.). De acordo com Fonseca, os estudantes eram sujeitos menos expostos à penetração capitalista e de mais rica experiência política (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I).

A ocorrência de uma ampliação na mobilização estudantil somava-se ao acesso à instrução formal. O processo educativo poderia operar como facilitador no contato com a teoria revolucionária e a experiência contemporânea de libertação nacional de outros povos, de acordo com Fonseca. O sandinista defendia que a instrução formal ampliava o compromisso com a luta pela libertação nacional, especialmente em função do amplo índice de analfabetismo entre a população nicaraguense:

As pessoas que acessam o ensino médio e universitário têm de se considerar como privilegiadas. Esse setor minoritário da população que tem acesso ao ensino médio e superior não pode dar as costas às oprimidas maiorias populares. Os jovens com instrução contam com maior facilidade para conhecer a causa dos problemas dos quais padece a nação. Quer dizer, a instrução é condição que multiplica o dever que têm os jovens estudantes para militar no combate popular. (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: *idem, ibidem.*, Tomo I, p. 60)

O comprometimento dos estudantes com a transformação social exigia que sua mobilização fosse orientada por princípios revolucionários como a defesa de uma mudança global na concepção de educação. Para tanto, os estudantes deveriam abdicar de um compromisso esporádico e indisciplinado com a luta pela libertação nacional e envolver-se integralmente com as práticas da guerrilha e da educação política. O hábito eleitoral, por exemplo, fomentado pelos partidos políticos tradicionais, deveria ser substituído pelo hábito revolucionário. Fundamentalmente, os estudantes deveriam atuar em benefício da vinculação orgânica entre a produção do conhecimento e a revolução social (*idem, ibidem*).

A composição de uma vanguarda estudantil não visava apenas aos estudantes universitários. Por sua própria condição de alvos da concepção obscurantista e capitalista da universidade, a adesão dos estudantes universitários apresentava desafios que não se impunham a estudantes de nível secundário. Em relação a estes, Fonseca Amador situou a vantagem de seu amplo número e distribuição no território nicaraguense. Além disso, também a extração popular de boa parte destes estudantes era vista pelo sandinista como um benefício, pois diminuía a necessidade do processo de proletarização ao qual deveriam ser submetidos os universitários. Por tudo isso, Fonseca defendia a inserção precoce de estudantes na luta revolucionária, de modo a garantir o futuro revolucionário do movimento universitário e superar a debilidade proveniente de sujeitos cuja atividade política tinha sido tardiamente iniciada, já na universidade. A exigência associava-se à concepção popular de educação e universidade insistentemente explorada no projeto político de Fonseca: estudantes politicamente organizados seriam capazes de “resgatar a universidade para o povo”, uma vez que era com o trabalho do povo que a universidade se sustentava (*idem, ibidem*, p. 71).

Em termos gerais, a extrapolação da aliança operário-camponesa pelo chamamento ao protagonismo estudantil correspondia a duas motivações. A primeira delas visava à aplicação dos saberes acessíveis a estudantes na superação do capitalismo e na organização do processo revolucionário. Essa motivação dialogava com as tarefas da educação política e da formulação do programa revolucionário sandinista. A segunda motivação relacionava-se ao interesse demonstrado por Fonseca na vinculação orgânica dos estudantes com a causa revolucionária, a ser constituída pela proletarização em meio ao campo e à guerrilha. A participação na luta armada e as demais formas de prática política revolucionária eram reivindicações recorrentes de Fonseca Amador, cuja crítica aos estudantes se fundamentava principalmente na apatia

desse setor e em sua atitude contemplativa diante do agravamento das convulsões sociais na Nicarágua (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I*).

A adesão ao caminho proletário propiciaria vínculo real dos estudantes com a causa revolucionária. Para Fonseca Amador, a vivência na guerrilha era determinante na conquista da disciplina adequada à revolução, e assim também a experiência da proletarização. A atitude defendida por Fonseca possivelmente remete à influência da conceituação de intelectual proletarizado vigente no período do *Comintern* leninista, segundo a qual o intelectual deveria renunciar a sua condição pequeno-burguesa em favor de uma vivência junto a operários e camponeses.

Ao descrever o intelectual *cominternista*, Melgar Bao (2009) enumera como características a ideia de representação proletária, o combate à burguesia, imperialismo e aliados no campo ideológico, a inserção orgânica na luta de classes e a qualificação como “trabalhador intelectual” alinhado às forças da revolução. Em função da inspiração leninista que Fonseca Amador expressava objetivamente em vários de seus textos, é possível afirmar que a defesa de tais características tenha perpassado a formulação desse projeto político. A atitude de proletarização e negação do caminho burguês (objetivamente reivindicada pelo sandinista) foi a maneira defendida por Fonseca para a incorporação do ideal patriótico anticapitalista pelos estudantes, vinculação orgânica com as classes populares e possibilidade de conversão destes em membros ativos do proletariado.

O interesse de Fonseca Amador na inserção de quadros no meio rural, que pudessem servir simultaneamente às pretensões militares e às necessidades de intervenção educativa, relacionava-se diretamente com a atribuição dos grupos estudantis e com o êxito do processo de proletarização. Ao passo em que os estudantes deveriam efetuar os trabalhos de investigação das condições de operários e camponeses e de provimento de educação política revolucionária, também eles deveriam ser afetados pela vivência junto a esses setores e à guerrilha, de modo a proletarizarem-se.

O tratamento despendido por Fonseca Amador no que tangia aos estudantes vinculava-se principalmente a suas atribuições educativas. Novamente, a dupla dinâmica explorada pelo sandinista em relação aos camponeses, orientada pela simultaneidade entre a capacidade de mobilizar e ser mobilizado, era acionada. Os estudantes deveriam se proletarizar ao mesmo tempo em que desenvolvessem suas tarefas revolucionárias. Desse modo, deveriam

transformar-se em intelectuais revolucionários, sujeitos de que a tradição histórica nicaraguense carecia, conforme Fonseca (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I*). Daí sua importância fundamental na fase de organização do processo revolucionário e de formulação e expressão do programa sandinista. Aos estudantes, em síntese, cabia fundamentar com teoria e política a experiência da oposição popular, de modo a alcançar operários e camponeses à condição de protagonistas do êxito revolucionário.

3.4 Indígenas

A questão indígena assumiu centralidade na Nicarágua sandinista especialmente desde que a população indígena residente na região da costa atlântica do país – a costa da Mosquitia – foi instrumentalizada pela contrarrevolução que se desdobrou após 1979. A manobra exigiu do projeto sandinista atenção redobrada para as demandas dos grupos ali situados. Segundo Molieri (op. cit.), a situação desencadeada pela contrarrevolução em relação a misquitos, sumus e ramas exige que se compreenda a política externa intervencionista dos EUA em relação à Nicarágua.

A questão indígena, especialmente em relação aos misquitos, sumus e ramas ocupantes da costa Atlântica nicaraguense, foi pouco detalhada no projeto político de Fonseca Amador. O modo esporádico com que o sandinista tratou o aspecto reproduzia um comportamento comum a outros projetos da esquerda latino-americana. Além de remeter à convergência com tradições de pensamento contemporâneas desse projeto, refletir sobre esse elemento específico amplia a análise das dificuldades que o governo revolucionário enfrentou após a eclosão da revolução, marcadas pela instrumentalização das comunidades residentes na costa Atlântica nicaraguense pela contrarrevolução e subsequente institucionalização da defesa à autonomia destes grupos pela constituição nicaraguense de 1987.

Mais do que um julgamento dos erros cometidos pela Frente Sandinista em sua trajetória pré e pós-revolução, a análise desse ponto indica que, em função do intervencionismo, a atenção às demandas da Costa Atlântica no projeto da Frente consistia numa exigência histórica; em função do compartilhamento do espaço nacional, a negligência desse setor geográfico da Nicarágua não era uma escolha. A opção dos sandinistas pela autonomia regional ao invés da concessão da independência é analisada por Harnecker (1987) enquanto um mecanismo de defesa contra a exploração e intervencionismo compartilhados por todo o território nicaraguense. A autora afirma que “qualquer projeto separatista se

converteria em um projeto de dominação, de intervenção de uma potência estrangeira, já que não existem na região os capitais e a tecnologia que se necessita para seu desenvolvimento” (HARNECKER, op. cit., p. 8). O modelo integracionista também correspondia à noção de equivalência entre comunidades indígenas e camponeses, dada por uma leitura mecânica da dimensão de classe.

A preponderância da dimensão econômica no tratamento desses sujeitos é apontada por Harnecker como um dos principais erros da FSLN já enquanto governo revolucionário. A autora explica que, ao passo em que medidas de promoção de desenvolvimento econômico foram tomadas, tais como o investimento na região e a presença estatal nos serviços sociais, a demanda pelo reconhecimento das identidades diferenciadas foi considerada secundária ou, inclusive, desqualificada. Molieri é expressão dessa percepção ao afirmar o “atraso secular”, o isolamento e o alheamento dos indígenas em relação à “problemática nacional”, que culminava na ausência de um “apego nacional necessário para identificar-se com o novo processo social que se estava gestando” (MOLIERI, op. cit., p. 2). Segundo tais afirmações, a integração dessas comunidades pelos sandinistas correspondia a um esforço coesivo, que resumia todas as necessidades e potenciais demandas ao embate anti-imperialista. Tal percepção está posta por Molieri ao enfatizar que,

ao mesmo tempo em que a forma capitalista de mercado se impunha em nível internacional, novas relações sociais se conformavam na Mosquitia como resultado da incorporação progressiva dos indígenas às novas formas de exploração, que atentavam sem respeito algum contra suas tradições e costumes (MOLIERI, op. Cit., p. 6)

Noutros termos, o entendimento corrente era de que a libertação do jugo imperialista (e de sua faceta interna, encarnada no somozismo), assim como o atendimento das necessidades de desenvolvimento econômico seriam suficientes à região atlântica e à integração dessa região ao projeto nacional. Em decorrência desse modelo de intervenção, as demandas pelo reconhecimento de identidades e pela manutenção das culturas tradicionais desses grupos foram tomadas como consequências imediatas da integração econômica.

Barré (1989) aponta que a política integracionista do governo sandinista era rechaçada pelos misquitos. Conforme a autora, a posterior configuração do conflito entre sandinismo e contrarrevolução também teve como produto a ocorrência de rupturas das solidariedades étnicas tradicionais. A autora sublinha a impossibilidade de reduzir a questão da integração indígena à dimensão cultural ou à dimensão econômica e defende que qualquer desses

reducionismos decorria da importação de uma ideia europeia de nação, que determinava a homogeneização e a secundarização da cidadania indígena.

Entretanto, de acordo com Molieri, outros fatores teriam dificultado a aproximação entre os misquitos e outros setores da população, tais como o isolamento geográfico e a pouca representatividade numérica dos misquitos sobre o conjunto da população – equivalente a 4% do total -, além do “desconhecimento recíproco dos modos de vida” (MOLIERI, op. cit., p. 3).

O desconhecimento recíproco de que fala Molieri é pormenorizado por Harnecker (op. cit.), para quem a desarticulação entre os setores pacífico e atlântico da população nicaraguense constitui elemento histórico fundamental para se compreender o mecanicismo contido nas propostas da FSLN. Harnecker (op. cit.) assinala que a região da costa atlântica nicaraguense denominada Reino da Mosquitia integrou o domínio colonial britânico, e que dentre as políticas dos ingleses constava o estímulo ao confronto com a região espanhola, que compreendia a maioria do atual território da Nicarágua. Quando da independência nicaraguense, em 1821, a região atlântica manteve autonomia regional relativa, chegando a Protetorado da Mosquitia entre 1837 e 1860. A partir de 1860, passou a ser Reserva da Mosquitia até a reincorporação por via militar ao território nicaraguense em 1894. Por conta disso, Harnecker defende que a desarticulação geográfica e étnica preponderou sobre as tentativas de constituição de um Estado nacional coeso.

Pode-se afirmar, ainda, que o modelo de exploração econômica da Mosquitia manteve a diferenciação: essa foi a região escolhida pelos EUA para a instalação da United Fruit na Nicarágua, em função dos recursos naturais, da familiaridade dos habitantes com o inglês e do interesse na ocupação do território para a projeção de uma rota transoceânica a partir da Nicarágua (MOLIERI, op. cit.). Mais de meio século depois, sob a estratégia contrarrevolucionária financiada desde o exterior pela administração de Ronald Reagan nos EUA, a histórica contradição entre as regiões ocidental e oriental da Nicarágua foi “deliberadamente exacerbada e dirigida contra o projeto revolucionário” (*idem, ibidem*, p. 1).

A hipótese de Harnecker quanto à histórica desarticulação geográfica e social na Nicarágua permite que se compreenda que a ausência de uma discussão consistente sobre a questão indígena no projeto sandinista é resultado da soma entre as condições históricas e as tradições de pensamento contemporâneas do desenvolvimento desse projeto. Sobre este segundo item, Díaz-Polanco (1981) explica que o enfoque marxista das questões étnicas, em geral, secundarizava estas tarefas em função da transitoriedade do próprio Estado nacional,

extinto em benefício da construção do internacionalismo comunista. O autor sugere, entretanto, que a modulação da questão indígena – ou étnica – variou conforme a importância cedida a esses sujeitos no bojo do projeto revolucionário. De acordo com Díaz-Polanco, a perspectiva integracionista assumida pelos sandinistas sofreu a influência de uma abordagem em que étnico e classista coexistem, mas o primeiro se converte, evolutivamente, no segundo.

Autores como Harnecker e Díaz-Polanco convergem ao afirmar o sentido integracionista do projeto sandinista no âmbito da questão indígena/étnica. Entretanto, a análise do projeto político delineado por Fonseca Amador permite que se perceba que houve uma inflexão entre as ideias expostas pelo sandinista e o projeto executado pelo governo revolucionário. Zimmermann (op. cit.) indica que o Programa da FSLN sofreu diversas modificações no contexto da morte de Fonseca Amador e da divisão em tendências. Nesse sentido, o objetivo dessa análise é sublinhar que a atitude economicista dos sandinistas não foi produzida sob a influência de Fonseca.

Em documento de 1969, ano da publicação do Programa Histórico da FSLN, Fonseca Amador sugeriu uma série de demandas que deveriam orientar a ação popular. Dentre as recomendações, que se associavam às propostas expostas pelo Programa da Frente, constava a “atenção urgente à Costa Atlântica e zonas que sofrem maior abandono” (*Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 255*). A leitura do Programa da Frente, cujo principal articulador foi Fonseca, oferece indícios do significado do “abandono” mencionado pelo sandinista. De acordo com o documento, a Costa Atlântica deveria ser reincorporada “à vida da nação”. Em termos econômicos, tal medida seria efetivada por meio do fim da exploração da região por monopólios estrangeiros, pelo preparo da terra para a agricultura e pecuária e pelo desenvolvimento da indústria pesqueira e florestal. Os últimos dispositivos elencados no Programa, por outro lado, referiam que a Frente, enquanto governo revolucionário,

d) Estimulará o florescimento dos valores culturais locais dessa região, provenientes dos aspectos originais de sua tradição histórica.

e) Aniquilará a odiosa discriminação de que foram objeto os indígenas, misquitos, sumos, zambos e negros dessa região. (FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL, 1984, p. 7)

Apesar da intenção de validar os elementos culturais próprios a essas comunidades, acredita-se que a leitura de Fonseca, e especialmente da FSLN, tenha investido na dimensão econômica uma vez que indígenas e camponeses foram considerados iguais no bojo desse

projeto. Moleri (op. cit.) sustenta que os espaços indígenas da zona pacífica da Nicarágua

se encontravam no momento da vitória sandinista reduzidos a “comunidades” ou bairros com circunscrição definida, reflexo da perda progressiva de suas terras e neles havia mais uma consciência de classe que de casta [...] haviam sofrido desde muito tempo e em grau diverso a dissolução de sua natureza estritamente indígena para passar a uma forma mais camponesa de vida onde as reivindicações de terras ocupavam um lugar central. (MOLIERI, op. cit., pp. 4-5)

Com base nessas considerações, avalia-se que a superficialidade do ponto no projeto de Fonseca e, posteriormente, na experiência da FSLN enquanto governo, tenha sido produzida por um entendimento de que a supressão da ingerência externa e o atendimento às demandas econômicas seriam suficientes ao reestabelecimento de tradições remanescentes entre as comunidades indígenas da Costa Atlântica.

Considerando-se a crítica de Harnecker, para quem

O projeto de autonomia [da Costa Atlântica, de 1985] obrigou os sandinistas a revisarem sua concepção de democracia, de poder popular e sua própria concepção de nacionalidade. Já não se pode mais falar de uma identidade nicaraguense como a do mestiço de língua espanhola e católico. (HARNECKER, op. cit., p. 8)

acredita-se, por fim, que a marginalidade do elemento social indígena tenha permitido, até 1985, o reforço da ideia de um sujeito nacional revolucionário com características étnicas e políticas pré-definidas. Este sujeito prestava-se mais a comparações com a figura de Sandino, o que contribuía ao projeto político de Fonseca na medida em que o sandinista visava à identificação da população com o líder guerrilheiro.

3.5 Cristãos

A política de acumulação de forças em silêncio acionada pela Frente Sandinista entre os anos de 1970 e 1974 resultou, como já mencionado, numa ampliação da base social do movimento. O problema da incorporação dos ideais de luta da FSLN pela população nicaraguense havia sido um permanente desafio nas fileiras do movimento. Quando a opção pelo trabalho educativo junto à população e pelo fortalecimento de órgãos intermediários começou a propiciar a ampla adesão na Frente, o setor cristão revolucionário destacou-se na militância sandinista. Segundo Angell (op. cit.),

Na Nicarágua a influência do catolicismo progressista impulsionou os sandinistas

(FSLN: Frente Sandinista de Libertação Nacional) a substituir as perspectivas estreitamente marxistas por outras de base muito más amplia, o que, em um país tão profundamente católico como a Nicarágua, era necessário para construir uma frente ampla com o fim de derrocar Somoza. (ANGELL, op. cit., p. 110)

A conjunção entre cristianismo e sandinismo foi produzida no contexto de renovação teológica da Igreja, que estimulou o desenvolvimento das premissas da Teologia da Libertação⁴⁴. Conforme Villaseñor (2017), a Teologia da Libertação latino-americana surgiu como um movimento social e eclesial disruptivo da ortodoxia católica. O autor pontua que a Teologia “estava fundada em uma enérgica denúncia ética a respeito da impossibilidade de evasão do pecado estrutural implícito no capitalismo dependente, que é o gerador da pauperização das grandes maiorias” (VILLASEÑOR, op. cit., p. 188). De acordo com Gustavo Gutiérrez Merino, um dos fundadores do modelo teológico, a Teologia era produto da reflexão sobre a realidade de diversos setores das populações latino-americanas. As Comunidades Eclesiais de Base eram os principais instrumentos de difusão da Teologia da Libertação entre a população. Villaseñor ressalta que as CEBs tiveram êxito especialmente nos países centro-americanos e em alguns países sul-americanos. Nestes países, operaram como significativos espaços de reflexão política e transformação social.

Pela Teologia da Libertação, o marxismo poderia ser compreendido enquanto o método científico de consecução da transformação que implicaria a libertação. Desse modo, marxismo e cristianismo poderiam ser entendidos enquanto modos complementares de impelir a sociedade à transformação estrutural. A leitura do capitalismo como “pecado estrutural” indicava a necessidade de uma ruptura sistêmica que não mais frustrasse a possibilidade de um futuro livre. Conforme Boff (*apud* VILLASEÑOR, op. cit.), a ruptura abrangia a esfera econômica, por meio da abolição da pobreza, a esfera política, em benefício da gestação do homem novo, e a religiosa, pela recriação do homem e libertação do pecado.

Segundo Löwy (1989), a Teologia da Libertação e os movimentos marxistas na América Latina convergiram em suas premissas e objetivos, do que decorreu a vinculação prática e política entre os representantes de ambos. O autor assinala que a conjuntura de renovação teológica estimulou o desenvolvimento de uma corrente cristã solidária aos pobres,

⁴⁴ Sob o pontificado de João XXIII, ocorreu a convocação do Concílio Vaticano II, no qual se enfatizou a disposição eclesial a reivindicar o respeito à dignidade humana e a necessidade de ampliar o diálogo da Igreja com “o mundo moderno”. Por influência do Concílio, ocorreram também a II Conferência do Conselho Episcopal, em Medellín, na Colômbia, em 1968, e a III Conferência em Puebla, no México, em 1979. Em ambas ocasiões cobrou destaque a necessidade de mudanças em espaços com ampla exclusão social (VILLASEÑOR, op. cit.).

emancipadora e integrada a movimentos de cultura popular, alfabetização, organização de bairro, sindicalização rural e mesmo movimentos marxistas. Löwy credita a aproximação entre a Teologia e o marxismo à experiência prática dos teólogos junto aos movimentos populares. Como exemplo da convergência política, o autor indica o estímulo à agência do pobre como ponto de partida da elaboração teológica, semelhante à emancipação do trabalhador pelo próprio trabalhador incentivada pelo marxismo.

Da mesma forma, os movimentos marxistas lidavam com um período de inflexão diante do impacto que teve a morte de Stálin. O suporte à associação entre cristãos e marxistas encontrava-se, portanto, também na convergência entre conjunturas de renovação. A associação foi reforçada pela ocorrência do terremoto na Nicarágua em 1972. De acordo com Morlina (2009), as CEBs existentes na Nicarágua desde 1966 e amplamente embasadas pela Teologia da Libertação passaram neste momento à defesa da “conscientização revolucionária” e da adesão à FSLN (MORLINA, op. cit., p. 86). Löwy explica a particularidade do processo revolucionário nicaraguense:

tanto na cidade (nas comunidades de base) como no campo (graças ao CEPA, Comitê Evangélico de Promoção Agrária), ao nível da ação prática e da reflexão espiritual, vai-se criando, no seio do movimento sandinista, uma forma de *unidade orgânica* inédita entre revolucionários cristãos e ateus” (LÖWY, op. cit., p. 18)

O autor indica também que o processo insurrecional final foi mais organizado nos locais onde havia CEBs consolidadas⁴⁵.

No âmbito do projeto político de Fonseca Amador, percebe-se que foi sob uma chave antinômica e moral que o sandinista situou a possibilidade de engajamento de setores cristãos à luta revolucionária. Fonseca nutria desconfiança pelo setor social-cristão da oposição ao regime, a quem creditava o “disfarce da penetração capitalista” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 63*), a saber, o teor reformista das propostas do Partido Social-Cristão nicaraguense. Tal diagnóstico contribuía a que o sandinista incluísse o PSC no

⁴⁵ Ao comentar o processo revolucionário na Nicarágua, em 1986, o dirigente sandinista Luiz Carrion apontou a importância que teve a integração entre cristãos e militantes da FSLN para o êxito: “Penso que certas vanguardas marxistas tiveram a tendência a perceber os setores cristãos progressistas e revolucionários como uma força rival que ganha uma fração da clientela política destes partidos. Penso que isto é um erro. Ter evitado este erro foi um dos grandes sucessos da FSLN. Nós nos ligamos a estruturas de base da Igreja, não para ganhar as pessoas, mas para integrá-las na Frente Sandinista, como uma etapa de seu desenvolvimento político, mas sem que isto signifique uma oposição qualquer à sua participação nos organismos cristãos. Ao contrário, nós deixamos as pessoas nestas estruturas para que este compromisso superior se transforme em ação política nesse meio.” (CARRION *apud* LÖWY, op. cit., pp. 20-21)

rol dos partidos políticos capitalistas do país. Da mesma forma, o secretário-geral da FSLN demonstrava preocupação com o teor conservador do movimento intelectual histórico na Nicarágua, segundo ele dominado pelo “elemento católico” (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: *idem, ibidem*, Tomo I, p. 84). A partir dessas constatações, era possível distinguir os “cristãos capitalistas” dos não-capitalistas.

A opção de Fonseca foi demonstrar seu ideal de sujeito cristão a partir das menções a Camilo Torres, sacerdote colombiano vinculado à Teologia da Libertação e que aderiu à luta armada por meio do Exército de Libertação Nacional da Colômbia. A trajetória de Torres ilustrava os preceitos da moral revolucionária reivindicada por Fonseca Amador e servia à dissociação entre um cristianismo comprometido com o capitalismo e um cristianismo que retomava o compromisso cristão primitivo com a defesa dos explorados. Torres afirmava que o amor ao próximo se expressava por meio da “busca de meios eficazes para o bem-estar das maiorias” (TORRES in LÖWY, 2012, p. 315). Para o sacerdote, a retirada desse poder pelas era o fio condutor dos processos revolucionários. Desse modo, “a revolução não só é permitida como é obrigatória para os cristãos que vejam nela a única maneira eficaz e ampla de realizar o amor para todos” (*idem, ibidem*). Torres tornou-se um ícone do compromisso sacerdotal com movimentos de esquerda e com a luta armada. Apropriado por Fonseca Amador, consistiu em um exemplo à população cristã na Nicarágua.

Diante da denúncia à conciliação de classes propugnada pelos social-cristãos, reforçava-se a superioridade moral de figuras como Camilo Torres e do modelo cristão da Teologia da Libertação, cujos integrantes tiveram significativa participação nas filas revolucionárias nicaraguenses. Diante dessas características, foi assim definida por Fonseca Amador a união entre cristãos e revolucionários:

É fundamental na Frente Sandinista a unidade entre os verdadeiros revolucionários e os verdadeiros cristãos, é a unidade que forjaram, fuzil na mão, da América oprimida, o comandante Ernesto Che Guevara e o sacerdote Camilo Torres” (*Mensaje al pueblo*, 1970. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 272, grifos meus).

O atributo mais importante do diálogo entre Fonseca Amador e os cristãos revolucionários foi a convergência entre princípios de orientação moral, cabíveis ao interesse de constituição do homem novo. Para Girardi, o símbolo mais expressivo da associação entre valores cristãos e revolucionários na cultura sandinista foi, justamente, o impulso ético que permeou o processo (GIRARDI *apud* LÖWY, op. cit.). Em 1968, Fonseca sugeriu a relação

entre as premissas de luta da FSLN e a defesa dos humildes “iniciada no cristianismo primitivo”. A opção prioritária pelos pobres, expressada no âmbito da Teologia da Libertação, vinha ao encontro dos objetivos de luta recomendados por Fonseca para a Frente. A complementaridade foi abordada no mesmo documento:

a convicção marxista não exclui o respeito pelas crenças religiosas da população nicaraguense. Os revolucionários marxistas continuam e robustecem as tradições de defesa dos humildes, que têm entre seus principais precursores históricos os cristãos primitivos (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 67*)

Seguindo a análise de Löwy, é possível afirmar que houve, entre a FSLN e a Teologia, a identificação de afinidades eletivas. Tais afinidades se relacionavam à similaridade entre o pobre e o proletário, especialmente no que diz respeito a estimular a agência destes sujeitos no processo de transformação; à afirmação de um ideal universalista, associado ao horizonte internacionalista da libertação nos termos classistas; à rejeição do capitalismo e à negação do individualismo.

Ao denunciar a “histórica falta de consciência revolucionária” do povo nicaraguense, Fonseca atrelou essa lacuna à abordagem individualista das ações de oposição. A mudança revolucionária, de acordo com o sandinista, era impossível a movimentos que não estivessem revestidos de uma concepção abrangente de libertação. O caráter limitado dessas ações, portanto, possuía uma faceta moral vinculada ao “obscurantismo ideológico” incentivado pelos partidos políticos tradicionais (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 81*). O individualismo era insustentável como preceito da moral revolucionária, que deveria estar ancorada no “espírito coletivista” (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: idem, ibidem., Tomo I, p. 112*).

Nos textos de Fonseca Amador, destacaram-se as menções à “justeza” da luta encabeçada pela FSLN. Villaseñor (op. cit) traça um recorrido histórico para demonstrar a recorrência da reivindicação à “guerra justa” no campo da teologia. A apropriação desse debate pelos teólogos da libertação enfatizou a legitimidade da violência em função de uma luta pela libertação dos oprimidos. Assim, “os teólogos da libertação puseram a serviço das maiorias pauperizadas uma tradição cristã que contém e dá prosseguimento, sob uma circunstancialidade histórica, à justificação da violência guerreira” (VILLASEÑOR, op. cit., p. 199). O compromisso ético religioso com a defesa armada dos oprimidos assemelhava-se muito com o valor defendido por Fonseca, que associava a luta armada à redenção dos

explorados da Nicarágua e do mundo (*Nicaragua Hora Cero, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 95*) e ao compromisso moral com a vingança do sacrifício dos mártires que combateram pela defesa da nação (*Con la sangre de nuestros mártires construiremos un futuro feliz, 1969. In: idem, ibidem., Tomo I, p. 257*).

A violência revolucionária, no entanto, deveria circunscrever-se à possibilidade de tornar possíveis as transformações, tanto no âmbito da Teologia quanto na atividade da FSLN. Villaseñor assinala que, para os teólogos da libertação,

a libertação das maiorias depauperadas não deve transitar por meios violentos *a priori*, mas somente como resposta ineludível ante circunstâncias históricas precisas de esgotamento real dos meios pacíficos, perigo de morte iminente e proporcionalidade. (VILLASEÑOR, op. cit., p. 217)

A prédica de Fonseca Amador não distava da orientação dos teólogos. Ao discorrer sobre a luta armada em documento de 1975, Fonseca alertou para a irresponsabilidade no uso indiscriminado do “terror revolucionário”. Explicando que a opção pela luta armada era o produto do intervencionismo – ou seja, uma reação -, o sandinista defendia o critério da conveniência política para mitigar o uso da violência e das execuções de opositores. Segundo ele, a FSLN possuía uma “tradição de cuidado” no tratamento dessas questões; a perda desse traço implicaria também perdas estratégicas e de representatividade junto às massas. A continuidade dessa tradição também esteve presente na defesa à clemência com os opositores, que ademais promoveria o isolamento de Somoza: “Se o tirano se propõe a ampliar sua base de cúmplices, por nosso lado devemos reduzi-la” (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 116*). Löwy salienta que tais impulsos éticos, em associação com a moralidade da Teologia da Libertação, foram mantidos entre os sandinistas após a eclosão da revolução. De acordo com o autor, o processo nicaraguense aboliu as penas de morte e execuções após o êxito.

Mais do que a causa de uma aproximação, é possível afirmar que a defesa da guerra justa pelos sandinistas tenha sido produto do contato com os princípios defendidos pela Teologia da Libertação. A efetivação da associação entre sandinistas e cristãos ocorreu, afinal, por meio da inflexão produzida no interior das CEBs, e não por uma mudança que tenha se verificado no pensamento de Fonseca ou de outros líderes sandinistas. O interesse de Fonseca na aproximação com os setores cristãos afeitos ao compromisso com a libertação dos oprimidos é verificável desde o final da década de 1960, e suas menções a Camilo Torres são

um sinal expressivo dessa intenção. Do mesmo modo, o compromisso moral revolucionário defendido por Fonseca carregava muito da inspiração liberacionista cristã.

3.6 Uso político de Sandino no projeto político do líder sandinista Fonseca Amador

Na estruturação do projeto político de Carlos Fonseca Amador, um aspecto foi enfatizado: a rememoração da trajetória de Augusto Sandino. Na presente análise, propõe-se que retomar a figura e a trajetória de Sandino era importante por três motivos principais: em primeiro lugar, para fortalecer o diálogo de uma vanguarda revolucionária eminentemente estudantil com outros segmentos da população, especialmente o camponês. Em segundo lugar, para promover a coesão da população em torno desse movimento e sua intenção de combater uma ditadura que perpassou todo o período entre a guerrilha de Sandino e a atividade da FSLN, o que poderia ser facilitado pela mediação da ideia de um legado e pela possibilidade de estabelecer uma relação de continuidade no combate ao somozismo. E, por fim, pela defesa à formulação de uma moral e cultura novas, para além da dimensão de mudança política, que indica o interesse em promover uma reformulação no repertório cultural dessa sociedade e para a qual, acredita-se, tenha se identificado em Sandino uma figura modelar.

Augusto Sandino liderou, entre as décadas de 1920 e 1930, o Exército de Libertação Nacional na Nicarágua. Nesse período, a Nicarágua sofria intervenção direta dos Estados Unidos e ancorava-se em um bipartidarismo formal, em que liberais e conservadores dividiam o poder sempre em benefício dos grandes proprietários e de uma política de aliança com os EUA. Bastou um governo de tonalidade mais reformista, liderado por José Santos Zelaya, para que se substituísse a intervenção indireta dos EUA por uma ingerência militar direta. Neste contexto, Augusto Sandino, influenciado pelas ideias revolucionárias que trazia de experiências de trabalho no México, reuniu combatentes de extração principalmente camponesa e formou o Exército de Libertação Nacional. A atividade guerrilheira do grupo visava à expulsão dos marines estadunidenses. Após um período de combate, as tropas estadunidenses se retiraram do território nicaraguense em função de um acordo político com as elites nicaraguenses. Sandino entregou as armas e foi morto em 1934, numa conspiração liderada por Anastasio Somoza García.

Quase nos termos de uma “invenção de tradição” (Hobsbawm & Ranger, 1984), se pode tratar alguns componentes da rememoração de Sandino por Fonseca Amador. O esforço para essa rememoração atuou como uma tentativa de reforçar a coesão de um grupo, nele

inculcar valores e assim legitimar instituições, de acordo com as premissas afirmadas por Hobsbawm & Ranger. Em relação ao último ponto, é importante assinalar que se toma a formulação do projeto político como uma atitude institucionalizadora. Nesse sentido, compreende-se a institucionalização não sob o aspecto do interesse desse projeto na tomada revolucionária do poder político e investimento sobre o Estado, mas em suas intenções prévias. Estas intenções relacionavam-se mais com a institucionalização da Frente Sandinista enquanto movimento de vanguarda revolucionária, com a fundamentação de um novo código moral e de uma ética revolucionária e com a necessidade de fortalecer a coesão do grupo que se pretendia representar. Ou seja, com aquilo que se acreditava que produziria as condições para a tomada revolucionária.

Por fim, é necessário explicar que a análise sobre a rememoração de Sandino por Fonseca defende a ideia de que esta tenha se voltado à conformação de uma memória coletiva, em um primeiro momento, mas sempre se projetando na direção de uma memória nacional.

Toda a veiculação de um passado é mediada por portadores e receptores. Não é possível tomar o passado como um absoluto, uma vez que ele recebe olhares desde o presente. Para se detectar a configuração de determinada leitura do passado, é fundamental conhecer quem é seu portador, como esse passado se organiza e estrutura e por que motivos é expressado. De acordo com Erice (op. Cit.), o processo de construção de memórias coletivas insere-se na “dialética material das inter-relações e confrontações” (*idem, ibidem*, p. 13). Isso não determina que se exclua o tratamento da significação semântica e do caráter normativo de uma determinada memória, mas inclui esses aspectos sob a perspectiva material das inter-relações e confrontações mencionadas pelo autor.

Com base no caso do projeto político de Fonseca Amador, investiga-se, portanto, que condições mediarão o processo dialético de defesa da emergência de uma memória sandinista. Para isso, é preciso remeter ao impacto de processos como Revolução Cubana e a desestalinização soviética sobre a intelectualidade marxista nicaraguense, que fomentaram a opção por um marxismo heterodoxo alinhado à perspectiva da luta armada defendida pelo guevarismo e ao componente antissomozista que caracterizou a oposição nicaraguense na crise do somozismo, o que indica a disputa entre os projetos políticos somozista e revolucionário socialista. Nesse sentido, a aplicação da experiência de Sandino integrava o repertório de uma tradição nicaraguense, consubstanciando a afirmação da heterodoxia e de

uma revolução identificada com a história nacional. Esta relação foi apontada por Fonseca ao sugerir que se usassem “palavras do vocabulário histórico nacional” para demonstrar a radicalidade do processo e sua vinculação à realidade objetiva da Nicarágua (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: FONSECA, op. cit., Tomo I, p. 98).

Outros fatores, como o agravamento das condições de vida da população, o intenso processo de expulsão da população camponesa ocasionado pela ampliação da cultura algodoeira e a contradição entre o empobrecimento e o enriquecimento da família Somoza e dos aliados próximos da ditadura também cobraram sua importância na estruturação do uso do passado operado a partir de Sandino.

O apagamento da trajetória de luta do EDSN e de seu líder pela ditadura somozista (RAMÍREZ, 2008) orientou o projeto político de Fonseca Amador no sentido da organização e institucionalização de um esquema de memória centrado na figura e trajetória de Sandino. Em 1974, o sandinista acusou o interesse da tirania somozista em “ocultar a tradição nacional de defesa da soberania ante as agressões provenientes dos Estados Unidos” (*Presentación al documento “Refutación a las afirmaciones del presidente Taft”, 1974. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 409*) Noutro texto, Fonseca afirmou que o apagamento de Rubén Darío era efeito do “terrível dano à cultura” promovido pela ditadura por motivos políticos (*Noticia sobre Darío y Gorki, s/d. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 407*).

Entretanto, a participação política camponesa no cenário preliminar à consolidação da Frente Sandinista (SOTO, op. cit.; VILAS, 1986), por exemplo, permite que se afirme que a emergência desse esquema, centrado em Sandino, tenha sido também um produto da dialética entre memórias coletivas já existentes entre segmentos da população e o interesse de Fonseca Amador e dos demais líderes do movimento sandinista em ordenar essas memórias⁴⁶. Para isso, valia sublinhar a presença da memória de Sandino e do EDSN entre os camponeses: “No campo e sobretudo na montanha Sandino é um feito em grande medida do presente. O jovem camponês repete com respeito o relato dos mais velhos” (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976. In: FONSECA, op. cit., Tomo 1, p. 137*). Entre os operários, onde esses episódios não eram tão significativos, a aproximação se operava por meio do conteúdo de combate à exploração, para, à semelhança de Sandino, forçar os exploradores a “não

⁴⁶ Löwy (25/01/2007) atribui a Fonseca a “intuição profunda” de fundir a perspectiva marxista com a “tradição e o exemplo” de Sandino, cujo combate anti-imperialista permanecia vivo na memória, imaginação e consciência do povo. Acredita-se, entretanto, que apenas elementos desses episódios estivessem presentes na memória de setores específicos da população. Dadas essas condições, Fonseca atuou pela progressiva expansão dessa memória, mas não pela aplicação de uma tradição que “permanecia viva” entre a população.

clamarem clemência quando o povo se vingar e fizer justiça” (*Yanqui Johnson: go home, 1968. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 251*). Como elemento de vinculação ao campo marxista, Fonseca destacava que “nos documentos assinados por Sandino, palpita a simpatia por uma revolução social” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 68*).

Desse modo, não se assume que a consciência popular e o processo de organização da memória sandinista sejam dados dicotômicos e que o segundo deles se sobreponha ao primeiro e o domine, mas que sejam concepções que somente por seu entrelaçamento orgânico tenham podido servir ao reforço da coesão desse grupo. Sobre esse mesmo aspecto, Cattaruzza (2007), ao abordar a adoção da tradição gaucha pelo Estado, indica que

O Estado tentou operar sobre grupos sociais heterogêneos que liam, interpretavam, atribuíam sentidos, construíam relatos, inventavam tradições que não se alinhavam com as que lhes propunham a cultura letrada e o Estado (...) Como é evidente, colocações desse tipo se apoiam na presunção da existência de certa autonomia cultural nos setores subalternos e, simultaneamente, na observação de Baczko que insiste em que os imaginários sociais resultam em um lugar e em um objeto de conflito. (CATTARUZZA, op. cit., p. 261)

Logo, reitera-se a dinâmica dialética em que se interpõem as práticas de diversos grupos.

A diversidade de elementos de apropriação da trajetória de Sandino na liderança do EDSN diz respeito também à condição dupla de Sandino de operário e camponês. Em *Viva Sandino*, Fonseca pontuou essa associação ao qualificar Sandino como “operário de extração camponesa” (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. Cit., Tomo II, p. 42*). A seguir, o sandinista reiterou essa duplicidade operário-camponesa ao mencionar a recepção, por Sandino, das notícias sobre o desencadeamento da Revolução de Outubro, na Rússia:

Ainda que não se possa dizer que outubro tenha sido determinante no caminho que ele escolheria, é inegável que seu sensível coração operário-camponês foi cruzado pelo espírito proletário que pela primeira vez se propagou pelo planeta. (*idem, ibidem, p. 43*)

Essa condição dupla favorecia a identificação com uma parte significativa da população, quer ou não estivesse familiarizada com relatos a respeito da experiência do EDSN, em virtude do desenvolvimento desigual do processo de proletarização na Nicarágua. Vilas, ao defender essa hipótese, explica que

O desenvolvimento desigual do processo de proletarização da força de trabalho no campo e na cidade, as complexas formas de articulação da classe operária urbana com a produção mercantil simples e o pequeno comércio, bem como o forte peso adquirido nas cidades pela população não produtiva, incidiram nitidamente no modo em que será colocada e desenvolvida a questão da aliança operário-camponesa. Como se verá posteriormente, embora tradicionalmente esta aliança tenha sido pensada e impulsada como um processo urbano-rural (os operários na cidade, os camponeses no campo), na Nicarágua ela adquire as características de uma questão rural-rural, já que o proletariado agropecuário constitui a fração majoritária da classe operária. Como as condições objetivas de proletarização dos operários do campo e da indústria são diferentes, a dinâmica concreta da aliança colocará em evidência esses elementos diferenciais, introduzindo maior complexidade em seu desenvolvimento. Tudo isso no marco de um pólo urbano no qual o componente majoritário das massas trabalhadoras não proletarizadas reclama a sua parte nos benefícios de tal aliança.” (VILAS, op. cit., pp. 24-25)

Acredita-se que o projeto político de Fonseca Amador tenha expressado a questão rural-rural, uma vez que o sandinista percebeu maior incidência de efeitos da proletarização sobre os camponeses e por conta disso indicou a zona rural como espaço de proletarização (*Nicaragua Hora Cero*, 1969. In: FONSECA, op. cit., Tomo I). Sob a dinâmica rural-rural, acredita-se que a rememoração de Sandino servia novamente à coesão da população operária e camponesa em torno do projeto político revolucionário, em função da abrangência da condição dupla de operário-camponês entre a população.

Ainda que a política estatal de memória tenha força pois parte do setor dirigente, ela insere-se em disputas nas quais se expressam diversos grupos e suas interpretações do passado. Traverso (2011) assinala que o processo de emergência de memórias envolve necessariamente a agência dos sujeitos representados por essa memória e, dessa forma, há a inserção concreta numa disputa, além de inflexões decorrentes dessa dinâmica. O gradativo êxito da rememoração de Sandino logrado pelos sandinistas⁴⁷ demonstra a inegável existência dessas disputas, uma vez que essa rememoração atuou sempre em oposição à política somozista. De acordo com Novick apud Traverso (op. cit.), uma memória nunca é apolítica, uma vez que sempre reflete divisões sociais reais. O conflito por memórias é, portanto, uma dentre as expressões dessas divisões.

Defende-se também que a centralidade de memória de Sandino tenha sido um importante componente de mediação entre a população e a vanguarda. Isso porque, se tomada a extração de Fonseca Amador, percebe-se sua situação de estudante

⁴⁷ De acordo com Morlina (op. Cit.), também as CEBs contribuíram a essa propagação, ao associarem-se à FSLN no trabalho de uso político do passado de Sandino. Entre os cristãos, reiterava-se o aspecto religioso – cristão – da vida do líder guerrilheiro. Essa apropriação é interessante pois em si também produziu apagamentos, se considerada a menção de Angell (op. Cit.) à participação de Sandino na “Escola Espiritual Magnética da Comuna Universal”.

universitário no seio de uma população com muito baixo acesso à formação de nível superior. Nessa circunstância, a lembrança de Sandino poderia demonstrar potencial mediador no diálogo desse sujeito universitário com segmentos específicos da população bastante diferenciados dele. Retomando-se a característica pedagógica desse projeto político, sugere-se que Sandino, como oprimido, servia de exemplo “a si mesmo” (cfe. Freire, 1975). Sandino serviria, assim, ao diálogo dos líderes sandinistas da fase inicial do movimento, em sua maioria estudantes, com uma ampla camada da população qualificada como classe dominada.

A adjetivação de Sandino como herói nicaraguense (*Viva Sandino, s/d. In: FONSECA, op. Cit., Tomo II. Nicaragua Hora, 1969; Carta a los nicaraguenses residentes en Estados Unidos, 1973; En el X aniversario de la masacre estudiantil, 1969; Crónica secreta: Augusto César Sandino ante sus verdugos, 1972; Cronología histórica de Nicaragua 1972. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I*) convinha principalmente a dois propósitos: a identificação, nesse sujeito, dos preceitos da nova moral revolucionária; e o reforço da coesão do grupo, conforme já se mencionou. Novikova (2007) sublinha que a conclamação aos heróis nacionais contribui ao reforço da identidade nacional, fundamentalmente porque serve de elemento de coesão. O atributo é prioritário, segundo a autora, para a conformação da identidade nacional, uma vez que permite a formulação de uma verdade geral. A observação também está presente em Hobsbawm & Ranger (op. cit.), que apontam para o estabelecimento da coesão social por meio da tradição inventada. Para o presente caso, afirma-se que Sandino possa ter sido não o único, mas um dos elementos de fundamentação da identidade nacional reivindicada pelo projeto político de Fonseca Amador.

Ao mencionar a inflexão que substitui a perspectiva do herói pela perspectiva da vítima, Novikova (op. Cit.) aponta para outra possibilidade: conforme a autora, a preponderância da vítima indica a configuração do luto – que pode refluir para o silenciamento daquilo que ocasionou a vitimização ou então a reivindicação da responsabilidade daquele que a causou. Ao tratar das vítimas, a autora permite que se pense na característica oposta incorporada pela conclamação dos heróis. No caso da lembrança de Sandino, a opção pelo heroísmo está inserida e uma conjuntura de embates antiterroristas e anti-imperialistas em que ainda não se assumiu a preponderância da perspectiva da vítima. Diante das alternativas armadas e revolucionárias que ganharam impulso na América Latina com a eclosão da Revolução Cubana, analisa-se que a figura da vítima, cabível a um processo de luto, seria menos relevante do que a figura do herói, orientada para o reforço ou

revigoramento da mobilização popular. Por isso, Fonseca atrelava a nomeação dos heróis patrióticos e nacionais ao comprometimento da população com a vingança da “pátria humilhada” (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios, 1968. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 69*) e do sacrifício desses heróis por uma Nicarágua livre, digna e revolucionária (*Con la sangre de nuestros mártires construiremos un futuro feliz, 1969. In: idem, ibidem, p. 258*). Atender ao chamado para também sacrificar-se habilitaria os nicaraguenses a ser considerados “filhos autênticos de uma terra de heróis” (*Carta a los nicaraguenses residentes en Estados Unidos, 1973. In: idem, ibidem, Tomo I, p. 155*).

É possível atribuir outras características a essa identidade nacional com base em sua opção pelas figuras tomadas como heroicas, a saber a ideia de missão – ou legado, termo mais característico no projeto político de Fonseca Amador – e a composição de uma relação em que a figura do “outro” é central como elemento de estruturação da solidariedade social. Como já mencionado, a conformação de uma memória de combate tem relação com a reivindicação de figuras heroicas. É válido sublinhar que, para Erice op. Cit.), a apresentação de episódios trágicos pode ser feita de modo a configurar esses episódios como prelúdios da regeneração ou recuperação nacional. Essa característica esteve presente nas menções de Fonseca ao sacrifício dos heróis e à necessidade de, por meio de sacrifícios semelhantes, demarcar um espaço de transformação.

A configuração do outro atende também ao interesse de estabelecer uma relação de diferença na qual devem sobressair elementos favoráveis à memória ou aos grupos que se deseja fortalecer. Um bom exemplo dessa prática é citado por Traverso (op cit.), ao mencionar o caráter não-ocidental com que é tratado o Holocausto sob a perspectiva de um ocidente caracterizado por seu liberalismo. Ao apontar para o Holocausto como uma prática não ocidental – e não-liberal, sob essa leitura -, veem-se reforçados os princípios liberais do Ocidente. Ou seja, favorece-se essa perspectiva com base numa instrumentalização da memória do Holocausto. Nesse sentido percebe-se a importância de demarcar limites precisos entre um projeto e outro sempre que se quer fazer predominar um deles no âmbito da disputa política. No caso presente, identifica-se o imperialismo ou o somozismo como antíteses do sandinismo e, precisamente no campo da memória, reivindica-se figuras heroicas para operar o contraste que permite que se vejam as figuras opositoras. Além de uma prática concreta e cujas dimensões extrapolam em grande medida o campo da memória, essa atitude

no âmbito da memória diz respeito a identificar e caracterizar o outro para qualificar a si mesmo.

Além das menções a Sandino, Fonseca incluía no rol de heróis nacionais e sujeitos exemplares Camilo Torres, Che Guevara (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I), o liberal José Santos Zelaya e o poeta Rubén Darío (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: *idem, ibidem*, Tomo I), por exemplo. A enumeração desses sujeitos parece ter sido, por conseguinte, uma estratégia diretamente relacionada ao “outro”, incorporado, no projeto de Fonseca Amador, pela dominação colonial histórica, pelo intervencionismo, pelo imperialismo estadunidense, que eram os elementos contra os quais lutavam todos esses sujeitos, em maior ou menor medida.

A qualidade heroica desses sujeitos foi, portanto, um dos instrumentos mobilizados para substanciar um projeto anti-imperialista. Sua relevância no projeto também permitiu a Fonseca Amador legitimar a opção por uma heterodoxia marxista, centrada no rechaço à diretriz soviética de internacionalismo e renúncia à luta armada. Proclamando a necessidade de uma revolução entremeada por demandas especificamente nicaraguenses, o reforço de figuras heroicas que pudessem amalgamar parte desse ideal de revolução correspondia ao fortalecimento da identidade nacional.

Ao defender a difusão de um ideal de patriotismo nicaraguense, o autor buscava ilustrar a importância de uma reformulação no repertório cultural da sociedade nicaraguense, em especial no âmbito da classe dominada. Considerando que patriotismo e libertação nacional eram entendidos como condições recíprocas, Fonseca valeu-se da ênfase aos “patriotas revolucionários da América Latina”, que em seus países haviam sustentando batalhas pela libertação nacional (*Yanqui Johson, go home*, 1968. In: *idem, ibidem*, Tomo I).

A ideia de legado relaciona-se objetivamente à formação da identidade nacional, na medida em que, para o êxito dessa construção, é preciso consolidar a consciência histórica em torno de um passado compartilhado, um destino coletivo convertido “em história”, conforme Erice (op. cit.). Nesse sentido, a composição de um vínculo com uma figura que legava uma missão atuava em duas direções, no projeto de Fonseca Amador. Na primeira delas, agia em relação a uma leitura do passado, ao estimular a construção de uma identidade nacional centrada em iniciativas como as de Sandino, qualificando-as como heroicas e patrióticas e exaltando seu conteúdo anti-imperialista e popular. Desse modo, o passado compartilhado

vinculava-se à perspectiva de oposição combativa e, por consequência, oferecia amparo ao projeto revolucionário.

Na segunda direção, oferecia uma normativa de ação voltada ao futuro revolucionário. Sob esse ponto, pode-se abordar a opção de Fonseca Amador por corporificar os preceitos da moral revolucionária em Sandino. Nesse sentido, o resgate de influências e memórias, sob as reivindicações de legado e continuidade, foram importantes. Ao tratar os processos de restauração seletiva do passado, Hobsbawm (2004) elenca a moralidade como exemplo de restauração concreta: por meio desse processo, busca-se a reconstituição de certo código moral. É perceptível como, por meio dessa reconstituição, Fonseca traça uma relação de restauração da tradição nacional, obstruída pela morte de Sandino. Rosas (2001) explica que o mito palingenético, ou “mito do recomeço”, interrompe a “decadência nacional” contida no modelo político que se quer combater⁴⁸. A questão se relaciona a outro mito enumerado pelo autor, segundo o qual o regime ou projeto político que se quer instituir não é apenas mais um projeto, mas um projeto identificado com a retomada “do verdadeiro e genuíno curso da história pátria” (ROSAS, op. cit., p. 1034). Jaime Wheelock, membro da Direção da Nacional da FSLN, assim caracteriza a relação da população com a revolução: “a revolução foi o encontro do povo consigo mesmo. A Nicarágua teve, pela primeira vez, a possibilidade de ser a Nicarágua. Porque antes não o era.” (INVERNIZZI; CEBÉRIO; PISANI; op.cit., p. 28).

Valores como nacional e antinacional ou patriótico e antipatriótico foram imprescindíveis à composição da moral revolucionária. Em texto de 1975, Fonseca elaborou brevemente os dados da moral nova e superior que deveria ser sustentada pelo sujeito revolucionário, em oposição à moral antinacional capitalista. Figuravam entre eles a modéstia, a sinceridade e o fraternal respeito (*Síntesis de algunos problemas actuales*, 1975. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I, p. 112). Também a vingança da traição e das humilhações à pátria era elencada como sinal da dignidade do homem novo e como homenagem aos mártires, além de instituir um elo de compromisso com a revolução. A lembrança de Sandino expressou esse modelo de moralidade revolucionária, oferecendo a trajetória do líder guerrilheiro como exemplo de comportamento político e moral revolucionários.

As menções de Fonseca a Ho Chi Minh, líder do processo vietnamita⁴⁹, também

⁴⁸ O objetivo do trabalho de Rosas é refletir sobre a constituição de mitos ideológicos úteis à fundamentação do Estado Novo português. Ainda assim, a análise do autor é útil à presente abordagem em função da descrição desses mitos.

⁴⁹ Ho Chi Minh liderou o Viet Minh, frente anti-imperialista de caráter marxista que proclamou, em 1945, a República Democrática do Vietnã. Ao fato seguiu-se a luta pela descolonização de todo o território vietnamita,

aludiam a esse aspecto. O heroísmo, abnegação e consciência do vietnamita foram enumerados como expressões exemplares da moralidade revolucionária (*Continuemos o exemplo do imortal Ho Chi Min*, 1969. In: FONSECA, op. Cit., Tomo I). Mais que isso, no entanto, a exemplaridade de Ho Chi Minh sugeria a indissociabilidade entre a moral do sujeito revolucionário e seu compromisso com a libertação nacional, assim como ocorria com Sandino. Logo, a conclamação dessas características cumpria um papel importante na expressão do que era tido como nacional e, por oposição, no desígnio do que era antinacional. No Prólogo ao livro *De Sandino ao Triunfo da Revolução* (LOZANO, op. cit.), Sergio Bagú relata essa relação:

Jamais é somente o invasor estrangeiro o que atua, mas também é o cúmplice nativo quem, desde datas distantes do século anterior, abre-lhe a porta e compartilha o botim. Este último fator acentua mais ainda o caráter de reivindicação nacional que adquire o movimento, porque neste caso o nacional se vive não como uma indiscriminada irmandade dentro dos limites territoriais mas como objetivo de purificação interna, de ética superior da convivência (BAGÚ, 1985, p. 9)

Sobre a importância de figuras exemplares na conformação de uma identidade nacional, Erice explica:

Na transmissão da História nacional ou da imagem identitária do passado, quase sempre cumprem uma função relevante os personagens exemplares. Tal como assinala Bellah, os ideais de uma comunidade de memória “são exemplificados nos homens e mulheres destacados” que pertenceram ou pertencem a ela, heróis ou heroínas, “santos e mártires que definem sua identidade”. É preciso ter em conta ademais a dificuldade de explicar às crianças ou a um auditório pouco formado os processos históricos baseados em determinações e forças impessoais. (ERICE, 2014, p. 18)

Além de estabelecer um laço de coesão com os nicaraguenses para os quais se volta o projeto político de Fonseca Amador, acredita-se que a rememoração de Sandino tenha embasado a constituição de um vínculo de pertencimento com um passado determinado – cuja continuidade é um dado da missão revolucionária – e, por fim, que esse sujeito tenha tido papel definidor de uma identidade coletiva.

A abordagem de Erice (op. Cit.) permite também que se questione em que medida a corporificação de um passado na rememoração de Sandino tornou didáticos os fundamentos

da qual decorreu a formação da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul. A presença estadunidense no Vietnã do Sul, incrementada pela preocupação com o avanço do comunismo, provocou novo conflito entre 1961 e 1973. A vitória do Vietnã, segundo Visentini (2013), “só foi possível porque a guerra representou a expressão nacional de uma revolução social” (VISENTINI, op. cit., p. 227).

da luta revolucionária que Fonseca Amador reivindicava. No decorrer do desenvolvimento de seu projeto político, o sandinista atribuía frequentemente um “baixo nível político” às massas. Entendia, por consequência disso, que o movimento sandinista precisava centrar esforços nas tarefas de educação política. A rememoração de Sandino pode ter contribuído a esses esforços, uma vez que personificava as condições de desenvolvimento do processo histórico ao qual se pretendia “dar continuidade”. Além disso, Sandino relacionava-se à tarefa de educação política na medida em que, para Fonseca,

na educação política de nossa militância e de nosso povo, temos que utilizar em uma medida ainda maior do que no passado os textos revolucionários que representantes de nosso povo emitiram no curso de nossa tradição histórica. (*Síntesis de algunos problemas actuales, 1975. In: FONSECA, op. cit., p. 116*)

Também sob o quesito da reabilitação de uma memória, é válida a menção de Traverso (2011) a componentes explicativos da obsessão memorialista na contemporaneidade. De acordo com o autor, essa obsessão – que não se pretende atribuir ao objeto – é produto de uma crise de transmissão de experiências. O que interessa à abordagem é precisamente a caracterização da oposição entre experiência transmitida e experiência vivida, tal como abordada por Benjamin (apud Traverso, op.cit., p. 15). Traverso pontua que, ao passo que a experiência transmitida possui dimensão coletiva e identitária, a experiência vivida, predominante na contemporaneidade, possui dimensão individual. Acredita-se que a ideia de uma experiência transmitida possa ser atribuída ao projeto político de Fonseca Amador como uma intenção. Buscando estabelecer um vínculo com um passado de modo a constituir também um elo identitário, acredita-se que a rememoração de Sandino tenha contribuído ao interesse de conformação de uma experiência transmitida, com potencial integrador e identitário.

Sob a hipótese de que Sandino constituía, nesse projeto político, uma significação múltipla no âmbito da construção de uma memória coletiva, avança-se sobre outro ponto abordado por Erice: a execução de políticas de memória pelo Estado. Nesse sentido, pode-se compreender, por um lado, em que disputas se inseria o projeto político de Fonseca Amador no decorrer de sua atuação política e, por outro como era formulada a política de memória desde o Estado. A estratégia de apagamento da memória de Sandino tornou-se um postulado da política de memória aplicada pelo somozismo. Erice (op. cit.) pontua que o Estado é um agente poderoso que pode hierarquizar e silenciar memórias. Orlandi (2015)

explica que a memória institucional cristaliza e estabiliza memórias, ao passo em que o esquecimento por ela proporcionado torna possíveis a emergência da diferença e da ruptura. Do mesmo modo, a autora salienta que toda formação social tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinados: além de regulada, a interpretação é desigualmente distribuída na formação social.

A rememoração de Sandino pelo projeto político de Fonseca Amador sinalizava para o silenciamento da memória do EDSN pela ditadura. Por consequência disso, a reivindicação dessa memória contrapunha-se explicitamente à política de memória vigente, o que determinava sua centralidade e o interesse em estruturá-la para que fosse consistente diante de uma disputa que envolvia não somente a reivindicação de um espaço ou de um direito histórico, mas os sentidos da nação.

Considerando-se a abordagem de Erice (op. cit.) é possível sugerir que a rememoração defendida por Fonseca Amador conformava uma identidade sub-estatal que, no entanto, visava à projeção nacional. De acordo com o autor, os conflitos de memória situados dentro dos limites de um país podem também originar-se em diferentes interpretações do passado, que por sua vez são derivadas de distintas ideologias ou estratégias políticas. Postula-se que o caso analisado encontra relação no apontamento do autor, para quem os conflitos de memória “Nunca ou quase nunca estão ausentes dos combates políticos, das fraturas culturais profundas ou das lutas de classes” (Erice, op. cit., p. 25). Era perceptível, no projeto político de Fonseca Amador, a caracterização das dimensões de classe, política e cultural. Em primeiro lugar, porque este projeto fundava-se sobre um referencial marxista e priorizava o setor da população que poderia ser qualificado como proletário, como classe dominada ou como classe operária e camponesa (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionários, 1968; Nicaragua Hora Cero, 1969; Síntesis de algunos problemas actuales, 1975; Notas sobre la montaña y algunos otros temas, 1976; Mensaje al pueblo, 1970. In: FONSECA, op. Cit. Tomo I*). Em segundo, porque essa dimensão assumia características políticas e culturais. Dentre as características políticas, estava o teor da revolução proposta. Dentre as culturais, o desejo de estimular uma mudança no repertório cultural da população. Em ambos, a rememoração de Sandino inseria-se como peça fundamental de promoção da mudança.

Entretanto, Erice sublinha também a dimensão internacional de possíveis conflitos de memória, quando a “história se converte então em arma para a afirmação própria contra o

inimigo externo” (*idem, ibidem*, p. 25). A relação desse projeto com a figura de um inimigo externo manifesta-se especialmente no rechaço ao intervencionismo estadunidense. A afirmação própria, nesse caso, encontrou na memória de Sandino ilustração do ideal anti-imperialista expresso no projeto político.

Cattaruzza (op. Cit.) apresenta pontos que contribuem a uma visão panorâmica da rememoração da Sandino e da centralidade de determinados símbolos na conformação de uma identidade nacional. Ao abordar a relação entre a figura do *gaucho* e da nacionalidade argentina, o autor pontua diversos aspectos cabíveis ao presente objeto. Em primeiro lugar, afirma que o *gaucho*, em dado momento da história argentina, passou a ser considerado um tipo social genuíno e representante da “argentinidade”. Este símbolo, gradualmente fortalecido até ser assimilado pelo Estado nacional, é assumido pelo autor como detentor de elementos cruciais para a constituição de identidades nacionalmente abrangentes. Isso porque, segundo Cattaruzza, além de um arquétipo da nacionalidade,

a invenção do gaucho pode ser lida como expressão de uma resistência cultural, tênue e incerta, que anunciava a organização de identidades alternativas à proposta pelo Estado e desde os setores ilustrados. A história argentina posterior impede, sem dúvida, atribuir a essa identidade diversa um caráter disruptivo frente a ordem política e social estabelecida. (CATTARUZZA, op. cit., p. 229)

O autor trata dois pontos que em grande medida se relacionam às hipóteses postuladas nessa análise. Em primeiro lugar, a particularidade arquetípica de um tipo social: supõe-se, pelo projeto de Fonseca, que Sandino era a melhor e mais representativa opção arquetípica para um projeto nacional com pretensões populares. Sua origem, fenótipo, sua extração camponesa somada à experiência operária. Como o *gaucho*, assume-se a importância de um símbolo com o qual possa haver identificação de parte significativa da população, de modo que esse símbolo se possa constituir em chave nacional.

Em segundo lugar, e conforme já se tratou sob o aporte de outros autores, a questão da resistência cultural – e política – mediada pela escolha do símbolo. Nesse sentido, retoma-se o argumento do potencial transformador do símbolo alternativo ao estruturado pelo Estado. O caráter disruptivo do fator identitário de que fala Cattaruzza é um fator que pode ser analisado à luz do conceito de ondas de pensamento de Devés-Valdés (1997).

De acordo com Devés-Valdés (op. cit.), o pensamento latino-americano, desde o início do século XIX, oscilou entre a busca por modernização e a reivindicação ou reforço da identidade. A sucessão de ondas de pensamento, ora modernizadoras, ora identitárias, se

orienta pela dinâmica interna dos territórios, assim como por fatores externos. O projeto político de Fonseca Amador está situado, conforme a periodização de Devés-Valdés, numa onda identitária, que em muito é influenciada pela eclosão e desenrolar da Revolução Cubana. Outros elementos, como o intervencionismo estadunidense e a simultaneidade de processos de libertação nacional na América Latina, Ásia e África, por sua vez diretamente relacionados a essa mesma política intervencionista, também são bons exemplos de componentes desencadeadores dessa onda. O que se deseja sugerir é que, possivelmente, todas as ondas de pensamento identitárias tenham se expressado enquanto reações a mudanças nas dinâmicas interna e externa dos países nos quais se verificaram. Desse modo, é possível afirmar que todas elas visaram à ruptura em menor ou menor grau.

Devés-Valdés (op. cit.) enumera características para as ondas identitárias. Dentre elas, destacam-se 1.a reivindicação e defesa do americano, latino, indígena – ou seja, do particular; 2.a valorização do cultural e do humanista em detrimento do tecnológico; 3.o rechaço ao intervencionismo dos países mais desenvolvidos, comumente contidos na reivindicação de independência e libertação; 4.a defesa a uma maneira peculiar de ser, que é distinta da dos países mais desenvolvidos (DEVÉS-VALDÉS, op cit., p. 14). Com base nesses elementos, e sob a hipótese de que a ruptura é um elemento inerente às ondas identitárias, é possível avançar sobre o conteúdo da lembrança de Sandino. Acredita-se que a centralidade dessa lembrança tenha partido da identificação, por Fonseca, de um ícone identitário na figura de Sandino e um tipo social capaz de amalgamar os componentes de uma identidade alternativa e expressiva da particularidade latino-americana e nicaraguense. Além disso, um ícone capaz de estabelecer uma posição específica nas disputas políticas em que se inseria o projeto de Fonseca Amador e de reforçar a característica de classe nele assumida.

Afirma-se que a apropriação da trajetória e da figura de Sandino pelas classes dominadas na Nicarágua, que era uma intenção objetiva do projeto político de Fonseca Amador, tenha se dado por motivos análogos aos relatados por Cattaruzza em relação à apropriação do *gaucho* na Argentina. Conforme o autor, a apropriação se deu pela identificação com os valores, costumes e representações dos quais a tradição gauchesca era portadora e pelo potencial destes elementos na construção de uma identidade popular que, na visão das elites, remetia a um passado considerado atrasado. Tal como nesse caso, a apropriação correspondeu a um interesse objetivo de demarcar posição na disputa política e social. Esse dado da reflexão de Cattaruzza aponta também para a necessidade de se conhecer

a situação histórica do sujeito elevado a símbolo. Aplicada ao presente caso, a investigação desse dado culmina na conclusão a respeito da relevância do embate travado por um operário camponês em um cenário de intervenção explícita e da possibilidade de essa memória servir como elemento de reforço da identidade de classe e do antissomozismo e anti-imperialismo populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nicarágua vivencia, em 2018, o desencadeamento de uma série de protestos. A mobilização popular agravou-se desde que o governo de Daniel Ortega, em seu terceiro mandato como presidente, tentou aprovar uma reforma da previdência que previa uma diminuição de 5% nas aposentadorias e a elevação progressiva nas cotas tributárias de empresas e trabalhadores, com incidência de maior porcentagem para as empresas⁵⁰. A reforma foi justificada pelo governo como alternativa aos riscos de falta de liquidez para os pagamentos.

A apresentação do projeto de reforma da previdência foi recebida com protestos, especialmente entre os estudantes. Desde abril de 2018, a autoria da repressão aos atos, que vem provocando mortes e pessoas feridas, divide opiniões: por um lado, imputa-se a culpa à polícia do Estado; por outro, responsabiliza-se a prática de grupos paramilitares financiados pelos EUA e pela oposição a Ortega. Há ainda quem atribua a violência a grupos paramilitares vinculados a Ortega e à FSLN.

Em 2 de agosto de 2018, em virtude da permanência dessas circunstâncias, a OEA criou uma comissão especial para tratar da situação da Nicarágua, com a aprovação de vinte países e os votos contrários de São Vicente e Granadinas, Venezuela, Bolívia e da própria Nicarágua⁵¹. A medida fomentou as críticas de parte do campo da esquerda à intervenção e financiamento dos EUA sobre os protestos⁵².

A intervenção dos EUA sobre a Nicarágua de fato ocorre e não é uma novidade nas relações históricas entre os dois países. A eleição de Donald Trump, em 2016, favoreceu essa política, incluindo a aprovação pelo Congresso estadunidense do “*Nica Act*”, que determinou restrições a empréstimos solicitados pela Nicarágua junto a organismos internacionais⁵³ e anunciou corte de recursos vinculados a acordo bilateral firmado entre os países⁵⁴. As interferências são justificadas pelo rechaço ao processo eleitoral de 2016, que culminou no

⁵⁰<https://www.telesurtv.net/telesuragenda/gobierno-reforma-seguro-social-inss-nicaragua-20180420-0058.html>. Acessado em 03/08/2018.

⁵¹<https://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/471230-oea-gobierno-nicaragua-crisis/>. Acessado em 03/08/2018.

⁵²<https://www.telesurtv.net/news/ministro-nicaragua-denis-moncada-rechaza-eeuu-20180802-0055.html>. Acessado em 03/08/2018.

⁵³<https://www.laprensa.com.ni/2016/09/21/politica/2104067-congreso-estadounidense-aprueba-sanciones-contr-el-gobierno-de-ortega>. Acessado em 03/08/2018.

⁵⁴<https://www.laprensa.com.ni/2017/05/25/politica/2235231-trump-envia-mensaje-ortega-recorte-ayuda>. Acessado em 03/08/2018.

terceiro mandato de Daniel Ortega. Analistas políticos, no entanto, vinculam as medidas ao interesse na desestabilização do governo de Ortega. Tal interesse pode ser explicado por procedimentos que alinham a Nicarágua a outros países e blocos não identificados com as políticas dos EUA. Dentre as medidas, estão a instalação de uma base russa no território nicaraguense em 2017, justificada pelo combate ao narcotráfico⁵⁵, negociações com capital privado chinês para a construção de um canal interoceânico com maior potencial do que o do Panamá⁵⁶ e que favoreceria o interesse da China em ampliar o volume de compra de petróleo latino-americano (especialmente venezuelano) e, ainda, a aliança de Ortega com os países componentes da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – ALBA -⁵⁷.

No entanto, outro ponto interessa mais a essa análise. Há desacordos na esquerda nicaraguense em relação às direções tomadas por Ortega na presidência. Dissidentes do sandinismo, como Monica Baltodano e Dora María Tellez pontuam o ancoramento do crescimento econômico em capitais externos, a ausência de transformações estruturais e a violação de direitos humanos⁵⁸. Outros sandinistas, vinculados ao governo de Ortega, conclamam à unidade em torno do projeto vigente como caminho para o cessar da violência⁵⁹. Um elemento está presente em ambos: as disputas pelo legado da Frente Sandinista, e assim também a “herança” de Fonseca Amador.

Se, em 1980, Humberto Ortega, irmão do atual presidente e também membro da Tendência Insurrecional, apagou Fonseca da cronologia que estabeleceu para a história da FSLN⁶⁰, atualmente realizam-se homenagens anuais ao aniversário do sandinista. Também se afirma a adesão e manutenção do modelo revolucionário defendido por Fonseca: em 2016, logo após o processo eleitoral que deu início ao terceiro mandato de Daniel Ortega, o presidente declarou que a melhor homenagem a Carlos Fonseca era poder dar continuidade a seu projeto revolucionário⁶¹. Desde a oposição, reitera-se que o projeto de Fonseca foi

⁵⁵<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40352903>. Acessado em 03/08/2018.

⁵⁶<https://www.scmp.com/news/world/americas/article/2134250/nicaraguas-us50b-rival-panama-canal-going-ahead-slowly-funding>. Acessado em 03/08/2018.

⁵⁷A Alba foi formalizada em 2004 por Hugo Chávez e Fidel Castro. Além de Cuba e Venezuela, também integram o bloco Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, San Vicente y Las Granadinas, Antígua y Barbuda, Santa Lucía, San Cristóbal y Nieves y Granada. A associação da Nicarágua à Alba se deu em 2007.

⁵⁸<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/e-preciso-resgatar-sandinismo-na-nicaragua-diz-a-ex-comandante-monica-baltodano/19062018/>; <http://www.envio.org.ni/articulo/1404>. Acessados em 03/08/2018.

⁵⁹<http://www.resumenlatinoamericano.org/2018/04/26/nicaragua-comandantes-y-ex-guerrilleros-llaman-a-la-paz-y-la-estabilidad/>. Acessado em 03/08/2018.

⁶⁰A cronologia é produto de entrevista concedida por Ortega a Martha Harnecker e se transformou no livro “50 anos de luta sandinista”.

⁶¹<http://www.lavozdelsandinismo.com/nicaragua/2016-11-08/mejor-homenaje-carlos-fonseca-decirle-hermano-te-estamos-cumpliendo/>. Acessado em 03/08/2018.

distorcido pelo governo de Daniel Ortega. Baltodano assim sintetiza a transformação operada na FSLN:

O que aconteceu é que esse instrumento, esta organização, chamada Frente Sandinista, que foi primeiro uma organização guerrilheira, passou a ser uma organização no poder, e depois da derrota eleitoral teve mudanças muito dramáticas que nos levaram a afirmar que uma base, uma parte importante da base sandinista, seguiu sendo uma base revolucionária, seguiu sendo uma base com aspirações de mudanças mais profundas. A direção do movimento sofreu transformações, uma parte dela transformou-se em empresários, donos dos meios de produção e políticos ao estilo tradicional. Portanto seu trabalho, sua ênfase, passou a ser o controle de espaços de poder. Mas não para o benefício da população, mas sim para o benefício de grupos minoritários, dominantes econômicos, que estão utilizando a FSLN como uma escada para atingir suas ambições pessoais. Por isso, dizemos que esta não é mais a FSLN que Carlos Fonseca fundou. (BALDODANO, 12/01/2007)

Baltodano afirma ainda que “Muitos de nós têm a certeza de que se Carlos não houvesse morrido em 1976, outro seria o destino da Revolução e da Frente Sandinista” (BALDODANO, 2011, Tomo I, p. 7), o que possibilita que se afirme que, para a oposição dissidente da FSLN, houve uma degeneração do processo revolucionário, iniciada pela morte de Fonseca e que culminou com a derrota eleitoral em 1990⁶².

O que se depreende dessas manifestações é a associação de Fonseca com a perspectiva revolucionária do processo e uma quase equivalência entre o sandinista e a FSLN, na qual, não poucas vezes, Fonseca é qualificado como o “pai” da revolução⁶³. Logo, dos grupos em disputa pelo “legado revolucionário”, aquele que sobreviver legitima-se enquanto continuador do processo, garantindo a aglutinação da esquerda sob essa premissa. A afirmação da continuidade da luta pelos grupos de oposição a Ortega também contribui para que estes defendam sua distinção em relação ao governo, tal como Fonseca o fez ao afirmar uma oposição entre Sandino, como sujeito da nacionalidade, e os grupos antinacionais no projeto de Fonseca.

⁶² A FSLN foi derrotada nas eleições de 1990 por Violeta Chamorro, cujo governo privatizou um número significativo de propriedades estatizadas pela revolução, além de suprimir a censura e reduzir o exército. O fracionamento da FSLN foi impulsionado pela derrota eleitoral. O Movimento Renovador Sandinista, integrado por Baltodano e formalizado em 1995, foi um dos grupos que decorreu dessa cisão. Apesar de pontuar a leitura feita por esses opositores, acredita-se que para a derrota eleitoral da Frente – e mesmo para sua suposta degeneração – tenham concorrido fatores importantes como as severas dificuldades econômicas que se sucederam ao fim da ditadura somozista, a fuga de capitais associada ao triunfo da revolução e os efeitos devastadores da estratégia de contrainsurgência financiada pelos EUA. De acordo com Vilas (1986), mais do que obstáculos à transição ao socialismo, a Revolução Sandinista enfrentou dificuldades na transição ao desenvolvimento.

⁶³ <http://conicyt.gob.ni/index.php/2017/06/26/celebran-natalicio-del-padre-de-la-revolucion-popular-sandinista/>; <https://www.migob.gob.ni/ministerio-de-gobernacion-celebra-81-aniversario-del-natalicio-del-comandante-carlos-fonseca-amador/>. Acessados em 20/09/2018.

Politicamente, Ortega e Fonseca se distinguíam precisamente no ponto que caracterizava a Insurrecional: a defesa da ampliação da base da FSLN. Como se descreveu no primeiro capítulo desse trabalho, a Insurrecional apoiava a aproximação entre a Frente e elementos burgueses da sociedade nicaraguense e foi protagonista nas negociações que permitiram a emergência de uma estratégia de ampla unidade nas fileiras da FSLN. Pode-se concordar com Secco (op. cit.), para quem essa estratégia foi produto da reflexão mais acertada dentre as tendências, mas também pode-se questionar em que medida essa ampliação de base expressou os limites da revolução, uma vez que foi justamente pela via da aproximação com a burguesia que Ortega consolidou seu governo ao longo dos últimos três mandatos. Nesse ponto, se expressa a origem de uma diferença entre Ortega e os dissidentes sandinistas que, na década de 1970, integraram outras tendências que não a Insurrecional, além da distinção objetiva entre Fonseca e Ortega.

Essa leitura contribui a que se perceba a impossibilidade de identificar no atual governo da Nicarágua intenções de transformação estrutural tais como as que vislumbrava Carlos Fonseca. Ainda que o governo de Ortega tenha sido bem-sucedido na manutenção e desenvolvimento de políticas sociais e redistributivas, por exemplo, sua vinculação com Fonseca carece de organicidade. Torres-Rivas é categórico na crítica à administração de Ortega. Segundo ele, as manobras de aproximação de Ortega com a direita liberal e antissandinista que culminaram na assinatura do Pacto Ortega-Alemán em 2000⁶⁴, indicam que

A soma de anedotas define um candidato revolucionário por seu passado, mas que apregoa o esquecimento para o presente eleitoral. Somente com a herança não se podia ganhar. Foram tantos e tão sistemáticos os gestos de mudança que ao final se transformaram em caretas” (TORRES-RIVAS, 2007, p. 8).

Nesse mesmo sentido, Toussaint (2018) sublinha a privatização do setor energético - nacionalizado logo após 1979 pelo governo revolucionário - e da indústria pesqueira, além de

⁶⁴ O pacto garantiu a libertação de Arnoldo Alemán, membro do Partido Liberal Constitucionalista, que se encontrava preso por crimes de corrupção. De acordo com Maciel (2018), por meio do pacto efetivou-se um controle bipartidário das principais instituições estatais, incluindo o Consejo Supremo Electoral (CSE), a Corte Suprema de Justicia (CSJ) e a Contraloría General de la República. O autor sublinha que o acordo “praticamente consumou uma completa autonomia do Estado em relação à sociedade, em uma lógica de apropriação e manutenção das esferas formais de poder” (MACIEL, op. cit., p. 188). Para Baltodano (*apud* TOUSSAINT, 2018), o pragmatismo econômico e a aproximação de Ortega com o Conselho Superior da Empresa Privada – COSEP – são exemplos de que “Ortega e seu grupo não estão com o grande capital por conveniência tática. Estão com o grande capital, porque agora eles próprios se tornaram um importante grupo capitalista” (BALDODANO *apud* TOUSSAINT, op. Cit.).

medidas como a articulação para a proibição total do aborto – incluído como artigo no Código Penal de 2008 – e o recuo ideológico produzido pela aproximação com a Igreja, especialmente na figura do Monsenhor Miguel Obando y Bravo, historicamente antissandinista.

A partir daí demonstra-se os limites de um projeto ancorado não mais em um alinhamento burguês subordinado ao plano revolucionário – como ocorreu na década de 1970 -, mas em uma conciliação de interesses em que o peso do projeto político liberal, da burguesia e de capitais externos cobrou mais relevância. A constatação, entretanto, não responde ao desafio de avaliar se, diante da reiterada intervenção dos EUA na Nicarágua, o governo de Ortega ainda é a melhor alternativa diante da ameaça de um governo plenamente alinhado com a política externa estadunidense.

Por outro lado, a análise da questão nacional no projeto de Fonseca demonstra que houve organicidade entre as práticas recomendadas por ele e o referencial de luta de Sandino e do EDSN, ainda que tenha havido diferenças não menos significativas. Entre as semelhanças, destaca-se a aplicação do valor patriótico como fator de aglutinação, de unidade nacional e de expressão de uma nacionalidade anti-imperialista: como fator de aglutinação, o patriotismo favoreceu, em ambos projetos, a inclusão de sujeitos cuja situação de classe diferia da de operários ou camponeses. Já em relação às demais características, o patriotismo veiculava o comprometimento com as consignas da libertação nacional e do fim da intervenção estrangeira. O compromisso com a representação da classe dominada também esteve presente em ambos: em Sandino, mais por sua própria condição de operário e camponês do que pela expressão de um projeto revolucionário; em Fonseca, pela formulação objetiva de um projeto em defesa do fim da exploração dos trabalhadores.

Sandino e Fonseca se distanciaram, entretanto, pelo aprofundamento que permitiu ao sandinista exclamar o conteúdo revolucionário e socialista de seu projeto, afirmar o marxismo em suas proposições e atuar com a atribuição pedagógica própria de um intelectual revolucionário. A centralidade da educação política no projeto político de Fonseca foi outro dos desenvolvimentos que não couberam a Sandino, ainda que o perfil operário e camponês, as estratégias e as formulações do líder do EDSN tenham servido como diretrizes educativas. A partir de Sandino, Fonseca podia exemplificar as condições de exploração dos trabalhadores, além de demonstrar a permanência das intervenções e interesses estrangeiros na Nicarágua. Podia também vincular ao líder operário-camponês a “tradição de luta” que

queria reproduzir na população.

Esses dados informam da importância que o uso político da trajetória e das formulações políticas de Sandino tiveram no projeto de Fonseca. Em primeiro lugar, por sua caracterização enquanto herói nacional, que serviu ao propósito de oferecer um modelo da moralidade revolucionária reivindicada no âmbito desse projeto. Sob essa mesma lógica, Fonseca estendeu a revolução aos setores cristãos vinculados à Teologia da Libertação, fundamentais à expansão da Frente na década de 1970. Enquanto identificava o setor social-cristão como outro dos disfarces político-partidários da penetração capitalista na Nicarágua (*Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios*, 1968. In: FONSECA, op. cit., Tomo I), Fonseca defendia a fusão entre católicos progressistas e sandinistas. Sob o argumento da “defesa dos humildes” associada ao cristianismo primitivo, o sandinista pontuava a moralidade revolucionária contida em sujeitos como o sacerdote colombiano Camilo Torres, cuja atuação associava catolicismo e guerrilha (*idem, ibidem*). O “radicalismo do Jesus histórico” (VILLASEÑOR, op. cit., 197) autorizava a cooperação entre a FSLN e as Comunidades Eclesiais de Base organizadas pelos teólogos da Libertação, cuja importância residia no alcance destas últimas, que atingiam precisamente os espaços populares nos quais a Frente demorou a chegar.

Assim como a associação entre cristianismo e sandinismo, a pretensão de criar uma identificação entre Sandino e a população ilustrava a configuração do sujeito revolucionário pretendido nesse projeto. A lembrança de Sandino importava, em primeiro lugar, à coesão da população em relação à dimensão de classe e à condição dupla de operário e camponês do líder do EDSN, que mediou de maneira ideal a interlocução de Fonseca e da Frente com a população. Essa característica foi fundamental à intenção de agrupar a população sob a liderança da FSLN, especialmente para facilitar o contato entre um movimento eminentemente estudantil - em sua fase inicial - e uma população de característica camponesa e, em menor grau, operária. Para além disso, acredita-se que essa aproximação tenha propiciado a identificação dos sandinistas com esse projeto político, ao reafirmar a continuidade existente entre o EDSN e a FSLN e influir sobre as opções táticas do processo – centradas na guerrilha – e sobre seu caráter de defesa da soberania nacional e do anti-imperialismo.

A reiteração em torno de Sandino contribuía também à identificação objetiva do sujeito revolucionário. Sob a influência da perspectiva leninista de uma vanguarda operária

com a participação de intelectuais, Fonseca sublinhava a condição desse sujeito revolucionário no plano produtivo – explorado, submetido aos interesses capitalistas, vendedor de sua força de trabalho. Isso permitiu, no plano geral, que o sandinista explorasse a integração dos trabalhadores à FSLN, mas, sujeito a uma percepção obreirista, impediu que Fonseca identificasse esta condição nos camponeses, maioria da população. A integração dos camponeses à Frente foi mediada muito mais pela referência a Sandino, sob a defesa de que a memória de luta do EDSN ainda era viva na zona rural e de que as características de seu líder se associavam às condições de vida nesse ambiente; e pela “tradição rebelde”, que explicaria a mobilização camponesa.

Entretanto, um ponto congregava operários e camponeses e era precisamente o que identificava a necessidade de dispor ao campo revolucionário quadros intelectuais saídos do movimento estudantil: a falta de consciência revolucionária. Percebida por Fonseca em ambos setores, era atribuída à desorganização política desses sujeitos ou à “novidade” de reivindicações classistas em suas mobilizações. Observe-se, por outro lado, que foi a mesma condição de “reivindicação classista” que determinou a marginalidade das questões não-econômicas no que dizia respeito às reivindicações indígenas, assim como a redução das exigências desses sujeitos à questão da terra e do desenvolvimento econômico autônomo e independente da exploração externa.

O tratamento de Sandino enquanto herói contribuía à conformação de uma identidade e memória coletivas, ancoradas fundamentalmente em uma perspectiva de classe e reforçadas pela equivalência entre patriotismo e defesa da soberania nacional. Em relação à conformação dessa identidade e memória nacionais, acredita-se que a rememoração de Sandino tenha oferecido aportes para a constituição de um passado compartilhado, assim como para a projeção futura e revolucionária que era colocada nos termos de uma missão legada, cuja continuidade ficaria a cargo da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Nesse sentido, é possível postular que o uso político de Sandino e de sua experiência tenha sido considerado por seu potencial de realizar uma transformação no repertório cultural e político da população, no que dizia respeito a sua história, a seu comportamento político e à moral revolucionária reivindicada no bojo desse projeto.

Por tudo isso, sugere-se que a rememoração de Sandino tenha composto parte importante na “invenção de uma tradição” nacional para a Nicarágua, que se opunha aos preceitos vigentes e reforçados pela ditadura somozista e que denunciava opressões internas e

externas sob a chave da defesa da nação e da nacionalidade em oposição ao comportamento antinacional dos setores alinhados ao regime ditatorial. Seguindo as premissas de Hobsbawm (1990), acredita-se que Sandino e a memória fundamentada a partir dele tenham servido ao reforço da coesão, à inculcação de valores e à legitimação de instituições, quer fossem a FSLN, quer fossem a revolução e o estado revolucionário.

A formulação de um programa revolucionário por Fonseca tencionava combater simultaneamente o baixo nível político e ideológico da massa, por meio da educação política, e também a manipulação ideológica perpetrada pelos setores capitalistas antissomozistas. Essa leitura foi feita no marco da identificação e da pormenorização das formas de atuação da “pseudo-oposição” denunciada por Fonseca e propiciou o avanço de uma estratégia de “unidade pela base”, para a qual se reivindicava uma união fundamentada na dimensão de classe e no ideal patriótico anti-imperialista. É razoável supor que a constatação da necessidade de aproximação da FSLN com a população, feita nessa fase, esteja diretamente relacionada à defesa da consolidação de uma vanguarda estudantil e operária (nessa ordem). A organização de vanguarda foi a solução identificada por Fonseca Amador para sanar os problemas da falta de consciência revolucionária e do espontaneísmo das ações populares antissomozistas. O autor diagnosticou também a necessidade de fortalecer a reprodução de quadros dirigentes que pudessem organizar a luta: Fonseca atribuiu essa lacuna a uma política sectária da FSLN, e respondeu à necessidade com a defesa da proletarização – por meio do contato com o ambiente rural, principalmente.

A proposição de uma nação independente da intervenção estrangeira, onde os interesses da classe dominada prevalecessem sobre os interesses capitalistas e assim também a estruturação da memória em torno de Sandino integravam o principal objetivo do projeto de Fonseca: a educação política. O sandinista acreditava na educação como principal veículo de difusão do projeto revolucionário, como meio para o desenvolvimento da consciência política e como princípio organizador da “tradição rebelde” da população. A centralidade da educação nos esforços empreendidos após o triunfo da revolução indica a relevância do projeto de Fonseca na articulação das estratégias da FSLN. Enquanto governo revolucionário, a Frente reduziu de 52% para 12,9% o índice de analfabetismo em meio ano de atividade da Cruzada Nacional de Alfabetização e transformou aproximadamente 10% da população em educadores voluntários (CHACON, 1980, p. 49). Também o modo como se pretendeu educar a população, orientando-se pelas especificidades da realidade local, pela priorização do ensino

agrário e veterinário, em consonância com a característica territorial e as necessidades econômicas (*idem, ibidem*), e pelo reforço de uma memória vinculada à experiência de Sandino, demonstraram a validade do projeto de Fonseca na atividade da FSLN.

Com base nisso, pretende-se defender o caráter institucionalizador desse projeto, especialmente em relação a seu objetivo principal: o provimento da educação da população. A partir de uma substituição do modelo de ensino obscurantista por uma educação política, patriótica e popular, pretendia-se veicular os conteúdos da transformação nacional e revolucionária. A nação pretendida pelo sandinista começava pela educação, portanto. Assim como Paulo Freire, Fonseca vislumbrava caráter eminentemente pedagógico para a revolução. Através da dimensão educativa se poderia, no nível elementar, prover melhores condições de vida a uma população majoritariamente analfabeta e, no plano geral, elaborar a consciência dessa população quanto às formas de exploração vinculadas ao somozismo, ao imperialismo e à violação da soberania nacional. Não se pode, portanto, compreender o projeto político de Fonseca Amador sem atentar para a educação como princípio institucionalizador e como eixo de transformação social.

De acordo com Vilas (op. cit.), verificou-se na revolução sandinista a preponderância de um caráter antioligárquico sobre um caráter anticapitalista, que se expressou, por exemplo, na opção pela orientação mista da economia. Pelas constatações expressadas nessa análise, acredita-se que Fonseca pretendia extrapolar essa fase da Revolução na direção de um horizonte socialista. Isso é perceptível pela defesa de Fonseca ao conteúdo transformador da educação. Em virtude da característica eminentemente educativa de seu projeto, o sandinista não se deteve na pormenorização de um plano de governo, mas na orientação pedagógica necessária à organização do processo revolucionário. Assim também possibilitou a institucionalização da educação popular como uma diretriz da revolução sandinista e como fundamento da ampliação da participação política da população.

A centralidade da educação política, no entanto, pode culminar em um paradoxo no conteúdo do projeto político de Fonseca. Se a educação política era o principal veículo de difusão do projeto e da consciência revolucionários, havia, por consequência disso, a possibilidade de que, por meio do acesso a esse modelo de educação, todos pudessem chegar a ser revolucionários. Entretanto, aí situava-se o reforço da dimensão de classe no projeto de Fonseca: a educação revolucionária confrontaria diametralmente os interesses concretos da burguesia nicaraguense e os “valores antipatrióticos” intrínsecos à classe dominante,

exprimidos por seu atrelamento aos capitais externos e pelo desejo de ver mantida a estrutura de exploração na Nicarágua⁶⁵. Essa conclusão levou Fonseca a insistir no conteúdo do modelo educativo que propunha, para a partir dele afastar os riscos de manutenção da infiltração ideológica burguesa entre as classes dominadas.

Nesse ponto, é novamente possível remeter a Paulo Freire. O autor sublinha que a educação serve fundamentalmente ao propósito da recuperação da humanidade do sujeito, que, sob a opressão da relação capitalista encontra-se alienada e explorada. Segundo Freire (op. Cit.), a desumanização que decorre dessa relação de opressão impede o homem de realizar sua ontológica vocação de “ser mais”, a saber, ter consciência de si e de sua condição de oprimido. Sobre a quem recai a tarefa de lutar pela possibilidade de “ser mais”, o autor explica que “aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos.” (FREIRE, op. Cit., p. 31). Em Fonseca, a tarefa revolucionária e o modelo educativo confrontavam o interesse dominante e eram produtos das necessidades de conscientização da opressão pela população – ou, conforme a conceituação de Freire, do vir a “ser mais”.

Fonseca foi personagem relevante na análise das condições para o desenvolvimento do processo revolucionário. Há, dentre os textos que compõem a fonte dessa dissertação, escritos que examinam de forma detida as características da política e da economia nicaraguenses. As análises de Fonseca sobre a realidade nicaraguense embasaram a atividade da Frente e contribuíram a que o acúmulo de experiência do movimento sandinista dialogasse com os dados elencados. Isso explicou, em parte, o porquê do triunfo revolucionário da FSLN em 1979, apesar de a atuação da Frente ter se processado em fase descendente da trajetória da esquerda latino-americana, caracterizada pela intensificação da repressão, pela falência da experiência chilena e pela perda relativa de credibilidade do socialismo soviético. A esse acúmulo de experiência, somou-se a crise política na ditadura somozista, condicionada pelo fracasso da burguesia vinculada ao regime, pela arbitrariedade repressiva e pela repercussão internacional da corrupção somozista após o terremoto.

Outro ponto a se destacar nessa conclusão diz respeito à natureza da FSLN. De acordo com Bellig (1998), Frentes populares foram alianças centradas na unidade de ação entre

⁶⁵ Inclusive a educação dos filhos da burguesia nicaraguense era provida nos EUA. Um exemplo disso está contido na carta que Fonseca enviou à mulher de seu pai, Lolita Arrieta, na qual manifesta preocupação com os valores transmitidos a sua irmã paterna pelas escolas dos Estados Unidos (cfe. Zimmermann, op. cit.)

partidos⁶⁶. Frentes Únicas, antecessoras das Frentes Populares, justificaram sua existência pelo fomento à unidade de ação em benefício da conquista de objetivos econômicos e políticos transitórios da classe operária. Para tanto, salvaguardavam a fisionomia ideológica e orgânica de cada partido.

Em relação ao conceito de partido, em síntese, Gramsci (1980) pontua que partidos são expressões organizadas de grupos sociais específicos, orientadas a modificar condições vigentes. Em dado momento, o autor alerta para que

embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos (GRAMSCI, op. cit., p. 22)

Apenas em 1976 Fonseca Amador explicitou seu posicionamento sobre a transformação da FSLN em partido, e o fez rejeitando a manobra e a qualificando como prematura. No mesmo ano, já eram perceptíveis os indícios da “crise revolucionária” (LOZANO, op. Cit.), agudizada pelo avanço da mobilização social e pelas contradições que se reproduziam no interior do bloco dominante, assim como pela deterioração da imagem política internacional do somozismo. Assim, eram esses os elementos que, acredita-se, balizavam o tratamento cedido por Fonseca Amador à questão. A reserva à institucionalização da FSLN sob a forma de um partido não era um impedimento à institucionalização em si, que se deu noutros âmbitos de atuação da Frente, mas o reflexo da preocupação de Fonseca com questões históricas como a necessidade de estudo minucioso dos problemas nacionais, a vinculação orgânica com as massas exploradas e a prevenção ao divisionismo ideológico.

A conclusão do sandinista ilustrava os efeitos produzidos pela heterodoxia marxista na América Latina, que por algum tempo – e em alguns cenários - fez prevalecer os esforços guerrilheiros em detrimento das tarefas cabíveis à institucionalização partidária. O olhar de Fonseca era, portanto, crítico quanto aos problemas que a formalização de um partido podia acarretar ao caso concreto do desenvolvimento revolucionário na Nicarágua, enfatizando a simplificação que implicava à luta e o exagero do atributo em relação à forma da Frente

⁶⁶ Estes partidos eram de esquerda, democráticos e antifascistas, dada a forma histórica assumida pelas Frentes Populares em seu contexto de emergência, relativo ao período que antecedeu e coexistiu com a Segunda Guerra Mundial.

Sandinista.

Pode-se refletir, de acordo com a concepção gramsciana de partido político, se a orientação de Fonseca Amador para a FSLN não era, pelo menos desde a formalização de seu programa revolucionário, a de incorporar atribuições de um partido, tais como a expressão de uma missão, a intenção de aceder ao poder político, a centralização educativa e disciplinar de “homens médios” e a existência de um elemento de coesão principal voltado a potencializar as demais forças integrantes do movimento (Gramsci, op. cit.)⁶⁷. Para tanto, contribuía a defesa de Fonseca a que a FSLN assumisse algumas “tarefas de partido” (*Notas sobre la montaña y algunos otros temas*, 1976. In: FONSECA, op. cit., p. 140, Tomo I).

Com base nas concepções de frente e partido, pesa sobre a experiência do projeto político de Fonseca e sua aplicação sobre a Frente Sandinista a característica de que, em primeiro lugar, não havia uma fisionomia definida para os grupos que compunham ou passaram a compor a base da FSLN. A Frente atuou mais sobre a conformação de uma organização nacional sem que tivesse havido disputas significativas entre organizações diferentes em seu seio, pelo menos até a emergência das tendências. Em segundo lugar, e por consequência do primeiro ponto, Fonseca defendeu, em seu projeto, os interesses da classe dominada, tomando-a como um elemento comum a operários, camponeses e estudantes ou, no plano geral, considerando a oposição entre a dominação imperialista e a libertação nacional como uma questão própria da luta de classes. Considerando que, para Gramsci, o Partido aspira à totalidade, as reivindicações de Fonseca orientam-se mais nessa direção do que na de uma orientação específica, fragmentária

Por conta disso, as ressalvas de Fonseca à conformação da FSLN como um partido parecem diferir da experiência objetiva da Frente até sua divisão em tendências – e consequente reprogramação. Nesse sentido, por exemplo, a ampliação da base autorizada por Fonseca na fase final de sua vida parece atuar muito mais na conformação de um partido de arbitragem, tal como coloca Gramsci (op. cit.), do que em uma Frente cujo projeto refletiria a síntese de organismos com fisionomias diferentes em benefício de um objetivo comum. Como eixo para essa arbitragem, Fonseca cria fundamentalmente na libertação nacional como parte integrante do horizonte revolucionário de libertação da classe dominada.

⁶⁷ Aqui se pode remeter também a Vilas (1986) em sua recomendação à aproximação com elementos subordinados do bloco dominante e, portanto, ao chamamento a um deslocamento político-ideológico desses elementos que implicasse a extrapolação de sua situação estrutural de classe. Acredita-se que os movimentos de Fonseca tenham se dado nessa direção, muito mais do que no sentido de uma conciliação de interesses com a pequena-burguesia, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ANGELL, Alan. **La izquierda en América Latina desde c. 1920.** In: BETHELL, Leslie. **História de América Latina. Política y sociedad desde 1930.** Barcelona: Crítica, 1997, volume 12, p. 73-131.

BALTODANO, Monica. **Memorias de la lucha sandinista.** (4 vols.) Managua: Instituto de Historia de Nicaragua y de Centro America, 2010.

BAMBIRRA, Vânia, **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, 2015.

BARRÉ, Marie-Chantal. **La presencia indígena en los procesos sociopolíticos contemporáneos de Centroamérica.** Nueva Antropología, México, Vol. X, n. 35, 1989.

BARTZ, Frederico Duarte. **Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922.** Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese de Doutorado.

BELLIG, Silvano. **Frente Popular.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp. 528-530.

BORGE, Tomas. **La paciente impaciencia.** Havana: Casa de las Américas, 1989.

Canciller Moncada: EE. UU. financia violencia en Nicaragua para un golpe de Estado. **Telesur**, Caracas, 03 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.telesurtv.net/news/ministro-nicaragua-denis-moncada-rechaza-eeuu-20180802-0055.html>. Acesso em 03/08/2018.

CATTARUZZA, Alejandro. **Los usos del pasado. La historia y la política argentinas en discusión 1910-1945**. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

CAVAGNARI, Ligia; SOUZA, Milena Costa de; SOUZA, Thiago Costa de; VIEIRA, Pedro José Sorroche. Ex-guerrilheira da FSLN fala da vitória de Ortega e de seu aspecto negativo para a esquerda na Nicarágua. **Carta Maior**, São Paulo, 12 de janeiro de 2007. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Ex-guerrilheira-da-FSLN-fala-da-vitoria-de-Ortega-e-de-seu-aspecto-negativo-para-a-esquerda-na-Nicaragua/6/12336>. Acesso em 20/09/2018.

Celebran Natalicio del Padre de la Revolución Popular Sandinista. **Consejo Nicaraguense de Ciencia y Tecnología**, Managua, 26 de junho de 2017. Disponível em <http://conicyt.gob.ni/index.php/2017/06/26/celebran-natalicio-del-padre-de-la-revolucion-popular-sandinista/>. Acessado em 20/09/2018.

CHACON, Alícia. **Revolução e alfabetização** (entrevista). In: CARUSO, Raimundo C. **Libre, Nicarágua Livre**. Florianópolis: Edição do autor, 1980.

CEBÉRIO, Jesús; INVERNIZZI, Gabriele; PISANI, Francis. **Sandinistas – Entrevista com líderes sandinistas: Bayardo Arce, Humberto Ortega, Jaime Wheelock**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. In: MATO, Daniel Mato (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, cidadania e democracia – A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana**. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2006.

De qué trata la reforma al Seguro Social en Nicaragua? **Telesur**, Caracas, 20 de abril de 2018. Disponible em <https://www.telesurtv.net/telesuragenda/gobierno-reforma-seguro-social-inss-nicaragua-20180420-0058.html>. Acesso em 03/08/2018.

DELEON, David. **The popular front CPUSA and the Revolution of 1776: a study in “patriotic marxism”**. In: Humanities Working Paper. Pasadena: California Institute of Technology, n° 39, novembro/1979.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano a comienzos del siglo XX: La reivindicación de la identidad**. Buenos Aires: CUYO, 1997, n. 14, p. 11-75.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo; LOBATO, Alfredo (eds.). **Nicaragua. Ideas. Siglo XX**. Managua: UNAM e Academia de Geografía y Historia de Nicaragua, 2005.

DÍAZ-POLANCO, Hector. **Etnia, clase y cuestión nacional**. Cuadernos Políticos, México, D.F., editorial Era, número 30, pp. 53-65, octubre-diciembre de 1981.

“É preciso resgatar sandinismo na Nicarágua”, diz a ex-comandante Monica Baltodano.

Diálogos do Sul, São Paulo, 20/06/2018. Disponível em <http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/e-preciso-resgatar-sandinismo-na-nicaragua-diz-a-ex-comandante-monica-baltodano/19062018/>. Acesso em 03/08/2018.

El mejor homenaje para Carlos Fonseca es decirle: Hermano, te estamos cumpliendo! **La voz del sandinismo**, Managua, 08 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.lavozdelsandinismo.com/nicaragua/2016-11-08/mejor-homenaje-carlos-fonseca-decirle-hermano-te-estamos-cumpliendo/>. Acesso em 03/08/2018.

ERICE, Francisco. **Las memorias nacionales: conflictos y límites**. Espanha: Historiografías, nº 8, julho/dezembro, 2014, pp. 10-27. Disponível em <http://www.unizar.es/historiografias/historiografias/numeros/8/erice.pdf>

FAJARDO, José; et al. **Los Sandinistas**. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1980.

FEIERSTEIN, Daniel (comp.). **Terrorismo de Estado y genocidio en América Latina**. Buenos Aires: Prometeo Libros: Programa Naciones Unidas para el desarrollo, 2009.

FELTES, Fernanda. **Propostas para a Nicarágua: o uso político de Sandino por Carlos Fonseca na construção do projeto político da Frente Sandinista de Libertação Nacional (1968-1976)**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso.

FONSECA, Carlos. **La lucha por la transformación de Nicaragua**. In: FONSECA, Carlos. **Obras**. Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 25-38.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 5ª edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 2ª edição.

FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (FSLN). **Programa Histórico del FSLN**. Colección Viva Sandino v.4. Managua: Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1984.

FRAGA, Gerson Wasen. **A educação como elemento de reconstrução nacional: o caso da Nicarágua Sandinista**. HISTÓRIA & ENSINO, Londrina, v. 12, p. 101.-112, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Antología – selección, traducción y notas de Manuel Sacristán**. México: Siglo XXI, 1978,

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

HARNECKER, Marta. **La cuestión étnico-cultural en América Latina**. In: HARNECKER, Marta. **Estudiantes, cristianos e indígenas en la revolución**. México: Siglo XXI, 1987. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/otros/20111026112437/etnico.pdf>

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia Contemporánea de América Latina**. Madrid: Alianza 16 Editorial, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nacionalismo e Marxismo**. In: PINSKY, Jaime (org.). **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980, pp. 294-323.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBBSAWM, Eric J.. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INDURSKY, Freda. **A fragmentação do sujeito em análise de discurso**. In: CAMPOS, Maria do Carmo; INDURSKY, Freda (orgs.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. Lisboa: Editorial Avante, 1977.

LÓPEZ, Onofre Guevara. **Cien años de movimiento social en Nicaragua: relato cronológico**. Managua: IHNC, 2008.

LÖWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo, nº 19, pp. 5-21, novembro 1989.

LÖWY, Michael. **O internacionalismo revolucionário nos dias de hoje**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 25/01/2007. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=543>

LOZANO, Lucrecia. **De Sandino al triunfo de la revolución**. México: Siglo XXI, 1985.

MACIEL, Fred. **“Alterar la historia haciéndola, no solo contándola”**: intelectualidade e cultura política sandinista em Sergio Ramírez. Franca: UNESP, 2018. Tese de doutorado.

MARIN, Jaime (compilador). **Carlos Fonseca – pensamiento y acción**. Buenos Aires: Ed. Antarca, 1986.

MÉNDEZ, Tania Cerón. Nicaragua: Comandantes y ex guerrilleros llaman a la paz y la estabilidad. **Resumen latino-americano**, Buenos Aires, 26 de abril de 2018. Disponível em <http://www.resumenlatinoamericano.org/2018/04/26/nicaragua-comandantes-y-ex-guerrilleros-llaman-a-la-paz-y-la-estabilidad/>. Acesso em 03/08/2018.

MENDIETA, Ligia Madrigal. **Pensamiento e historiografía. Su evolución (Nicaragua Siglo XX)**. In: DEVÉS-VALDÉS, Eduardo; LOBATO, Alfredo (eds.). **Nicaragua. Ideas. Siglo XX**. Managua: UNAM e Academia de Geografía y Historia de Nicaragua, 2005, pp. 137-152.

MELGAR BAO, Ricardo. **Cominternismo intelectual: Representaciones, redes y prácticas político-culturales en América Central, 1921-1933**. Revista Complutense de Historia de América, Madrid, vol. 35, pp. 135-159, 2009.

MOLIERI, Jorge Jenkins. **El desafío indígena en Nicaragua: el caso de los miskitos**. México: Editorial Katún, 1986.

MORLINA, Fabio Clauz. **Teologia da libertação na Nicarágua sandinista**. São Paulo: USP, 2009. Dissertação de mestrado.

NAVAS, Lucia. “Trump envía un mensaje a Ortega” con recorte de ayuda. **La prensa**, Managua, 25 de maio de 2017. Disponível em <https://www.laprensa.com.ni/2017/05/25/politica/2235231-trump-envia-mensaje-ortega-recorte-ayuda>. Acesso em 03/08/2018.

Nicaragua denuncia violación a su soberanía por la Nica Act. **Telesur**, Caracas, 03 de outubro

de 2017. Disponível em <https://www.telesurtv.net/news/Nicaragua-denuncia-violacion-a-su-soberania-por-la-Nica-Act-20171003-0052.html>. Acesso em 20/09/2018.

Nicaragua's US\$50b rival to Panama Canal 'going ahead slowly' as funding evaporates and Chinese investor keeps low profile. **South China Morning Post**, Hong Kong, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.scmp.com/news/world/americas/article/2134250/nicaraguas-us50b-rival-panama-canal-going-ahead-slowly-funding>. Acesso em 03/08/2018.

NIETO, Clara. **Los amos de la guerra: el intervencionismo de Estados Unidos en Latinoamérica de Eisenhower a G. W. Bush**. Madrid: Debate, 2005.

NOVIKOVA Olga. **La política de la memoria: moldear el pasado para construir la sociedad democrática (la URSS y el espacio postsoviético)**. Historia del presente, Madrid, n. 9, pp. 71-100, 2007.

OEA presiona y el gobierno protesta. **El nuevo diario**, Managua, 03 de agosto de 2018. Disponível em <https://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/471230-oea-gobierno-nicaragua-crisis/>. Acesso em 03/08/2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015. 12^o edição.

ORTEGA, Humberto. **50 anos de luta sandinista**. São Paulo: Quilombo, 1980.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado**. História e Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, n. 4, julho 2007.

PÉREZ-BRIGNOLI, Hector. **Breve historia de Centroamerica**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

PURDY, Sean. **O século americano**. In: KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 173-276.

RAMÍREZ, Sergio (ed.). **El pensamiento vivo/Augusto C. Sandino**. Managua: Nueva Nicaragua, 1984. (2 tomos)

RAMÍREZ, Sergio. **Sandino, classe e ideologia**. In: STEDILE, João Pedro & BALODANO, Mônica (orgs.). **Sandino: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 103-128.

RIZO, Emma Yanes. **Araceli. Nicarágua, 1976-1979: la libertad de vivir**. México, DF: Editorial Itaca, 2008.

RODRIGUES, Lygia. **A revolução sandinista e a questão nacional na Nicarágua**. São Paulo: PUCSP, 1991. Dissertação de Mestrado.

ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo**. *Análise Social*, Lisboa, vol. 157, pp. 1031-1054, 2001.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa -Omega, 1984.

SANDINO, Eliette. Ministerio de Gobernación celebra 81 aniversario del natalicio del comandante Carlos Fonseca Amador. **Ministerio de Gobernación**, Managua, 23 de junho de 2017. Disponível em <https://www.migob.gob.ni/ministerio-de-gobernacion-celebra-81-aniversario-del-natalicio-del-comandante-carlos-fonseca-amador/>. Acesso em 20/09/2018.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Origens do pensamento e da política radical na América Latina: um estudo comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SECCO, Lincoln. **Transformações da periferia sob o capital oligopolista internacional: o caso da Nicarágua.** História Unisinos, São Leopoldo, v. 5, n.3, p. 181-216, 2001.

SELSER, Gregorio. **Sandinismo – General de Homens Livres.** São Paulo: Editora Parma, 1979.

SOTO, Orlando Núñez. **Los campesinos y la política en Nicaragua.** In: CASANOVA, Pablo González (org.). **Historia política de los campesinos latinoamericanos.** Mexico: Siglo XXI, 1985, pp. 116-132.

STEDILE, João Pedro & BALTODANO, Mônica (orgs.). **Sandinismo: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. **Un siglo de terror em América Latina – Crónica de crímenes de Estados Unidos contra la humanidad.** La Habana: Ocean Sur, 2006.

TÉLLEZ, Dora María, **A new option for the left.** Revista Envío, Managua, n. 24, março 2000. Disponível em <http://www.envio.org.ni/articulo/1404>. Acesso em 03/08/2018.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Centroamérica: entre revoluciones y democracia.** Bogotá: Siglo del Hombre Ediciones, 2008.

TORRES RIVAS, Edelberto. **Crisis del poder en Centroamérica.** Costa Rica: Editorial Universitaria Centroamericana, 1981.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **La piel de Centroamérica (Una visión epidérmica de setenta y cinco años de su historia).** San José: FLACSO, 2007.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Nicaragua: el retorno del sandinismo transfigurado.** Nueva

Sociedad, Buenos Aires, n. 207, jan/fev 2007.

TOUSSAINT, Eric. A evolução do regime do presidente Daniel Ortega a partir de 2007. **Comité para a abolição das dívidas ilegítimas**, Liège, 31 de julho de 2018. Disponível em <http://www.cadtm.org/A-evolucao-do-regime-do-presidente-Daniel-Ortega-a-partir-de-2007>. Acesso em 20/09/2018.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

VENTAS, Leire. Cercada de sigilo, estação de satélite russa na Nicarágua alimenta debate sobre espionagem e inquieta EUA. **BBC**, São Paulo, 27 de junho de 2017. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40403283>. Acesso em 20/09/2018.

VILAS, Carlos. **Nicarágua, hoje: análise da revolução sandinista**. São Paulo: Vértice, 1986.

VILAS, Carlos. **Perfiles de la Revolución Sandinista – Liberación Nacional y transformaciones sociales en Centroamérica**. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1987.

VILLASEÑOR, Bedolla. **La teología de la liberación: pastoral y violencia revolucionaria**. Latinoamérica, México, D.F., número 64, pp. 185-221, 20017/1.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Revolução Vietnamita e os movimentos de libertação nacional na Indochina**. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI/Nerint/UFRGS, 2013, pp. 205

WASSERMAN, Claudia. **A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates**. Diálogos, Maringá, v. 14, n. 1, p. 19-38, 2010.

WASSERMAN, Claudia. **Palavra de Presidente**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

WASSERMAN, Claudia. **Nações e nacionalismo na América Latina: desde quando?** Porto Alegre: Linus, 2013.

WHEELLOCK, Jaime. **Frente Sandinista – Diciembre Victorioso**. Managua: Secretaria Nacional de Propaganda y Educacion Politica del F. S. L. N., 1980.

WHEELLOCK, Jaime. **Raíces indígenas de la lucha anticolonialista en Nicaragua – de Gil González a Joaquín Zavala (1523 a 1881)**. México: Siglo XXI, 1985.

ZIMMERMANN, Matilde. **Carlos Fonseca e a Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FONTES

Bajo las banderas de Sandino (1968). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 248-250.

Carta a los nicaragienses residentes en Estados Unidos (1973). *In:* FONSECA, Carlos.. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 154-155.

Con la sangre de nuestros mártires construiremos un futuro feliz (1969). *In:* FONSECA, Carlos.. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 257-258.

Continuemos el ejemplo del inmortal Ho Chi Min (1969). *In:* FONSECA, Carlos.. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, p. 266.

Crónica secreta: Augusto César Sandino ante sus verdugos (1972). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, p. 412-427.

Cronología histórica de Nicaragua (1972). *In:* FONSECA, Carlos.. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, p. 347-362.

El Frente Sandinista de Liberación Nacional (1971). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, p. 363-367.

El FSLN es la más generosa creación de la nueva generación de Nicaragua (1969). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 261-262.

En el X aniversario de la masacre estudiantil (1969). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 259-260.

Juramos cobrar implacable venganza por la sangre de Julio Buitrago, Marco Rivera,

Aníbal Castrillo y Alesio Blandón (1969). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 263-265.

Mensaje al pueblo de Nicaragua (1970). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, p. 270-274.

Mensaje del Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN, a los estudiantes revolucionarios (1968). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 55-74.

Nicaragua Hora Cero (1969). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 75-95.

Notas sobre la montaña y algunos otros problemas (1976). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 122-141.

Notas sobre la carta-testamento de Rigoberto López Pérez (1972). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 393-406.

Por un Primero de Mayo guerrillero y victorioso (1969). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 254-256.

Presentación al documento “Refutación a las afirmaciones del presidente Taft” (1972). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 409-411.

Proclama del FSLN (1970). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 267-269.

Reseña de la secular intervención norteamericana en Nicaragua (1972). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 385-392.

Sandino, guerrillero proletario (1972). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 368-384.

Síntesis de algunos problemas actuales (1975). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 96-121.

Viva Sandino. *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo II, pp. 21-85.

Yanqui Johnson: go home (1968). *In:* FONSECA, Carlos. **Obras.** Managua: Editorial Nueva Nicaragua, 1982, tomo I, pp. 251-253.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA POLÍTICO DA NICARÁGUA



ANEXO B – MURAL NA CIDADE DE LEON



ANEXO C – FOTOGRAFIAS DE CARLOS FONSECA AMADOR

